

**Bits e agrimensura: contributos
para o mapeamento do imprevisível no *digital***

Marcos Pereira

**Dissertação de Mestrado em Ciências da
Comunicação – Comunicação e Artes**

Março, 2025

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação – Comunicação e Artes realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Manuel Bogalheiro e co-orientação do Professor Doutor Pedro Florêncio

AGRADECIMENTOS

Nos encontros necessários a que uma empreitada aparentemente trivial, como a escrita de uma tese, seja possível numa biografia tão errática, há sempre uma dúzia de nomes emaranhados. O decisivamente fundamental ocorre por entre anonimatos, ora amáveis ora combativos, e é pela sinalização dos respectivos eventos que me oriento nessa abóboda pessoalíssima que cada um diz ser *uma vida*.

Contudo, parece-me apropriado indicar quem, de forma concreta, deixou traços e vestígios nos detalhes desta dissertação. Assim, começo por agradecer ao Professor Manuel Bogalheiro pela sua orientação povoada de indicações com vista a serenar as minha leituras e especulações, e agradeço-lhe ainda a dedicação e o interesse demonstrados em sala de aula, características que por rarearem mostraram ser vitais aos meus interesses de mestrando. Agradeço ainda ao Professor Pedro Florêncio pela disponibilidade peremptória, tão pouco habitual, de facilitar a fase final deste meu caminho.

Fora do *campus* resta agradecer-me ao Francisco, com quem mais debati assuntos paralelos a esta investigação que, de algum modo, deverão projectar alguma sombra mesmo que não explicitada; ao Bruno, numa retribuição merecida pela sua afectuosa assiduidade; ao Daniel, pela generosidade sem fim, e à Leonor, prestidigitadora incansável que à minha pergunta detectivesca de velha Hollywood:

– *Is there a way to win?* – me mostra, uma e outra vez, prodigiosamente, que

– *There's a way to lose more slowly.*

RESUMO

A presente investigação parte da tentativa de fazer justiça ao verbete de dicionário que explicita a palavra *digital*. Sendo um vocábulo omnipresente em todo o tipo de discursos, é remetido, por norma, a uma abstracção com vista a uma esteticização de determinados materiais ou a um aparato técnico com vista à transmissão de informação. Podendo também ser isso o digital, aqui é escalpelizado em algumas das suas variantes e potencialidades: acima de tudo, é tratado como um conceito.

Partindo de declarações de Aleksandr Sokurov, onde afirmava que na feitura de um dos seus filmes só conseguira atingir um alto grau de emoções, de Verdade, através do labor analógico, questionamos essa assunção, por considerarmos qualquer distinção entre analógico e digital já não ser devidamente operativa ao sujeito das «sociedades de controlo» (Gilles Deleuze). Seguindo as pistas de Bernard Stiegler iremos propor que o combate estético é um combate político e que a complexidade da questão passa por agrimensarmos o conceito «digital» de modo que o sujeito, hoje, tenha presente as condições da situação em que está imerso, para melhor reivindicar processos de individuação por entre processos modulatórios alicerçados na digitalidade reinante.

Mesmo que não indiquemos, inequivocamente, o local das novas armas, iremos propor alguns contributos para a delimitação do terreno onde hoje cada um se move. Para tal, tentaremos averiguar se há possibilidade, ou não, de haver contingência nos processos do código binário e que consequências daí advêm. Afastados de prescrições biopolíticas, argumentamos que esta cartografia servirá para que a relação do sujeito com os dispositivos retencionários que o circundam, bem como a relação da sua consciência com os objectos temporais industriais com que interage, ganhe uma brecha emancipatória. Em suma, ao circundarmos um conceito repleto de equívocos, tentaremos averiguar, de uma maneira ou outra, quais as possibilidades de individuação numa época marcada pela miséria simbólica por todos partilhada.

PALAVRAS-CHAVE: digital, bit, miséria simbólica, dispositivos retencionários, contingência, protensão, materiais anónimos, impresentificável.

ABSTRACT

This research begins with an attempt to do justice to the dictionary entry that defines the word *digital*. As an omnipresent term in all types of discourse, it is typically reduced either to an abstraction aimed at the aestheticization of certain materials or to a technical apparatus designed for the transmission of information. While it may indeed serve these functions, here, the digital is dissected in some of its variations and potentials: above all, it is treated as a concept.

Starting from statements made by Aleksandr Sokurov, in which he asserted that in one of his films he could only achieve a high degree of emotion, of Truth, through analog craftsmanship, we question this assumption, considering that any distinction between analog and digital is no longer operational for the subject of «societies of control» (Gilles Deleuze). Following Bernard Stiegler's insights, we propose that the aesthetic struggle is a political struggle and that the complexity of the issue lies in mapping out the concept of digital so that the subject today becomes aware of the conditions of the situation in which he is immersed, in order to better reclaim his individuation amidst modulating processes anchored in prevailing digitality.

Even if we do not unequivocally indicate the location of the new weapons, we offer some contributions towards delineating the terrain in which each individual moves today. To this end, we will investigate whether there is a possibility of contingency within binary code processes and what consequences arise from it. Distant from biopolitical prescriptions, we argue that this cartography will serve to create an emancipatory breach in the subject's relationship with the retentional devices surrounding them, as well as in the relationship between their consciousness and the industrial temporal objects with which they interact. In sum, by navigating a concept riddled with ambiguities, we will explore, in different ways, the possibilities of individuation in an era marked by a shared symbolic misery.

KEYWORDS: digital, bit, symbolic misery, retentional devices, contingency, protention, anonymous materials, the unrepresentable.

Índice

<i>Introdução (ou a indecisão de Sokurov)</i>	1
1. Longe da contingência, longe do real	9
O nosso processo de gramatização.....	15
Organologia e recursividade	21
2. Código e clínica: do incomputável e outros aluviões	32
O devir computacional: uma segunda natureza.....	34
Fora dos axiomas: breve nota sobre materiais e cumplicidades.....	45
3. Uma síntese sem rosto	53
Lado A: O sujeito e alguns pressupostos.....	56
Lado B: O sujeito e algumas possibilidades.....	61
 <i>Conclusão</i>	 68
<i>Bibliografia</i>	73

Desemaranhar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é montar um mapa, cartografar, agrimensar terras desconhecidas [...]. Cada dispositivo tem o seu regime de luz, a maneira pela qual esta incide, se esfuma e se espalha, distribuindo o visível e o invisível, fazendo nascer ou desaparecer o objecto que não existe sem ela.

Gilles Deleuze, *O que é um dispositivo?*

É preciso pensar sobre este ponto: a vitória do invisível não brilha.

Pascal Quignard, *As Sombras Errantes*

Introdução

(ou a indecisão de Sokurov)

A encetadura de uma investigação dar-se-á por vias várias. Múltiplos são os caminhos. Talvez um trilho que se insinuasse como continuação de vários anteriores a si, numa acumulação de temas, extensões e domínios, fosse o mais ajuizado. Contudo, por vezes, dá-se um encontro¹ e o plano camba. Regressamos continuamente ao ponto minúsculo no mapa que só a nós parece dizer respeito, isto é, que só a nós revela um pouco do júbilo de uma porção de informação se mostrar como relevante. O ponto que diz respeito ao início desta dissertação trata-se da visualização de *Skazka [Fairytale]* (2022), filme de Aleksandr Sokurov.

O filme de Sokurov, pedra-de-toque a algumas das inquietações vindouras, poderá resumir-se enquanto um objecto cultural (um *objecto temporal industrial*, na terminologia de Bernard Stiegler²), onde vemos Hitler, Mussolini, Estaline e Churchill (com *cameos* de Napoleão Bonaparte e Jesus Cristo) a vaguearem num plano – limbo? purgatório? –, onde a *mise-en-scène* é alimentada por variações oníricas, seguindo pistas das ilustrações de Gustave Doré e de Giovanni Piranesi. Encontramo-las, às personagens, a levantarem-se do leito, a caminharem pela floresta, a cruzarem esquinas em ruínas, a assoarem-se, a baterem à porta que, cremos, os levará a instâncias superiores. Por vezes, parecem rememorar acerca das ambições terrenas, noutras tecem comentários jocosos sobre um dos vizinhos. Rapidamente o anedótico toma conta do discurso, ficando o espectador mais perto de uma lente rabelaisiana do que de um magno plano de controlo do mundo. O que impressiona, desde o início, é tratar-se de figuras, de ícones, das quais cremos ter um seguro conhecimento dos seus registos mais emblemáticos. Estamos, portanto, longe da projecção de vários anonimatos combinados, mas sim na girândola da iconografia da história do Ocidente.³

¹ Pierre-André Boutang e Michel Pamart, «C comme culture», em *L'Abécédaire de Gilles Deleuze* (França: La Fémis, Sodaperaga Productions, 1995): «Não acredito em cultura; acredito, de certo modo, em encontros», afirma Deleuze neste episódio.

² Bernard Stiegler, *Da Miséria Simbólica – I. A era hiperindustrial*, trad. Luís Lima (Lisboa: Orfeu Negro, 2018), 45–46. Em jeito de complemento, deixamos as três características desta tipologia de objectos: são constituídos pelo tempo do seu escoamento; mostram-se no processo do seu desaparecer; relacionam-se directamente com a própria consciência do espectador, por também ela ser temporal.

³ Que o revisitar destas *corporalizações* das grandes narrativas ocidentais se dêem em tais zonas inóspitas – dantescas –, não deixa, parece-nos, de ter pertinência.

Ora, aquando da estreia do filme no Festival de Cinema de Locarno em 2022, a larga maioria da crítica dera-se conta de que acabara de ver um filme assombrado por uma natureza que lhes parecia ter algo de novo. Os velhos fantasmas dançavam uma nova dança. As hipóteses mais populares indicavam de que se tratara de um tratamento de materiais de arquivo (fotografias, vídeos, gravações de áudio) que teriam sido manipuladas com auxílio de inteligência artificial, realidade virtual e outras depuradas tecnologias contemporâneas. Fazia sentido, doutra maneira como ouviríamos Hitler a dizer que Estaline cheirava a ovelha e que sempre tivera casacos de mal corte, ou Churchill a lamuriar-se agarrado ao telefone sem a resposta de uma rainha que não lhe retribuía em igual medida do outro lado da linha, longe do submundo. Os *corpos* destas figuras históricas movimentam-se aqui em todas as direcções, falam, sorriem, discursam às massas e recebem dádivas de espectros ainda mais distantes. Encontramo-nos numa estepe amaldiçoada, repleta de sobreposições ficcionadas, onde corpos que tiveram uma materialidade agem de modo a distanciarem-se dos referentes do real passado.⁴ Estaremos, assim, junto dos processos que investigam presentificações novas não para serem desfrutadas, mas para melhor manifestarem o que há de «impresentificável»⁵.

Sokurov ora não desmente as intuições quanto ao seu processo⁶, ora as nega⁷, garantindo que só métodos analógicos, laboriosos e meticulosos, terão sido utilizados:

Ao longo deste processo nunca considerei a ideia de usar *deepfake*: nenhuma técnica poderia ter transmitido emoções tão verdadeiras. Foi precisamente a intenção de devolver a maior autenticidade possível que ditou a forma do filme, um mosaico de milhares de imagens de arquivo, fruto de um trabalho meticuloso, esmerado e rigorosamente manual.⁸

Nunca esclarecendo o lado oficial e sublinhando o trabalho «esmerado e rigorosamente manual», Sokurov parece apontar para um ponto de indecisão e mitificação

⁴ Libertando-se as imagens do «referente fotográfico» de Roland Barthes, que não se tratando do elemento óptico, ideal, a que uma imagem ou signo se refere, ou aponta, endereçava a noção de que algo *necessariamente real* estivera em frente à lente, sem a qual não haveria registo.

⁵ Jean-François Lyotard, *O Pós-Moderno Explicado às Crianças*, trad. Tereza Coelho (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987), 26.

⁶ Jordan Cronk, «Faces of Evil: Aleksandr Sokurov Discusses “Fairytale”», MUBI, 16 de Março de 2023, <https://mubi.com/notebook/posts/faces-of-evil-aleksandr-sokurov-discusses-fairytale>. Acedido a Novembro de 2023.

⁷ Aleksandr Sokurov, «Quel che resta del Novecento [tra le rovine di una fiaba]», FilmTV, <https://www.filmtv.it/articoli/559/aleksandr-sokurov-racconta-fairytale-il-suo-ultimo-film/>. Acedido a 24 de Outubro de 2024.

⁸ Aleksandr Sokurov, *ibid.* Tradução nossa. Sempre que nenhum tradutor for nomeado, as traduções são da nossa responsabilidade.

no qual o interesse inicial deste trabalho assenta. O caso é episódico e arquetípico, mas será operativo para evidenciar alguns becos sem saída em torno do «digital», e das mediações que fazem seu uso, em oposição ao apelidado «analógico». O equívoco de Sokurov é associar, como é tão comum e mesmo que não o saiba, o digital a uma epistemologia de mesmidade e predeterminação. Face a esta ideia, tentaremos indicar que, pelo contrário, o digital pode trazer consigo o inesperado, liberto, até, das tão discutidas *hantologias* que vêm nos artefactos culturais do presente a sombra inelutável de reiteraões passadas.

As imagens perderam, de facto, a sua potência organizadora, neste plano do que *já não é* e do que *não chegou a ser*, mas não sendo esta uma investigação em torno da «imagem», «imaginário» ou «arquivo» podemos remeter para o presciente encolher de ombros lido em *Corpo e Imagem*: «Nunca houve “real”, a não ser como catástrofe da experiência, como poderíamos replicá-lo ou hiperrealizá-lo?»⁹

Sokurov, artista pleno do século XX (temática e afectivamente), insere-se numa constelação anterior à nossa investigação, de Marcel Duchamp ao coleccionador de Walter Benjamin, não considerando as tensões contemporâneas que tentam pensar filosoficamente a digitalidade em que estamos imersos. Nós, por outro lado, aproximamo-nos de Bernard Stiegler¹⁰ concordando quando este nos diz vivermos em tempos e em zonas simbolicamente sinistradas. Denotamos que as suas desconfianças do início do século apenas se intensificaram no que diz respeito ao consumo de produtos gerados pela exploração industrializada das tecnologias de imagem¹¹, sendo daí que advém o seu

⁹ José A. Bragança de Miranda, *Corpo e Imagem*, 3.^a ed., Passagens (Lisboa: Nova Vega, 2017), 128.

¹⁰ Ver o díptico *Da Miséria Simbólica* ou a série *Technics and Time*. Sobre a referida «miséria simbólica»: é consequência da sincronização das consciências dos milhões de consumidores de um simbólico homólogo, de mesmidade totalizante; gera uma perda de individuação resultante da perda de participação na produção de símbolos da vida intelectual (conceitos, ideias, teoremas, saberes) ou da vida sensível (artes, jeitos, costumes). Gera-se um bloqueio à «partilha do sensível», se quisermos pensar em Rancière. Estas tensões podem referir-se à conceptualização de um artefacto cultural, a uma posição estética, mas também, segundo Stiegler, manifestam-se em problemáticas sociais, dado que esta perda de individuação afecta o indivíduo nas suas concepções solipsistas, mas também nas que à comunidade dizem respeito, resultando daí impasses políticos. Stiegler reflecte, com urgência, sobre este aspecto em *Da Miséria Simbólica e Aimer, s'aimer, nous aimer: Du 11 septembre au 21 avril* (Éditions Galilée, 2003), entre outros títulos.

¹¹ Bernard Stiegler, *Technics and Time, 2: Disorientation*, trad. Stephen Barker (Califórnia: Stanford University Press, 2009), 241. «The programming industries, and more specifically the mediatic industry of radio-televisual information, mass-produce temporal objects heard or seen simultaneously by millions, and sometimes by tens, hundreds, even thousands of millions of “consciousnesses”: this massive temporal co-

diagnóstico quanto à miséria simbólica e à ruína do «narcisismo primordial» que condenara os indivíduos a uma sincronização castradora e retirara, segundo ele, potência à protensão seguinte. O seu diagnóstico é erguido sobre o pressuposto de que o digital, e o aparato tecnológico que opera sobre os seus pressupostos, tornara industrial a produção do simbólico, de que o símbolo fora inserido numa lógica de processamento industrial. Segundo Stiegler, o símbolo não seria um objecto de consumo, mas de troca, de circulação, co-criador de circuitos de individuação. As técnicas e tecnologias em torno do digital e as redes [*networks*] contemporâneas (mas antes a televisão, o cinema ou a rádio) forjaram uma nova organologia onde sobre estes pressupostos se dará, inevitavelmente, um curto-circuito no que toca ao simbólico, bem como a uma possível transindividuação¹².

Stiegler problematiza o processo que a digitalidade acelerou: o simbólico, produzido em série e difundido a uma velocidade inaudita, conduz a uma integração acrítica por parte do consumidor, conduzindo a uma «proletarização da mente» e a uma «pauperização da cultura». O seu diagnóstico parece recair na leitura do digital enquanto meio de produção e de difusão informacional, isto é: o digital é o processo onde convergem o simbólico (audiovisual), o logístico (informático) e a transmissão (tecnologias telemáticas) sobre lógicas capitalistas da produção de bens mnemotécnicos, ficando assim o vocábulo *digital* alicerçado enquanto uma das facetas da Era Hiperindustrial, que representa um novo estágio de tecnociência – em si um novo estágio de processos de gramatização que a nossa individuação não consegue computar em termos cinéticos («a velocidade é o próprio poder»¹³, diria Paul Virilio).

Mas podemos acercarmo-nos do digital por outras vias. O digital é o plano propenso a distinção e decisão, logo a matriz ideal para uma abertura relacional entre os elementos sujeitos a discretização. Não importa se falamos de *deepfakes*, realidade virtual, ou a mera manipulação de imagens de arquivo através de *softwares* populares como o Photoshop ou o Adobe Premiere, a operatividade assente em lógicas digitais abre questões mais prementes do que a eventual corrupção do objecto artístico. Galloway sugere até que o digital é um regime epistémico que acompanha a história da técnica há

incidence orders the event's new structure, to which new forms of consciousness and collective unconsciousness correspond.»

¹² Bernard Stiegler e Irit Rogoff, «Transindividuation», em *E-Flux Journal*, 2014, <https://www.e-flux.com/journal/14/61314/transindividuation/>. Acedido em Dezembro de 2024.

¹³ Paul Virilio, *Cibermundo: A Política do Pior*, trad. Francisco Marques (Lisboa: Editorial Teorema, 2000), 16.

vários séculos.¹⁴ O digital *per se* não é um atributo moderno ou de linhas abertas para o futuro em contraponto a um passado analógico. Qualquer que seja a teoria (a monadologia de Leibniz, digamos) ou a tecnologia (o tear, por exemplo) escolhida como ilustração dessa larga historicidade, acabamos sempre por admitir que a conversa corrente em torno do termo é feita quase exclusivamente a pensar no suporte mediador, na *interface* que medeia a nossa experiência e num rol de preconceitos quanto a uma estética e a um funcionamento do digital. Ora, o digital surge sempre que um processo de discretização acontece, sempre que duas identidades diferenciadas de um todo são tornadas distintas. Em suma, trata-se de um vocábulo que vem de uma temporalidade mais longínqua do que é suposto.

Atentemos num apontamento Yuk Hui:

Com os objectos digitais, o aspecto transcendente é ainda mais enfraquecido [...]. Naquilo que é apelidado forma tecnológica da vida, assistimos ao nivelamento do transcendente, caindo os objectos no campo da imanência total. Uma nova teoria deve, portanto, afastar-se da questão da substância sendo a mesma, para mim, uma teoria de relações [...].¹⁵

Neste campo de imanência total há potencial para uma proliferação de linhas de fuga, mas também há o sublinhar de que os processos de discretização, ligados à lógica binária do digital, faz com que todos os objectos, bem como as suas interações, possam ser sujeitos a uma total quantificação e numeração de várias ordens. Aí regressamos às preocupações de Stiegler, no que toca à retenção terciária através de tecnologias mnemotécnicas. Os *hypomnémata*, objectos que externalizam a memória dos sujeitos, são referidos desde Platão em jeito de aviso a uma perda de essência à experiência humana. Agora, no digital, as suas potencialidades exacerbam-se e tudo pode ser exteriorizado, individualizado, (alienado?), fora do fluxo contínuo de um discurso ou modo de pensar. Neste processo de produzir identidades diferenciadas sob a mediação de uma lógica numérica surgem então processos de controlo e manipulação: o político infiltra o digital.

Mas olhemos para o caderno de encargos: no **Capítulo 1** iremos esboçar uma matriz conceptual onde se explora a codificação binária do digital, tentando-se aflorar a

¹⁴ Alexander R. Galloway, *Uncomputable: Play and Politics In the Long Digital Age* (Londres: Verso, 2021). Peter Sloterdijk, no tom que lhe é habitual, fala mesmo do Deus bíblico como «Senhor da discricção», *No Mesmo Barco – Ensaio sobre a Hiperpolítica* (Edições Século XXI, 1996), 12. Nesta linha poderíamos apaziguar Sokurov, acreditando que este associa o digital a um modo de actuação contemporânea e subalterna no que toca à prática artística, afirmando: o digital começa em Deus.

¹⁵ Yuk Hui, «What Is a Digital Object?», em *Metaphilosophy* 43, n.º 4 (2012), 394.

dita «lógica do digital» (Aden Evens). Evens é um bom ponto de partida, dado ser categórico a sublinhar que o digital pode ser reduzido à figura do bit e a todas as instâncias onde há um processo de diferença discreta. Mais do que binariedade ou codificação, o digital sinaliza discrição. Para este, o digital é ainda o culminar funcional de várias tensões contemporâneas que analisam o mundo empírico enquanto informação. Evens demonstra que o digital é o plano que melhor acomoda o racionalismo e o positivismo do nosso século, mas que nem por isso deixa de ser um plano exterior ao *actual*. Mesmo quando o simula ou dele extrai informação, a sua logicidade apenas produz necessidade e exclui a contingência. A máquina digital enquanto processadora de formas positivistas de informação será o culminar, para autores nesta linha, de um paradigma tecnocientífico que tem a cibernética como seu modelo e onde a informação é o conceito-chave de análise ao que nos rodeia (o século XX foi propenso a esta visão, desde as investigações em torno do genoma humano ao design automatizado).

As caracterizações do digital nesta secção são coligidas de modo a vislumbrarmos algumas lentes tecnicistas quanto ao funcionamento do digital por acharmos que, apesar de raramente se cruzarem via citação, formam o substrato que informam outras críticas que também sublinham o determinismo do digital, mas estas com preocupações filosóficas e políticas em torno do simbólico e dos processos de individuação (Bernard Stiegler), acerca dos sistemas técnicos (Yuk Hui) ou, até, acerca dos media contemporâneos (Wolfgang Ernst). Ou seja, a estrita caracterização do código binário enquanto produtor de necessidade e prescrição, em termos funcionalistas, é o que revigora algumas extrapolações antropológicas e críticas em torno da coexistência do humano-máquina-digital.

No **Capítulo 2**, servindo de contraponto, convocaremos quem anteveja linhas de fuga à tirania pré-determinista do código. De modo a encontrarmos a possibilidade de contingência no formalismo axiomático computacional (e digital), recuaremos até 1931, data da publicação dos dois teoremas da incompletude de Kurt Gödel e relacioná-los-emos ambos à Máquina Turing, esboçada em 1936, onde, muito resumidamente, se lançam as primeiras pistas para o que virá a ser a computação. Dado Alan Turing ter definido, desde o início, o que seria «computar» em relação à certeza de que há problemas incomputáveis, a inferência dedutiva mostra-se incapaz a lançar-se a uma total compreensão do mundo e à computação que nasce nos seus meandros.

Teremos de traçar alguns caminhos para lá da lógica dedutiva, caminhos esses que nos sugerem existir uma «experiência digital» e uma produção ontológica de novidade – eventos digitais – na estrutura axiomática da computação contemporânea. É uma experiência baseada em estruturas discretas e lógicas, que se desdobra num plano onde o incomputável e o indeterminado proliferam. De modo a melhor ilustrar este ponto, de como o indeterminado emerge por entre a codificação digital, iremos destacar a investigação de duas autoras, M. Beatrice Fazi e Luciana Parisi, dado o entretecer dos seus escritos apontarem para a possibilidade de uma condição de devir à computação e ao digital, propondo que no seu funcionamento contemporâneo, onde a aleatoriedade e o indeterminado estão presentes, a produção ontológica decorrente da mesma retrabalha a contingência num plano distinto do que é normalmente associado ao sujeito.

De modo a que o sujeito, cuja mundividência não percepção a produção ontológica computacional aqui sugerida, possa relacionar-se com a descoberta desta nova tipologia de contingência, faremos um excuro em torno dos «materiais anónimos» e o «impresentificável», noções de Reza Negarestani e Jean-François Lyotard respectivamente. Apesar de aparentemente a despropósito, o plano no qual movemos as investigações de ambos apresenta uma difícil mas proveitosa proposta quanto ao intrincado encontro de um sujeito com a contingência, bem como sobre o que poderá advir desse processo de cumplicidade. Caso Sokurov tivesse feito afirmações diametralmente opostas às que fez, a discussão desta secção daria abrigo às suas intenções especulativas, de quem quereria alcançar o imprevisível através dos preceitos digitais. De qualquer maneira, a cartografia aqui traçada serve de rede conceptual a ter em conta para todos os que tentam engendrar roscas desterritorializadas através de sistemas de computação e que, simultaneamente, não descartam a ideia do sujeito enquanto interlocutor receptor de tais quimeras. Isto para que a possibilidade de produção ontológica no digital encontre um sujeito disponível e capaz de assinalar e relacionar-se com a contingência alienígena do sistema que tem defronte.

No **Capítulo 3** tentaremos conjugar as preocupações de Stiegler quanto ao digital nos ter conduzido a um curto-circuito simbólico, bem quanto à lógica retencionária dos dispositivos mnemotécnicos, com a noção de indivíduo, tornado dividido, do ensaio de Gilles Deleuze, «Postscript on the Societies of Control» [*Post-scriptum sur les sociétés de controle*, 1990]. Cremos que o único momento capaz de acomodar alguma imprevisibilidade e alguma contestação por parte desse indivíduo é a protensão, o

momento a vir no discorrer de um objecto temporal. Não alcançaremos uma concretude salvífica quanto às «novas armas» necessárias à época, mas elencaremos alguns pontos, alguns traços, de modo a propor um retrato temporário desse indivíduo, ficando, no final, patente um quase-rostro e uma quase-estratégia possíveis para quem tenta salvaguardar processos de individuação aglutinados nesse processo de gramatização a que Stiegler chamou digitalização.

Em cada uma das três partes desta investigação, a *indecisão de Sokurov* será invocada como um possível ponto à propagação radial por onde os diversos fios vão passando. Tentaremos, em suma, ser capazes de montar uma narrativa onde se questiona a relação da consciência do indivíduo de hoje com os dispositivos digitais que a exteriorizam e tentaremos lançar inquietações que perfurem a muralha que na maioria dos discursos, condenam o sujeito, tornando-o mero consumidor, a uma paisagem simbólica sinistrada, sem singularidades ou eventos que lhe valha. Estando cientes da gravidade dos diagnósticos e da sofisticação que o controlo foi urdindo, esta é uma investigação que parece recuperar o remate daquele título tantas vezes sussurrado: «... calma, é apenas um pouco tarde».

1. Longe da contingência, longe do real

O fio unificador de inquietações de gente tão díspar quanto Sokurov, Aden Evens ou Bernard Stiegler pode parecer rafado, mas guia-nos até um substrato de suspeição em relação ao digital: ao que lhe é constitutivo, ao aparato técnico que dele faz uso, bem como aos processos contemporâneos de processamento e manipulação de *dados* que nos últimos anos ganharam forma graças ao aprimoramento advindo da sua lógica. Nesta primeira parte iremos dirigir-nos a estas inquietações, tentando identificar possíveis causas comuns.

Talvez que esta dissertação seja pouco mais do que complemento a um justo verbete no dicionário de uma palavra que, hoje, invade o discurso quotidiano, académico e artístico. Pululam «práticas digitais», «artes digitais», «literacia digital», «humanidades digitais», «era digital», «cidadania digital», e é nas imediações que se vão sobrepondo diagnósticos epocais, ambições tecnófilas e empreendedoras ou, até, avisos apocalípticos. Neste capitalismo tardio (ou cognitivo ou da atenção ou...), a tecnologia que opera digitalmente surge num plano de proliferação de aparato múltiplo que ora nos promete uma superação da nossa condição humana, ora uma captura do sujeito. Seja na notícia onde centenas de pessoas perderam o emprego porque uma empresa as substituiu por um assistente de inteligência artificial, seja na sinopse de uma exposição que inaugurou na modesta galeria do nosso bairro, a palavra rompe por todo o lado, como a flor no poema de Drummond.

Assim sendo, dirigimo-nos ao início: *digital* deriva de *déixis*, que significa o acto de mostrar, de tirar algo do que lhe está imediatamente próximo ou na sua envolvência. Acerca das tecnologias digitais podemos afirmar que partilham entre si um aspecto, o de operarem sustentadas num código discreto¹⁶. Na maioria dos casos, o código é binário, construído sequencialmente por bits, que podem apresentar um de dois estados possíveis, nomeados 0 e 1. Quando falamos de 0s e 1s neste contexto, falamos de uma convenção, a mais popular, para o estado em que se encontra determinado bit podendo ser outras as duas designações de cada um dos estados possíveis. Contudo, digital não «especifica nem binariedade nem codificação; antes sinaliza discrição»¹⁷. Uma dupla discrição, aponta

¹⁶ Aden Evens, *Logic of the Digital* (Londres / Nova Iorque: Bloomsbury Academic, 2015), 1.

¹⁷ Aden Evens, 2.

Aden Evens, dado cada bit ser distinto de cada outro bit e cada valor de dois ou mais bits ser distinto de todas as outras parselhas possíveis dada a sua posição na respectiva série. Referir o código binário que rege a lógica digital dos aparatos que possamos analisar é importante, porque é uma codificação consequencial, isto é, atribui à máquina que opera digitalmente uma característica constitutiva de como opera, de como é.

Nesta codificação, os bits não têm um significado intrínseco, produzindo-o apenas por se encontrarem num de dois estados possíveis e não no outro, numa *diferença discreta*, bem como por estarem numa determinada posição em relação aos restantes. Assim sendo, poderá ser argumentado que a figura do bit está balizada, na sua potencialidade, pelo *input* e pelo *output* de determinado comando e, abrindo a angular analítica, é esta operação o fundamento da afirmação: «o que o digital faz é estabelecer uma estrutura [*framework*] em que o mundo se revela como informação».¹⁸

A *indecisão de Sokurov* poderá advir deste ponto, mesmo que por outros referentes. Sokurov não pensa, certamente, no digital enquanto plano onde o contingente é excluído, mas ao sublinhar que apenas processos manuais e laboriosos terão sido usados (afastando-se das técnicas digitais de manipulação de imagem e som, de velocidade e facilidade aumentadas), indica de outro modo que o material de arquivo se desvela não apenas como algo continuamente disponível e acessível (mero depósito informacional), mas como algo que extravasa o *Bestand*¹⁹ heideggeriano. O realizador percebera que «na generalidade a imagem não existe», toda a imagem é uma imagem-objecto inscrita «numa história e numa história *técnicas*»²⁰, e é essa genealogia da tecnicidade que o seu discurso tenta contornar. Nenhuma imagem, bem como nenhum *output* de um aparato digital, existe *em geral*, e também por isso cada resultado, cada manipulação, tem a sua concretude, o que torna o binómio analógico/digital uma bifurcação que pouco deve à materialidade, mas sim a dois regimes operacionais e, talvez, epistémicos. Ora, uma das maneiras de terraplanar esta discussão é pensarmos, sempre que nos referimos ao digital,

¹⁸ Aden Evens, *The Digital and Its Discontents* (Mineápolis: University of Minnesota Press, 2024), 26.

¹⁹ Martin Heidegger, «The Question Concerning Technology», em *The Question Concerning Technology and Other Essays*, trad. William Lovitt (Nova Iorque / Londres: Garland Publishing, 1977), 3–35. Conceito que remete para a ideia de que na era da técnica moderna as coisas (mas também a natureza e os seres) se apresentam como meros reservatórios, perpetuamente disponíveis para subsequente exploração. O resultado de tal tecnicidade conduziria a uma relação instrumental do Ser, assim obscurecido, com o mundo. Em inglês, a tradução mais comum é «standing-reserve».

²⁰ Bernard Stiegler, «The Discrete Image», em *Ecographies of Television – Filmed Interviews*, por Bernard Stiegler e Jacques Derrida, trad. Jennifer Bajorek (Cambridge: Polity Press, 2002), 147.

em todo o tipo de material enquanto mera informação que pode ser desmontada até se atingir o grau zero, o término das escolhas binárias:

John Wheeler, o eminente evangelista da teoria da informação, define uma entidade X como uma instância de informação, se cada elemento de X derivar inteiramente a sua função, o seu significado, a sua própria existência a partir das respostas dadas pelo aparelho a perguntas de sim ou não (escolhas binárias). Noutras palavras, X pode ser reduzido a bits [...], cada programa, por mais complexo que seja, tem um «fundo», a sua representação completa deriva de um conjunto finito e discreto de «escolhas binárias».²¹

Falemos de tipologias de *software* ou de manifestações na *interface* defronte de nós, uma mesma lógica rege esta constelação de autores: a regressão processual, mesmo que longa e de início complexificado, acaba sempre por provar que o fio de Ariadne terá o seu início na primeira escolha binária. Contudo, essa possível ontologia do digital parece ignorar que qualquer aparato que opere sobre os seus preceitos não funciona apenas enquanto tecedor de sínteses do homogéneo, pois mesmo que os bits sejam as peças intrínsecas de cada operação encetada, nenhuma operação acontece isolada, havendo sempre uma proliferação de informação a ser reordenada em diferentes locais da máquina bem como em diferentes ordens de importância e magnitude. Haverá sempre uma réstia de diferença a ser distribuída pelas séries do sistema, o que nos remete para a passagem de Deleuze onde é afirmado ser a superfície o lugar do sentido (e não o fundo), e que os signos «permanecem desprovidos de sentido enquanto não entram na organização de superfície que assegura a ressonância entre duas séries»²². Este enunciado ajudar-nos-ia a extrapolar, mas logo nos acautelamos devido às advertências de Aden Evens onde este argumenta que um bit nunca será um signo (que em relação com a sua intenção, alicerçada numa convenção, poderia ser interpretado segundo um significado particular, ou seja, tornar-se símbolo) dado não estar irredutivelmente ligado a uma materialidade nem se manifestar numa sensação humana. Em suma, se os bits simbolizam o que quer que seja, os seus intérpretes não são as pessoas, mas as máquinas²³. Prolongando esta lente determinista, e sendo eles constituídos por linguagens que fazem uso da diferença discreta de bits, não é difícil concebermos os objectos digitais como estáticos e perpetuamente prescritivos, nada mais do que a soma das suas partes de

²¹ Amnon H. Eden e Raymond Turner, «Problems in the ontology of computer programs», em *Applied Ontology* 2 (1 de Janeiro de 2007), 13–36.

²² Gilles Deleuze, *Lógica do Sentido*, trad. Luiz Roberto Salinas Fortes (São Paulo: Perspectiva, 2009), 107.

²³ Aden Evens, *Logic of the Digital*, 11.

codificação facilmente verificável. Evens chega mesmo a fazer o paralelismo entre os objectos digitais e os divíduos deleuzianos²⁴, trazendo essas preocupações para esta tipologia de objectos, por estes não oferecerem resistência à sua dissolução, pelas suas parcelas não formarem uma aliança com as restantes, bem como por não terem qualquer relação com o seu todo: ao longo dos dois livros citados, Evens parece ambicionar cartografar a inescapável *vida nua* do bit, quase sugerindo, parece-nos, que o *homo sacer*²⁵ agambeniano se coaduna à chamada «era digital».

Evens defende que o digital opera segundo cálculos desdobrados num espaço ideal, separado de qualquer materialidade que apresente resistência à instrução prescrita e crê que, se grande parte do aparato técnico contemporâneo opera sobre a sua lógica, isso é devido ao sucesso de o digital, na sua dependência do que é discreto, ser um aliado do positivismo²⁶ e do racionalismo²⁷ correntes. Há ainda uma ligação sugerida entre a figura do bit e a do átomo, que terá tido, no século passado, um papel semelhante na construção de um discurso epistemológico mediador de vários saberes. Tanto o atomista quanto o programador partilham a visão de um mundo de postulados bem definidos, onde o real não admite ambiguidades, onde há uma subordinação da diferença face à identidade. Neste argumento, o digital beneficia do positivismo prevalecente dado ser uma técnica positivista por excelência, pois «o digital reforça o pensamento positivista» uma vez que a máquina digital considera apenas «uma forma positivista de informação»²⁸. É uma rede comum, a que emaranha várias interpretações críticas que vêm as últimas décadas enquanto um culminar tecnocientífico com base na gestão da vida segundo um paradigma cibernético onde tudo se transformou em informação. Sven Lütticken, num

²⁴ Gilles Deleuze, «Postscript on the Societies of Control», em The Anarchist Library, acedido a 14 de Novembro de 2024, <https://theanarchistlibrary.org/library/gilles-deleuze-postscript-on-the-societies-of-control>. Evens alude a este trecho: «Nas sociedades de controlo, por outro lado, o que é importante já não é nem a assinatura nem o número, mas o código [...]. A linguagem numérica do controlo é feita de códigos que dão acesso à informação ou o rejeitam. Não nos encontramos já a lidar com a dupla massa/indivíduo. Indivíduos tornaram-se “divíduos” [...]»

²⁵ O que vive uma vida indigna de ser vivida, *vida nua*. Indivíduo simultaneamente «santo e maldito», dado a sua vida ter esse carácter excepcional junto dos outros viventes: uma violência que lhe é direccionada não pode ser classificada nem como sacrifício nem como homicídio, nem como condenação nem como sacrilégio.

²⁶ Aden Evens, *The Digital and Its Discontents*, 29. Positivismo, aqui, enquanto o «compromisso ontológico» em que se acredita ser a realidade construída por diferentes postulados individuais fundamentalmente verdadeiros. Na mesma página: «At its simplest, positivism is a belief in the ontological priority of things.»

²⁷ Evens aponta para o Princípio da Razão Suficiente associado a Leibniz que indica, sumariamente, haver sempre uma razão para cada evento e cada coisa. Evens atalha: «[...] is a short step from rationalism to universal necessity» (41) e, mais adiante: «[...] every digital event, every step of digital process, always has a reason» (43).

²⁸ Aden Evens, *The Digital and Its Discontents*, 39.

capítulo dedicado ao processo omnipresente levado a cabo pela *designificação total* da realidade (o redesenhar contínuo de «abstracções concretas»), diz-nos que a «*informed data*» pode ser rematerializada em vários processos produtivos, sendo a própria vida recodificada uma e outra vez em novas formas informacionais e sugerindo uma progressão informacional que ligaria, a título ilustrativo, a taxinomia de Lineu no *Systema Naturae* (1735) à estrutura de dupla hélice do DNA²⁹ tornada pública em 1953: «A tecnociência culminou num paradigma informacional em rede onde a própria vida e a sua contingência são sujeitas a um constante *redesign* e gestão.»³⁰

Esta miríade de considerações parece ir ao encontro à chamada «ontologia digital» que percepçiona, com as devidas diferenças de cada autor, toda a realidade (espaço, tempo, bem como todos os processos e entidades inseridos em ambos) como fundamentalmente discreta. Luciano Floridi, defensor de uma ontologia *informacional* e não de uma ontologia *digital*, considera esta última um monismo metafísico:

[segundo a ontologia digital,] em última análise, o universo físico é um computador digital gigante. É fundamentalmente composto por dígitos, em vez de matéria e energia, com objectos materiais a servirem de manifestação complexa secundária, enquanto os processos dinâmicos são um tipo de transições de estados computacionais.³¹

O mesmo podemos corroborar em autores como Edward Fredkin, quando este afirma que a ontologia digital é um «sistema totalmente atomista» e «que tudo de fundamental é assumido como atómico ou discreto: e, por conseguinte, tudo o resto também»³². Floridi não compactua com a equivalência (digital \Leftrightarrow informação), em parte por considerar o vasto conjunto de ideias analógicas que explicam a realidade (números reais, funções contínuas, equações diferenciais, ondas), em parte por ver uma falsa dicotomia no digital vs. analógico³³ que pouco auxílio traria à compreensão das dinâmicas universais que nos regem. A chave estará naquilo que Floridi chama de *realismo*

²⁹ As codificações sequenciais de ADN estão intrinsecamente ligadas a protocolos que regulam a sua replicação. Não por acaso encontramos terminologia semelhante e alguma da sua lógica na cibernética e na teoria das redes [*networks*].

³⁰ Sven Lütticken, *Objections: Forms of Abstraction, Vol. 1* (Londres: Sternberg Press, 2022), 244.

³¹ Luciano Floridi, «Against Digital Ontology», em *Synthese* 168, n.º 1 (1 de Maio de 2009), 151–78, <https://doi.org/10.1007/s11229-008-9334-6>. Acedido em Novembro de 2024.

³² Edward Fredkin, «An Introduction to Digital Philosophy», em *International Journal of Theoretical Physics* 42, n.º 2 (1 de Fevereiro de 2003), 190, <https://doi.org/10.1023/A:1024443232206>. Acedido em Novembro de 2024.

³³ Digital/analógico seriam somente dois modos pelos quais a realidade é experienciada e conceptualizada por um agente epistémico num dado nível de abstracção.

informacional estrutural que, apesar das diferenciações tanto terminológicas quanto analíticas, assenta no pressuposto de que a «derradeira natureza da realidade é informacional», o que se coaduna com as leituras de teor mais culturalista de Sven Lütticken e outros. De qualquer maneira, se regressarmos às investigações de Evens, vemos as linhas desta distinção serem esbatidas em vários momentos. O argumento principal, alicerçado na figura do bit (enquanto figura ideal de formas quase platónicas), é o digital ser, sob qualquer ângulo de análise, uma região exterior ao *actual*³⁴ que opera segundo lógicas produtoras de necessidade, incompatível com o contingente (associando-se este à indeterminação, indecidibilidade, à não-identidade das coisas): o digital enquanto paródia chã do *virtual*³⁵ deleuziano. O digital institui, para Evens, uma ontologia própria que domestica e empobrece a indeterminação fecunda do actual, encarnando uma «fantasia pós-iluminista de razão perfeita»³⁶ onde tudo é conhecido e previsto. A máquina digital seria pensada em termos logicistas, bastante afastada, mesmo que contra-intuitivamente, da noção do que é maquínico (e emancipatório) em projectos como os de Deleuze e Guattari. Não obstante, a máquina digital parece fazer-nos reconhecer que na aceleração crítica do nosso tempo «a compreensão da tecnologia não é já matéria de uma crítica cultural da tecnologia»³⁷.

Yuk Hui, na sua investigação em torno dos *objectos digitais*, acaba por atribuir-lhes uma maior complexidade do que Evens parece dar, em parte por considerá-los sempre inseridos num *meio associado* (termo de Gilbert Simondon), constituído por bases de dados, algoritmos, protocolos de rede, os próprios usuários [*users*]. A(s) génese(s) dos objectos digitais, de origem sempre plural para Hui, é o processo de *concretização e materialização*, primeiro de formas e, depois, de relações e conexões explícitas entre objectos. Hui chega mesmo a referir um «ciclo de vida» do objecto digital que dependeria de três processos³⁸: o primeiro dá-se quando os cientistas computacionais criam um esquema de metadados (ou de ontologias³⁹); o segundo é a implementação desses esquemas em bases de dados e em parcelas de *software*, criando um meio [*milieu*] para

³⁴ O que até há poucos anos, em discurso corrente, se chamava «o mundo real».

³⁵ Reino aberto onde se congregam agenciamentos do que pode vir a ser. Local do possível não sistematizado, longe do digital como aqui explanado. Nas palavras de McKenzie Wark em *A Hacker Manifesto*: «The virtual is not just the potential latent in mater, it is the potential of potential.»

³⁶ Aden Evens, *The Digital and Its Discontents*, 61.

³⁷ Yuk Hui, *On the Existence of Digital Objects*, (Mineápolis: University of Minnesota Press, 2016), 47.

³⁸ Yuk Hui, 75.

³⁹ «What I call digital objects [...] is composed of data and formalized by schemes or ontologies that one can generalize as metadata.» Hui, «What Is a Digital Object?», 381.

os objectos digitais, e o terceiro dá-se com a construção de um sistema tecnológico que integra estes objectos e os humanos na categoria de *users*. Hui, discípulo de Stiegler, complexifica bastante esta tipologia de objectos. Mas, antes de regressarmos à sua abordagem que nos conduzirá à «protensão terciária», característica que advém especificamente da digitalidade constitutiva destes objectos, devemos deter-nos no problema da externalização da memória humana, para percebermos em que medida é que o eixo Evens-Stiegler-Hui pode tornar-se fecundo.

O nosso processo de gramatização

Num plano mais próximo do interpretativo do que do logicista, encontramos os dois tomos d’*A Miséria Simbólica* de Bernard Stiegler, encetando o primeiro com uma epígrafe retirada da conclusão do já referido ensaio de Deleuze: «não é caso para temer ou esperar, mas sim para procurar novas armas». Stiegler crê que a *comunidade sensível* é, então, «inteiramente tecida pelas tecnologias do que Deleuze designou por “sociedades de controlo”»⁴⁰. Stiegler é um bom aliado de Evens, mestres da suspeição quanto ao digital, mesmo que o último escolha interpretar o mecanicismo do mesmo enquanto uma materialização de um positivismo científico que gera apenas necessidade e não tem em conta o carácter contingente do mundo real, e o primeiro analise o digital como intensificação de uma faceta da Época Hiperindustrial que destroçaria a nossa ecologia simbólica. O digital surge nestes autores enquanto reino alheio ao carácter accidental e não pré-determinado do mundo e a sua dependência numa *discretização sistemática*, bem como numa *gramatização de conteúdos*, remete-o, ao digital, para o plano do cálculo e acrescenta à categoria de modernidade a «organização sistemática da adopção de produtos industriais, ou seja, organização de consumo»⁴¹, sincronizando todas as consciências e formando o «destino *dividual* do indivíduo negado porque tornado puro e simplesmente consumidor»⁴². À possível contestação de que o digital poderá também conter efeitos emancipatórios na relação do indivíduo com, a título de exemplo, o trabalho, Stiegler concorda com Evens quando este aponta ser esse aspecto ilusório, dado o «digital instituir

⁴⁰ Bernard Stiegler, *Da Miséria Simbólica – 1. A era hiperindustrial*, 18.

⁴¹ Bernard Stiegler, 113–14.

⁴² Bernard Stiegler, 115.

o seu próprio regime laboral», o trabalho de traduzir o nosso desejo de forma «positivista, racionalista e instrumentalista em informação».⁴³

Pensando na *indecisão sokuroviana*, e dado ter sido a visualização de um filme o nosso motor inicial, devemos reiterar que esta investigação partiu de um *objecto temporal industrial*, termo de Stiegler que advém da sua leitura de Edmund Husserl (acerca da *fenomenologia da consciência interna do tempo*). Stiegler evoca os conceitos husserlianos⁴⁴ de «retenção primária» e «retenção secundária» para aprofundar o alcance da sua proposta quanto à «retenção terciária». A retenção primária dá-se quando a «consciência retencional» apreende um ponto de um contínuo enquanto fase retencional numa «fase-agora» que, não obstante, vai modificando necessariamente o contínuo de fases retencionais passadas e futuras: a um ponto-agora da percepção corresponde um ponto-agora da recordação⁴⁵ – dito de outra maneira: a retenção primária dá-se quando, por exemplo, sentimos termos ouvido, pela primeira vez, o som de uma melodia. A retenção secundária seria a melodia recordada na nossa consciência, mesmo que ouvida num ponto passado (melodia *reconstituída*)⁴⁶. Ligado ao curso das retenções encontra-se, ainda em Husserl, a noção de *protensão*, que aponta não propriamente para uma expectativa, mas para um «horizonte dirigido para o futuro e, sem dúvida, para o futuro do recordado»⁴⁷. Ora, Stiegler crê que os dois tipos de retenção analisados por Husserl são insuficientes para analisar a tecnicidade dos processos de memória contemporâneos. Stiegler, crendo que é a própria técnica que molda originariamente o humano, vê nos objectos técnicos criados pelos humanos um processo de exteriorização de consciência, sendo através destas próteses técnicas que o sujeito herda dos seus ascendentes a relação com o tempo e os mecanismos possíveis à sua própria individuação.⁴⁸ Regressando às retenções:

[...] as retenções terciárias resultam daquilo a que chamo situação epifilogénica do género daquilo em que a vida técnica consiste e a que

⁴³ Aden Evens, *The Digital and Its Discontents*, 50.

⁴⁴ Mesmo contestando-os. Para Stiegler, a primeira retenção é sempre contaminada pela segunda. Cada vez que ouvimos uma segunda ou terceira vez a mesma melodia ouvimos cada «instante-agora» de maneira diferenciada. As considerações de Stiegler têm em conta uma abordagem fenomenológica como a sua poder apenas ser fundamentada depois do aparecimento de aparatos técnicos, mnemotécnicos, que permitam a reprodução de determinada melodia vezes sem conta: chegamos à retenção terciária.

⁴⁵ Edmund Husserl, *Lições Para Uma Fenomenologia da Consciência Interna do Tempo*, trad. Pedro M. S. Alves (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994), 67.

⁴⁶ Edmund Husserl, 68.

⁴⁷ Edmund Husserl, 82.

⁴⁸ Bernard Stiegler, *Technics and Time, 1: The Fault of Epimetheus*, trad. Richard Beardsworth e George Collins (Califórnia: Stanford University Press, 1998), 158–59. Falamos da memória epifilogénica.

corresponde o que também se chama espécie humana: originariamente constituída pela sua proteticidade, esta dispõe de uma terceira memória, técnica, que não é genética nem epigenética. [...] O meio epifilogenético, como *conjunto das retenções terciárias*, constitui *suporte* do meio pré-individual que permite a individuação do género. Como épocas da epifilogénese, as retenções terciárias formam *dispositivos retencionários*.⁴⁹

Temporalizar, organizar a experiência do fluxo temporal, é uma capacidade humana reconhecida pela fenomenologia e é formada, segundo Stiegler, por próteses mnemotécnicas. Nos seus escritos, a oposição entre técnica e tempo desaba, já que a primeira não é vista apenas como uma sucessão de criação de suplementos à experiência humana, mas um aspecto originário da espécie: tecnicidade originária. Os humanos serão os únicos a fazer uso da memória epifilogenética⁵⁰ suportada por artefactos técnicos. A individuação humana depende desta memória, através de processos de exteriorização, seguindo as pistas de André Leroi-Gourhan, alterando também a visão comumente dada às ferramentas técnicas artificialmente concebidas pelo homem. É aqui proposto que o humano e o utensílio criam – desde sempre – um sistema de *feedback* onde o humano (interior) é definido pela ferramenta (exterior) que, por sua vez, alterará a experiência humana com o que o rodeia: a interioridade é construída retroactivamente pelo processo de exteriorização. Este aspecto recursivo e relacional é a base desta co-instituição e o sublinhar deste processo surge em várias obras de Stiegler para ilustrar o que considera ser o ponto fulcral de como a técnica influi na experiência humana no que diz respeito ao tempo. A técnica não está inserida no tempo, ela cria a sua própria temporalidade.

Arthur Bradley, a partir da leitura dos três tomos de *La Technique et le temps*, sugere que o processo de tecno-génese em Stiegler é definido pelo aumento de uma *ortografia de inscrição* ao longo da história, dado cada mnemotécnica permitir uma preservação cada vez mais exacta do passado, bem como uma antecipação cada vez mais exacta do futuro.⁵¹ Os dispositivos retencionários surgidos desde o fonógrafo são reactivados por sistemas mnemotécnicos, da mesma forma que as retenções terciárias informam o nosso horizonte de expectativa. Assim sendo, chegámos a um período de guerra, uma guerra pela memória (ou consciência): quem controla os dispositivos

⁴⁹ Bernard Stiegler, *Da Miséria Simbólica – 1. A era hiperindustrial*, 102–3.

⁵⁰ Os outros dois tipos serão: memória genética (memória biológica programada no ADN) e memória epigenética (informação guardada no sistema central nervoso no decorrer de uma vida).

⁵¹ Arthur Bradley, *Originary Technicity: The Theory of Technology from Marx to Derrida* (Palgrave Macmillan, 2011), 132.

retencionários, suportes da retenção terciária, controla hoje necessariamente como o humano experiencia o tempo.⁵² Hiperindustrialização do tempo, memória e desejo é tudo o que está em causa. Quem acompanha paralelamente a Era Hiperindustrial é a *digitalização*, última fase epocal de um processo de gramatização «típico da individuação ocidental e da guerra para o controlo dos símbolos»⁵³.

Por outras palavras, este novo estádio de gramatização epocalmente associada ao digital ataca as fundações desse processo de seu nome *individuação*, termo revisitado e actualizado por Stiegler advindo da interpretação da obra de Gilbert Simondon.⁵⁴ Para Simondon, a individuação seria um processo simultaneamente psíquico e colectivo, onde numa perpétua constituição dinâmica um *eu* se pensa e singulariza enquanto se inscreve num colectivo e numa história povoada por pluralidades de outros eus, um *nós*. «Eu» e «nós» são sempre devires, processos e não estados, sendo que o colectivo se cumpre através das individuações heterogéneas e indivisíveis dos eus que o constituem. Para Stiegler o que estabelece a ligação entre estes dois níveis processuais simultâneos são os *dispositivos retencionários*, suportados pelo «meio [ou sistema] técnico», região necessária ao encontro do eu e do nós, fazendo com que «a individuação do *eu* e do *nós* [seja], neste sentido, igualmente a individuação de um sistema técnico»⁵⁵. Ora, é esta individuação rizomática e codependente que é ameaçada pelas novas lógicas digitais, em parte porque a digitalização, a gramatização dos nossos tempos, fornece as condições para que de uma industrialização geral, onde existe uma generalização da capacidade mnemotécnica que molda os comportamentos produtivos, passemos a uma hiperindustrialização generalizada, caracterizada pela reprodução de mnemotecnologias que moldam os comportamentos de consumo. A gramatização enquanto «história do suplemento» não é mais, aqui, do que a história técnica da memória, a base para ser delineada uma biopolítica da memória.

Se no início o processo de tornar discretos elementos de um fluxo informacional se evidenciava na linguagem (o surgimento da escrita e, depois, do alfabeto), logo passou para a esfera dos gestos (a transformação maquinal trazida pela Revolução Industrial) e, hoje, com as tecnologias telemáticas, estende-se a todas as formas de conhecimento.

⁵² Bernard Stiegler, «Anamnesis & Hypomnesis: The Memories of Desire», em *Technicity*, ed. Arthur Bradley e Louis Armand (Litteraria Pragensia, 2006), 15–41.

⁵³ Bernard Stiegler, *Da Miséria Simbólica – 1. A era hiperindustrial*, 12.

⁵⁴ Cf. *L'Individuation à la lumière des notions de formes et d'information* (Editions Jérôme Millon, 2005).

⁵⁵ Bernard Stiegler, *Da Miséria Simbólica – 1. A era hiperindustrial*, 99.

Assim, afastamo-nos de uma crítica meramente cultural da técnica (e do capitalismo que dela faz uso⁵⁶) para nos acercarmos da necessidade de conceber uma *organologia geral*: uma teoria de articulação de órgãos biológicos (cérebro, mãos, olhos, língua, etc.), órgãos artificiais (os meios técnicos que suportam a gramatização/digitalização) e órgãos sociais (família, grupos étnicos, instituições políticas, organizações económicas, etc.). Será através desta organologia que poderemos pensar criticamente a «proletarização geral» que começou por afectar o trabalhador fabril, alienado pela máquina que substitui os seus gestos para, depois, ser mantida sem que ele tenha noção de como esta funciona essencialmente, chegando, agora, ao consumidor a quem os *hypomnémata* roubaram memória e conhecimento: Platão⁵⁷ via Marx, via Stiegler.

Stiegler vê nas tecnologias operadas digitalmente a potência de um plano de difusão onde o próprio tempo é dinamitado, e o símbolo, antes objecto de troca, transformado em mercadoria de consumo transmitido a uma velocidade incomputável para o humano. À memória esteve sempre associado um aspecto de selecção, mas, na era da perpétua transmissão televisiva 24/7 de directos em «tempo real», esta encontra-se subjugada à tirania dos diversos ecrãs ligados à *rede*, acabando cercada, seja pelo efeito de omnipresença de conteúdos a serem percebidos, seja pelas novíssimas técnicas de modulação de estímulos que tentam financeirizar a nossa atenção – de que o *marketing* digital será a faceta mais evidente deste assalto que temos descrito. A individuação do sujeito e do comunitário estarão então a ser condicionadas pelo controlo deste tipo de economia política do inconsciente, dado que, através da homogeneidade de consumo simbólico feito à escala global, o *narcisismo primordial*⁵⁸ desmorona e o próprio desejo, sendo gramatizado por este aparato técnico, deixa de ter o seu aspecto pulsional de participação na vida sensível, resignando-se ao mero consumo alienado. O corpo sensível, o corpo desejante, é tornado «corpo consumidor, cujo desejo, apostado, é conduzido à ruína»⁵⁹, dado a estética ter-se tornado objecto de uma exploração industrial sistemática.

⁵⁶ Pensamos em análises pertinentes, mas não operativas, para o aqui pretendido, por nelas ser representado um quadro onde a técnica e o humano (e o político) são actores simbióticos, lidos à luz de lógicas de incompatibilidade e de cerco a uma pureza essencialista que houve, aparentemente, numa época passada. Pensemos em escritos recentes de autores como Jonathan Crary ou Franco Berardi.

⁵⁷ A discussão da anamnésis vs. hipomnésis em Platão advém de *Fedro* e, para nós, do ensaio de Jacques Derrida intitulado «La Pharmacie de Platon», em *La Dissémination* (Paris: Editions du Seuil: 1972).

⁵⁸ Bernard Stiegler, *Da Miséria Simbólica – 1. A era hiperindustrial*, 23-.

⁵⁹ Bernard Stiegler, 43.

Relembrando-nos de *Skazka* enquanto *objecto temporal industrial*, sublinhamos o interesse de Stiegler na figura dos «filmes», visto a consciência do sujeito adoptar, sempre, o tempo do objecto temporal em questão. Um filme é em simultâneo um objecto temporal e um produto de massas realizado pelas indústrias culturais que, tal como um *single* veranil a tocar em todas as colunas durante três meses, sincroniza, caso vingue na lógica mercantil, a consciência de milhões de pessoas durante o tempo do seu escoamento/visualização/audição. Ora, dada a multiplicidade de filmes e músicas massificados, para consumo generalizado, é lícito imaginar que uma boa parte da população atravessa os seus dias consumindo uma panóplia de símbolos bastante semelhante entre si.⁶⁰ Contudo, se não quisermos ficar ancorados a uma crítica das indústrias culturais, temos de pensar nos graus de tecnicidade envolvidos nesta sincronização de consciências global por ser este um sinal inequívoco do carácter de controlo das sociedades, evocadas por Deleuze e referidas ainda há pouco. O digital, enquanto lógica difusora, entraria na matriz de transmissão de conteúdos e, enquanto regime epistémico sustido pela lógica do código binário, estaria alicerçado numa lógica de prescrição e cálculo onde o imprevisível não tem lugar. Mas se é certo que os dispositivos retencionários, hoje mais eficazes, operam digitalmente, e as retenções terciárias estarem vinculadas à nossa miséria simbólica, poderemos resgatar, ao menos, as protensões por vir? Poderia Sokurov, na feitura do seu filme, ver no digital um aliado capaz de lhe fornecer um plano seguinte, imprevisível e aureolado (como parece ser o seu intento)?

Mesmo que aparentemente retóricas, as perguntas anteriores unem, em parte, os diagnósticos dos vários autores evocados. Stiegler considera a última manifestação de perda de individuação tratar-se de uma perda de participação estética dos indivíduos tornados consumidores, dado a estética ser uma questão política. Se a humanidade, «enquanto processo de individuação, cujo dinamismo se encontra no processo de exteriorização, é um devir *accidental*»⁶¹, Evens argumentaria que o digital, pela sua própria lógica constitutiva, não seria a região onde este processo seria possível. A individuação possível na era da «biopolítica da memória» estaria em crise pelo controlo castrador das retenções terciárias à escala global, e Stiegler acreditava ser este o campo de batalha para

⁶⁰ A lógica algorítmica sedimentou nos últimos anos, incontestavelmente, o *profiling* de conteúdos a que cada um de nós é exposto e agravou este processo numa magnitude avassaladora.

⁶¹ Bernard Stiegler, *Symbolic Misery, Volume 2: The Catastrophe of the Sensible*, trad. Barnaby Norman (Cambridge: Polity Press, 2015), 41.

uma necessária «nova crítica de economia política», dado o início do século, com o surgimento de «tecnologias digitais e reticulares», ter reformulado a nossa relação com estas novas «tecnologias do espírito» que conduzem à proletarização da vida e da mente.⁶² Necessitados de uma «revolução epistemológica»⁶³ nesta época onde nos resta assumir a importância de um estudo sobre o que o digital fez à linguagem depois de digitalizada – o digital enquanto linguagem –, e ouvindo os avisos de Stiegler sobre o digital ter o «mesmo efeito na sociedade do que a heroína para o cérebro»⁶⁴, que caminho trilhar? Alguns intentos surgiram, como o tentar reformular a arquitectura das redes [*networks*], criando algoritmos dedicados à fomentação e monitorização de singularidades, e pondo essas singularidades em «comunidades hermenêuticas para criar comunidades de conhecimento dinâmicas»⁶⁵. Aqui, podemos, por agora, voltar ao conceito de *organologia geral*, por nos parecer o melhor antídoto que Stiegler delineou em vida de modo a controlar esse *phármakon* de novas vestes trazidas pelo digital.

Organologia e recursividade

Se considerarmos o digital enquanto *phármakon* – que, consoante o seu uso, pode ser veneno ou remédio –, o nosso papel será o de desenvolver uma organologia farmacológica que seja operativa e esteja à altura das suas exigências. Por outras palavras, não engendramos ainda uma organologia onde a transindividuação⁶⁶ possa ocorrer no plano do aparato digital. Num dos seus últimos textos publicados em vida, *Elements for a General Organology*, Stiegler esquematiza o que será o organológico e como este difere e se relaciona com o orgânico. De forma abreviada: a «organologia geral» tenta estabelecer uma teoria da *vida técnica*⁶⁷; é um método que torna possível abordagens

⁶² Bernard Stiegler, *For a New Critique of Political Economy*, trad. Daniel Ross (Cambridge: Polity Press, 2010), 21. O «novo» *phármakon* digital será pensado por autores da geração seguinte assente em preceitos e vias, digamos, de horizonte menos circunscrito. Voltaremos aqui no **Capítulo 3**.

⁶³ Bernard Stiegler e Roberto Simanowski, «Digital knowledge, obsessive computing, short-termism and need for a negentropic Web», em *Digital Humanities and Digital Media: conversations on politics, culture, aesthetics and literacy* (Londres: Open Humanities Press, 2016), 290–304.

⁶⁴ Bernard Stiegler e Roberto Simanowski, 296.

⁶⁵ Bernard Stiegler e Roberto Simanowski, 298.

⁶⁶ Bernard Stiegler, «Anamnesis & Hypomnesis: The Memories of Desire». A dada altura é dito: «Philosophical questions are all questions of transindividuation. Transindividuation is what results from the process of co-individuation of psychic individuals into the collective individual which brings them together as a human group—a process which does not cease to pose and to individuate the question of the One and the Many. Individuation is an operation of psychic and collective memorization in which transindividuation is the metastabilization of meanings.»

⁶⁷ Processo cuja evolução é indissociável de aspectos «psico-socio-tecno-lógicos». Tal evolução faz parêntese com o *processo de individuação* de Simondon.

transdisciplinares; localiza impedimentos biológicos (i.e. modifica as leis gerais da biologia, o que não é o mesmo que contrariá-las, interligando constrangimentos e possibilidades localizadas no bio-lógico e no tecno-lógico); distingue-se de (e não se centra em) uma teoria do orgânico ou do objecto técnico (também ele matéria inorgânica organizada, mas de outra ordem); na vida técnica «o organológico é constituído pela forma orgânica da vida técnica», e, no binómio orgânico/organológico, os termos são indissociáveis⁶⁸.

Uma organologia geral será aquela que postular o organológico enquanto modificador do orgânico, num processo de *différance* onde, num rearranjo espacial e temporal, um novo processo de individuação emerge⁶⁹. Afastada da ideia de atribuir à técnica juízos de valor, sejam positivos ou negativos, esta é uma perspectiva farmacológica que tenta identificar relações e arranjos – *agenciamentos*, dir-se-ia noutras latitudes – das várias instâncias desta matriz que parece querer estabelecer uma teoria e uma prática nos chamados «estudos digitais» (já que a época os torna urgentes). O principal actor deste novo tipo de organologia seria a *retenção terciária hipomnemática*, por ser nesta manifesta a gramatologia farmacológica contemporânea, e é através dos novos *hypomnēmata* e da sua lógica retencionária que chegamos ao objecto temporal industrial, i.e., a um filme, e à sua feitura, rumo a uma análise do digital de leitura stiegleriana que sublinha em todos os escritos que: a esfera estética, onde a sensibilidade noética é formada e expandida, é a esfera de controlo por excelência. Nas palavras do próprio:

Música e imagens em movimento têm um papel bastante particular neste controlo [...] que tem a ver com a temporalidade dos objectos temporais industriais produzidos e transmitidos pelas indústrias programadoras – que estão, contudo, a experienciar uma crise produzida pelos paradoxos organológicos da digitalização.⁷⁰

A revolução organológica seria a que instala uma teorização e uma prática com vista à organização do sensível, hoje desmantelado e disperso; que numa busca

⁶⁸ Bernard Stiegler, «Elements for a General Organology», trad. Daniel Ross, em *Derrida Today* 13, n.º 1 (Maio de 2020), 74–75, <https://doi.org/10.3366/drt.2020.0220>. Acedido em Novembro de 2024. Nas palavras do autor: «In technical life, the relationship between organic and the organological is what Simondon calls *transductive*: in technical life, the organic is originally *constituted in its very organicity by the organological*, and vice versa [...].» Para uma leitura contemporânea deste duplo movimento recursivo ver Manuel Bogalheiro, «Organology, cyberneticization, and the *pan-media* hypothesis» (a publicar).

⁶⁹ Bernard Stiegler, 80.

⁷⁰ Bernard Stiegler, *Symbolic Misery, Volume 2: The Catastrophe of the Sensible*, 55.

genealógica, e tomando conhecimento dos vários processos de interiorização e exteriorização, nos daria ferramentas para inventar «novos arranjos entre órgãos corpóreos e organizações sociais que por si só constituem em si mesmo o noético»⁷¹. Tratar-se-ia de uma abordagem capaz de salvaguardar os objectos de desejo das tecnologias operadas pela formalização e pelo cálculo, tecnologias que, através dos novos tipos de gramatização, ambicionam, pela primeira vez, estruturar e organizar o «incalculável», tornando-o calculável e, assim, eliminando-o. Seria, em suma, uma abordagem que resgataria o instante seguinte, a protensão, do antecipável, *ressingularizando-a* no espaço de imprevisibilidade a ela associada.

Tal demanda passará, necessariamente, por revisitações e contributos de vindouros. As novas armas procuram novos sujeitos. Assim, será proveitoso voltar a Yuk Hui, enquanto leitor de Stiegler e enquanto autor que pensa a digitalização de um ponto de vista mais logicista, mesmo que chegando a conclusões vindas do discurso filosófico, e à sua proposta de «protensão terciária».

Com Stiegler, a questão da técnica torna-se numa questão do tempo. E talvez seja o momento para um aparente *excursus*: em *Le Temps du cinéma et la question du mal-être* (2001), Stiegler admite que a releitura da *Crítica da Razão Pura* lhe dera o ângulo necessário à integração da sua noção de «retenção terciária» com o tempo, um ângulo que não se poderia manifestar devidamente nas lições husserlianas. Para Kant, tanto o entendimento quanto a sensibilidade são duas fundações insuficientes à chegada do conhecimento ao sujeito, faltando-lhes um elemento unificador: uma esquematização com vista a uma «síntese geral», operada pela imaginação.⁷² Stiegler crê que Kant falhou na articulação das três sínteses da imaginação⁷³, sublinhando que este não se apercebera que a terceira exige sempre uma exteriorização espacial, força inicial a toda a projecção.⁷⁴

Stiegler parece ter descoberto uma nova organização do tempo associada a um novo suporte da memória. A sincronização, que é a força da imaginação, não se dá apenas na consciência do Dasein, mas também no tempo do sistema técnico – às três sínteses de Kant, é aqui proposta uma quarta. A evolução desta síntese técnica implica sempre uma

⁷¹ Bernard Stiegler, 59.

⁷² Immanuel Kant, *Crítica da Razão Pura*, trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, 3.^a ed. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994), 108–9.

⁷³ Apreensão, reprodução e reconhecimento.

⁷⁴ Bernard Stiegler, *Technics and Time, 3: Cinematic Time and the Question of Malaise*, trad. Stephen Barker (Califórnia: Stanford University Press, 2011), 57.

síntese espectral, dadas as transformações tecnológicas trazerem consigo mudanças no que diz respeito à percepção, consciência e memória, o que traz às análises do autor preocupações quanto a uma política da memória, a que já aludimos, passando a agenda desta por uma necessidade de reduzir a velocidade da síntese digital do tempo. Hui verá nas inquietações do seu professor o suficiente para sugerir que a organização dos objectos digitais, através da padronização de informação [*data*] e a invenção de algoritmos, não é já o que se designou por organização de conhecimento, mas sim uma (nova) organização do tempo.⁷⁵ A partir de leituras de Husserl, Stiegler e Deleuze, Hui propõe uma nova síntese do tempo, denominada de «protensão terciária», cuja investigação em torno da mesma nos reconduzirá à investigação do algoritmo, agente contemporâneo que os teóricos antigos não poderiam ter tido devidamente em conta. É levantada a hipótese de que a imaginação não é já a imaginação do sujeito, dada esta se ter deslocado para os algoritmos e para os objectos digitais. Algoritmo, aqui, é entendido enquanto operação lógica que compreende diferentes relações segundo uma base de restrições⁷⁶ (também elas um tipo de relações). Restrições que estabelecem uma nova síntese relacional e usa operações recursivas para que a reconhecimento e a reminiscência (vindas de um determinado fluxo de dados) aconteçam fora das três sínteses do tempo. Estamos perante uma teorização que assume que com a digitalização, a síntese de quantidades mastodônticas de dados e de saberes excederam a nossa imaginação, contendo esta uma nova sensibilidade que não pode ser descrita ou pensada criticamente sobre os termos kantianos, dada a imaginação não ser um actor passivo, aguardando a sua síntese, mas um actor que «vem com um propósito, uma força»⁷⁷ e cuja temporalidade terá de ser pensada segundo a figura da *recursividade*.

A recursividade, na obra do autor, é distinta da mera repetição mecânica sendo considerada enquanto movimento em *loop* de «regressar a si mesmo de modo a determinar-se, enquanto cada movimento é aberto à contingência, que por sua vez determina a sua singularidade»⁷⁸. Se cada vez que o movimento se distancia do ponto

⁷⁵ Yuk Hui, *On the Existence of Digital Objects*, 247.

⁷⁶ Algoritmo = Lógica + Controlo, equação de Robert Kowalski evocada em Yuk Hui, 236.

⁷⁷ Yuk Hui, 235.

⁷⁸ Yuk Hui, *Recursivity and Contingency*, Media Philosophy (Londres: Rowman & Littlefield International, 2019), 4. Na mesma página: «We can imagine a spiral form, in its every circular movement, which determines its becoming partially from the past circular movements, which still extend their effects as ideas and impressions. This image corresponds to the soul. What is called the soul is the capacity of coming back to itself in order to know itself and determine itself. Every time it departs from itself, it actualizes its own reflection in traces, which we call *memory*.»

inicial este se actualiza através da sua própria reflexão, uma diferença inscreve-se no movimento do tempo, enquanto «o ser, também ele tempo, se modifica». Podemos considerar, com Hui, ser a recursão simultaneamente estrutural e operacional, o que subjuga a «oposição entre ser e devir». Estamos, parece-nos, num ponto de actualização de algumas propostas de Deleuze⁷⁹, para quem o futuro não é o futuro imediato da antecipação, mas que se torna o futuro reflexivo da representação, «a particularidade reflectida e reproduzida». Ora, o algoritmo digital vem concretizar algumas das intuições deleuzianas, podendo nós dizer que no algoritmo habita a diferença, tal como na repetição para Deleuze, e na diferença entre duas repetições, entre duas operações algorítmicas, engendra-se o novo com o seu excesso, a «repetição do futuro como eterno retorno»⁸⁰. Se regressarmos brevemente ao código binário, e encararmos os 0s e 1s enquanto elementos discretos semelhantes às letras de um alfabeto, rapidamente nos damos conta de que o digital pode ser encarado como uma formação linguística, um tipo de gramatização (aqui mais próxima de Derrida do que de Stiegler), mas que contém em si uma particularidade inédita: na sua complexidade relacional (e codependente) de várias ordens de magnitude, que vai do bit individual ao mais complexo algoritmo, talvez exista, pela primeira vez, um «discurso afectivo» cuja linguagem tem a particularidade de ser executável, onde determinado significado gera determinada acção.⁸¹

A função recursiva, por ser um processo cuja ocorrência é independente da observação do sujeito, não pode ser compreendida a não ser pelo processo projectivo da imaginação. A hermenêutica maquínica proposta por Hui vê neste processo um plano onde «o que está no passado está sempre defronte, porque cada função está à espera de algo que vem, algo que conduzirá o processamento ao seu fim». O termo «protensão terciária» surge então enquanto denominação de uma nova faculdade, quando humanos e máquinas são entendidos segundo uma perspectiva de relações.⁸² Sem os algoritmos, e as

⁷⁹ Gilles Deleuze, *Diferença e Repetição*, trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado (Lisboa: Relógio D'Água, 2000), 100. Vejamos: «Retornar é o ser, mas somente o ser do devir. O eterno retorno não faz “o mesmo” retornar, mas o retornar constitui o único Mesmo do que devém. Retornar é o devir-idêntico do próprio devir.» Não estando a pensar na protensão terciária, Deleuze estaria a delinear a «constituição temporal da subjectividade através das três sínteses do tempo». Além da repetição do hábito ou da repetição de memórias, a terceira síntese temporal seria a repetição do futuro enquanto eterno retorno do que ainda não está presente.

⁸⁰ Gilles Deleuze, 170.

⁸¹ Alexander R. Galloway, *Protocol: How Control Exists after Decentralization* (Cambridge: The MIT Press, 2004), 244.

⁸² Este entrelaçamento do humano e da máquina talvez se distinga da *vida técnica* de Canguilhem ou da *organologia* de Stiegler por dar primazia ao que de relacional possa surgir entre a consciência do sujeito seja com as lógicas recursivas dos algoritmos, seja com a morfologia de determinado conjunto de dados –

suas características recursivas, os objectos digitais seriam apenas retenções armazenadas nos dispositivos retencionários stieglerianos. Mas, hoje, indica-nos Hui, as máquinas conseguem especular, identificando, até, prováveis futuros, o que implica uma concepção temporal e espacial que está sempre a chegar, mas que ainda não foi projectada. Hui entende a síntese da protensão terciária em termos espaciais e temporais associada ao conceito heideggeriano *vergegenwärtigen* (tornar-presente, trazer algo para o presente⁸³), a capacidade de o Dasein tornar inteligível algo, mesmo que esse algo não exista ou não seja conhecido. Por tudo isto, para Hui, em 2016, seria possível construir uma nova arquitectura de redes [*networks*] no meio digital [*digital milieu*] baseada na figura da protensão terciária, possibilidade que passaria por inscrever um processo colectivo de individuação «formalizado pela participação e formação de um ou mais grupos que constituem horizontes de protensões existenciais»⁸⁴, isto é, uma reformulação das redes digitais através de plataformas de hermenêutica contributiva materializando, na Web, a organologia geral pensada por Stiegler.

O prefácio que o autor francês escreveu para *On the Existence of Digital Objects*, reconhecendo a vastidão dos contributos teóricos de Hui, parece inscrever o algoritmo, implementador de funções recursivas, na história da gramatização e a nova protensão digital, «programável», no plano do *phármakon*. Se o contributo desta obra servira para ir além de Kant, Husserl, Simondon ou Heidegger, e mesmo agrimensando novas figuras e novas temporalidades, Stiegler vê nela a continuação simondiana de um projecto que visa a reconciliação entre Cultura e Técnica. Mesmo admitindo a ecologia fundacional

sempre digitais —, e menos com o orgânico/inorgânico segundo esta ou aquela lógica de organização. Hui, inserindo-se na intrincada genealogia filosófica que reformulou o Ser a partir da sua relação com o Tempo, não se dera conta (ou não achou prioritário) da singela e frágil verdade que Stiegler traz nas suas considerações, mesmo que muitas vezes não explicitada: «[...] human beings exist only under the condition of the anticipation of death, which is a protention they hold in common, but is also their impossible protention (an impossibility in common: death as what will never arrive, as what they will never live through, an indetermination in common inscribed in the heart of noetic life)» (do prefácio de Stiegler a *On the Existence of Digital Objects*, 2016, de Hui).

⁸³ Hui propõe que *tornar-presente* algo é em si mesmo produzir relações e que, por isso, orienta. «Orientation is the way we synthesize relations of different natures and are thereby able to make a corresponding decision. [...] Orientation is not quite a question of space but more one of relations; in fact, it is probably fair to say that space in this context becomes one type of these relations. “I” is always already “in” somewhere [...]. The primary function of digital technologies, as we can see, is not merely to represent objects but to materialize and accumulate relations. And without these relations, there is no transparency of action. The real time and immediate experience of the world reach far beyond human sight: things can be zoomed in on, zoomed out from, mixed up, rearranged. Without these data, one gets lost in the digital milieu, causing a sense of frustration and indecision. These relations are dynamic as well as imaginative. Every retrieval recursively refers to the present from the future» (*On the Existence of Digital Objects*, 242-43).

⁸⁴ Do prefácio de Stiegler a *On the Existence of Digital Objects* (2016).

proposta ao objecto digital – dados, metadados, ontologias, algoritmos –, o filósofo francês retorna às suas preocupações, vendo nestes novos formalismos uma gramatização que forma, em potência, um meio de *desindividuação*, citando, a preceito, a passagem onde Hui admite: «a mente humana consegue entender a recursão, mas dificilmente consegue acompanhar o processo recursivo»⁸⁵. Esta nova síntese do tempo, nas figuras dos objectos digitais e da protensão terciária, conduz-nos à sensação bastante contemporânea de que a conveniência das tecnologias modernas (tanto quanto às suas funcionalidades, bem como acerca de questões de tempo e de espaço) ameaçam substituir «estruturas de cuidado [*care*] (individuais e colectivas) pela forma de “cuidado” da máquina»⁸⁶.

Pondo mais um lugar à mesa, para reforçarmos o explanado até aqui: teóricos dos media, como Wolfgang Ernst⁸⁷, apontam que a sua essência se revela apenas no processamento das suas operações temporais: estes media não se limitam a existir *no* tempo, resultando, sim, das suas múltiplas agências temporais. Ernst não vê nos media digitais e electrónicos um reflexo de conceitos temporais convencionais, mas a formação de novas processualidades temporais, daí que nomeie estes media «crono-poéticos». A história dos media pode ser feita por muitas vias, algumas mais preocupadas com as materialidades e a história social e política que permitiram determinada invenção técnica, mas neste seu projecto a evolução dos media é pensada enquanto o surgimento e a renovação dos meios técnicos que agem sobre o tempo cultural e não-humano. Não que a «arqueologia dos media» seja uma preocupação fulcral, aqui, mas parece-nos relevante que teóricos canónicos do *corpus* de uma área do saber como a das Ciências da Comunicação tenham referido:

Palavras e coisas sucedem dentro da máquina (computadores) enquanto lógica e *hardware*. O olhar media-arqueológico, conseqüentemente, é imanente para a máquina. Os seres humanos, tendo criado máquinas lógicas, criaram uma descontinuidade com o seu próprio regime cultural.⁸⁸

⁸⁵ Yuk Hui, *On the Existence of Digital Objects*, 237.

⁸⁶ Yuk Hui, 248.

⁸⁷ Pode-se encarar a sua obra na genealogia de Friedrich Kittler. Ernst segue-o, com várias nuances e diferenças, quando este operacionalizava as «arqueologias do saber» de Foucault, apontando-lhe uma insuficiência: a de não ter tido em conta que, para a formação de sistemas epistémicos, os *sistemas de inscrição* (tecnologia dos media) têm um papel fulcral. Ou seja, na produção de determinado discurso ingere-se necessariamente uma determinada técnica com uma determinada materialidade tecnológica. Em vez de um «*a priori* histórico», temos um «*a priori* técnico».

⁸⁸ Wolfgang Ernst, «Media Archaeography: Method and Machine versus the History and Narrative of Media», em *Digital Memory and the Archive*, ed. Jussi Parikka (Mineápolis: University of Minnesota Press, 2012), 69–70.

Os media não processam, então, signos culturais, mas sinais técnicos, já fora dos sentidos humanos, implementando leis matemáticas e lógicas que transcendem a percepção humana, autonomizando-se. Ernst analisa os media mais recentes enquanto «*time-critical media*» – tecnologias em que o tempo é um factor crucial ao seu funcionamento; tecnologias que são capazes ou permitem a manipulação do eixo do tempo; tecnologias que medem e registam o tempo sobre novos parâmetros, criando a sua própria temporalidade, que abalam as noções abstractas de «tempo humano»; tecnologias cujas temporalidades apenas podem ser compreendidas de acordo com as suas dimensões operativas (processos temporais).

O digital, na discretização do código binário, partindo de Wolfgang Ernst, operacionalizou um novo tipo de alfabeto (0s e 1s), de modo a constituir uma nova escrita temporal na figura da recursão. A recursividade no digital já não pode ser lida enquanto figura histórica ou cultural do sujeito humano, mas enquanto ancorada na história da electrofísica, da lógica e da matemática, estando a mesma inserida no que ele chama *processos critico-temporais* que determinam cada situação em determinada época. O «tempo real» das tecnologias digitais de escala electrónica desfragmentara a noção do próprio tempo, dado já não terem que ver com o tempo do relógio, mas com um «campo temporal discretizado», diagnóstico⁸⁹ que vai ao encontro aos avisos de Stiegler.

Ao apontar a programabilidade dos objectos digitais, desdobradas nas retenções terciárias ou pelas protensões terciárias, Stiegler demonstra ter presente, passados vários anos de investigações sobre esse processo infundável que é a hominização, levadas a cabo entre o humano e a técnica (ferramenta ou meio), o aspecto de controlo modular inaugurado pela *digitalização*. Escancaradas foram as portas do templo do controlo descentralizado, e os aríetes foram os novos tipos de códigos impostos aos fluxos informacionais que são distribuídos sobre aparatos e protocolos de índole digital. O código binário, e o digital logo acima, são um discurso executável (mesmo que seja problemático e insuficiente considerá-lo uma linguagem), podendo nós, na esteira de Eugene Thacker⁹⁰, ver nele e nas formalizações suas descendentes algo que é «analisado,

⁸⁹ Wolfgang Ernst, *Chronopoetics: The Temporal Being and Operativity of Technological Media*, trad. Anthony Enns, Media Philosophy (Londres: Rowman & Littlefield International, 2016), 193. «Calculated real time in the digital mode generates a temporal “as if” [...]. Real time is the equivalent to the dramatic “event” on the microtemporal level. In the neuronal time window, the stage is set for an operative rather than performative microdramaturgy.»

⁹⁰ Eugene Thacker, «Foreword: Protocol is as Protocol does», em *Protocol: How Control Exists after Decentralization*, ed. Alexander R. Galloway (Cambridge: The MIT Press, 2004), xi–xxiii.

compilado, processual ou *object-oriented* e definido por padrões ontológicos», que habita determinada rede. Nem o código nem a rede são categorias abstractas (Thacker fala da rede enquanto entidade «abstracta mas real», logo potencial ou virtual), ambos materializam a sua lógica nas várias agências locais. A sua lógica, se regressarmos às inquirições teóricas de Aden Evens, dado serem dirigidas pela figura do bit, será sempre de predeterminação, de carácter positivista e racionalista. Estruturas acumuladoras de camadas constituídas por bits (que transitam de uma camada para a seguinte) são de uma total definição, discretização de fronteiras perfeitamente definidas⁹¹, mesmo que aparentemente abstractas. É o reino do cálculo por excelência, pleno de monitorização e controlo. O que regressa na glossolalia do Eterno Retorno digital não será assim o excessivo, a diferença que extravasa a codificação soberana, mas o Idêntico. Dito ao modo deleuziano: no digital não se engendram mapas, mas decalques.

O postulado da identidade, em detrimento de um postulado da diferença, será a palavra de ordem do bit, a *abstracção materializada* central a esta primeira parte da nossa dissertação. O bit iguala-se, de modo exacto, ao valor assignado, mesmo que concretizado em materiais imprecisos ou imperfeitos. O poder e a confiabilidade do digital dependem disto: cada bit é tratado enquanto figura Ideal, de valor exacto, descartando qualquer contingência, onde o «acidente, devir, desidentificação e erro são virtualmente eliminados»⁹², não restando espaço para o potencial (*virtual* deleuziano), mas apenas a rígida ordem da determinação e da necessidade. O sistema mnemotécnico globalizado, assente no digital, sendo uma plataforma de-formadora de indivíduos, será um obstáculo às várias etapas da individuação, dado o seu carácter tóxico, bem como pelo desmantelamento (contractivo) da própria temporalidade do Ser. Pensemos nas investigações de Aden Evens já referidas: qual a possibilidade do surgimento de devires no digital?⁹³ As seqüências de bits não desvelam o *intermezzo* conveniente.

Num plano fantasioso, talvez que a decisão de Sokurov advenha da leitura destes autores ou, até, do seu encontro com um exemplar do influente *Parables of the Virtual* (2002), na secção de filosofia da livraria que mais frequentava. Sokurov, embriagado

⁹¹ Aden Evens, *The Digital and Its Discontents*, 125–26.

⁹² Aden Evens, 92.

⁹³ O devir não está no futuro nem é o futuro. Não há nada defronte nem há evolução. Há, sim, fenómenos de «dupla captura», de evolução não-paralela. Quase imperceptíveis, esses «actos que só podem estar contidos numa vida e expressos num estilo». Stiegler notará que, hoje, estes passam necessariamente por um acto de invenção e efabulação no seio do que é tecnológico (*Technics and Time, 3: Cinematic Time and the Question of Malaise*, 176).

pelas propostas de Massumi, e enquanto colecionador de momentos onde o sujeito parece vislumbrar essa rara ruptura no tempo em que pode perguntar «é isto “uma vida”?» (seja nos pesarosos passos de um filho com a mãe ao colo; a mão de um mortal a tocar o seu duplo feito de pristino mármore, exposto no museu; ou no quase abalroamento cometido por ninfas extemporâneas num corredor da História), só poderia ver no digital uma superfície onde os sentimentos, i.e., a individuação plena, i.e., o virtual sempre actualizado pelo potencial que chega e pelo potencial que parte, não poderiam transparecer. Por ser um artista atento ao pulso do tempo, por vezes historiográfico por vezes especulativo, Sokurov diria numa entrevista nunca realizada mas aqui efabulada: nenhuma técnica digital foi usada, porque para a empreitada a que me propus (*Skazka*, 2022), sabia ser imperativo trabalhar num desdobramento da imaginação, «o modo de pensamento mais adequado à diferenciação vaga do virtual»⁹⁴. Para os corpos se manifestarem num determinado artefacto fílmico deverão ser tratados enquanto «transdutores do virtual», que, numa amostra muito rarefeita de exemplos, atravessam uma biografia tendo acesso, nesta ou naquela singularidade, ao *actual*⁹⁵ sentido e, neste exemplo, filmado. Para Massumi, agora já no plano da nossa realidade, o digital é o *medium* da mera possibilidade, não tendo acesso à virtualidade deleuziana nem, até, à potencialidade (grau anterior). «A codificação digital, *per se*, é possibilística [*possibilistic*]» e a equivalência do digital com o virtual uma mera confusão nociva. Massumi junta-se a Evens e a Stiegler neste nosso exercício de agrimensura, dado ver nas tecnologias digitais somente «um enorme poder de sistematização do possível» e, fora dessa sistematização e abstraindo-nos dos seus formalismos de aparência, encarar o digital como uma «nulidade electrónica». Em suma, havendo uma virtualidade envolvida numa dada situação, esta não estará contida no código binário.

Olhando de soslaio para o mapa começado: sobrepondo o plano logicista, com o bit enquanto figura de proa, ao plano culturalista e político que associa a nossa «miséria simbólica» ao advento da digitalização do mundo, antevemos uma leitura em que o digital

⁹⁴ Brian Massumi, «On the Superiority of the Analog», em *Parables for the Virtual: Movement, Affect, Sensation* (Durham: Duke University Press, 2021), 146.

⁹⁵ Brian Massumi, 149. Lê-se na mesma página: «The actual occurs at the point of intersection of the possible, the potential, and the virtual: three modes of thought. The actual is the effect of their momentous meeting, mixing, and re-separation. The meeting and mixing is sensation.»

não comporta na sua constituição a contingência, o acidental, o inesperado. O Real, de aspectos que extravasam a mera discretização calculável, carregará consigo, porventura, algo que a ontologia do bit não capta ou desvirtua. O digital foi visto aqui enquanto criador de uma temporalidade alheia ao tempo do sujeito humano e enquanto processo de industrialização do simbólico, ficando este retido em lógicas de consumo homogêneo, conducentes à sincronização de milhões de consciências proletarizadas através de dispositivos retencionários. Cada uma destas críticas postula, de maneiras diversas, que o rosto inesperado da protensão seguinte não pode ser transmitido pelo aparato digital. Em suma, a «autenticidade» e as «emoções verdadeiras» que Sokurov declarou perseguir no mosaico espectral do seu filme não estariam ao alcance do código binário segundo a constelação de argumentos aqui entrelaçados. A libertação da protensão do jugo da mesmidade não poderá ocorrer, então, através do digital? Não estando certos, adicionamos um insidioso murmúrio ficcional ao purgatório de Sokurov. Porque até no submundo do que nunca ocorreu deverá haver contestação: «Tudo é artificial, tudo é artifício. A natureza já não existe. Nós continuamos a partir ainda da observação da natureza, quando afinal há já muito tempo que só devíamos partir da artificialidade.»⁹⁶

⁹⁶ Thomas Bernhard, *Extinção. Uma derrocada*, trad. José A. Palma Caetano (Lisboa: Assírio & Alvim, 2004), 112. Ao qual só nos resta responder com o *Yes* de Molly Bloom. Se formos um pouco mais precavidos, e dado estarmos a redigir uma dissertação académica, alertamos que esta é uma intuição que atravessa o século passado, tendo vários nomes, estilos e propósitos. Deleuze e Guattari, catorze anos antes de Bernhard, dizem-no da seguinte maneira: «O real não é impossível, o que é, é cada vez mais artificial» (Gilles Deleuze e Félix Guattari. *O Anti-Édipo*, trad. Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004, 38).

2. Código e clínica: do incomputável e outros aluviões

A nossa época tem-nos dado vislumbres do que se ganha quando a literatura ou outra arte se ocupam da história da ciência ou da filosofia. Aos dados historiográficos são enxertados detalhes que caracterizam os sujeitos responsáveis por grandes descobertas, as liberdades ficcionais prestam-se ao esboço de personalidades, por norma retratadas como atormentadas, ora pelo peso da sua genialidade ora por circunstâncias políticas e sociais adversas ao desbravamento de novas ideias. Assim, porque não participarmos benevolmente em alguns trejeitos epocais, enquanto tentamos fintar o seu lado caricatural? 1931 e 1936 seriam os anos escolhidos para o arranque desse *tableau vivant*, a partir do qual, se tivermos engenho, iremos propor uma posição geral oposta à secção anterior: o digital, e a computação que opera através dele, podem ser atravessados pela contingência e pela indeterminação.

No início do século passado, a matemática era uma ciência que sofrera grandes avanços teóricos em tempos recentes. Tais descobertas indicavam que alguns dos seus axiomas e postulados fundacionais de então não seriam a via exclusiva ao aprofundamento epistemológico debruçado sobre o real, sobre o mundo. Em 1900, no Congresso Internacional de Matemáticos em Paris, uma certa insatisfação foi eloquentemente expressada quando David Hilbert, um dos matemáticos mais influentes da sua época, apresentou uma lista de vinte e três problemas em aberto aos quais a matemática deveria dedicar-se no século prestes a iniciar-se. Hilbert tentava responder às sucessivas crises centrais que surgiram na viragem do século, onde proliferaram paradoxos e becos sem saída no que à Lógica dizia respeito. Anos mais tarde, no que ficaria conhecido como «Programa Hilbert», o matemático perseguiu um mapeamento baseado em três pontos: consistência, completude e decidibilidade com vista a uma sistematização de todos os aspectos matemáticos, na forma axiomática, e a respectiva prova metamatemática capaz de provar tal formalização. Dito de outra maneira, Hilbert, e os seus sucedâneos, tentavam alcançar uma formalização universal, *mathesis universalis*, que sustentasse todas as verdades matemáticas possíveis de serem provadas (como verdadeiras ou falsas).⁹⁷

⁹⁷ Seria o ar dos tempos. Pensemos nos três volumes de *Principia Mathematica* (1910-13) escritos por Bertrand Russel e Alfred North Whitehead. Tal trabalho hercúleo seria uma tentativa de sistematização da

Trinta anos volvidos, no último dia da Segunda Conferência sobre Epistemologia das Ciências Exactas, em Setembro de 1930, Kurt Gödel apresentara os primeiros esboços dos seus Teoremas da Incompletude para uma generalizada indiferença da audiência, constituída pelos mais significativos físicos, filósofos e matemáticos de então.⁹⁸ No ano seguinte é publicado o derradeiro artigo, *Über formal unentscheidbare Sätze der Principia Mathematica und verwandter Systeme I*⁹⁹, que fizera derrocar os empreendimentos de Hilbert, Russel, von Neumann e tantos outros, dado ter provado, sumariamente, que todo o sistema aritmético contém em si proposições (relacionadas apenas com números inteiros) que, à luz da consistência do sistema, podem ser verdadeiras, mas não passíveis de prova ou refutação. O segundo Teorema da Incompletude de Gödel declara que «a consistência de um sistema formal que contenha aritmética não pode ser formalmente provada no interior do sistema»¹⁰⁰, o que impossibilita as investigações de Hilbert e dos formalistas seus pares que almejavam uma «transparência matemática» sempre dependente da consistência do sistema em análise¹⁰¹.

Poucos anos passados, e influenciados pelas descobertas de Gödel, Alonzo Church e Alan Turing, trabalhando independentemente um do outro, esmiuçavam o *Entscheidungsproblem* (problema de decisão), noção proposta por David Hilbert e Wilhelm Ackermann em 1928. O *Entscheidungsproblem* era um desafio que requeria um procedimento (algoritmo) que respondesse *sim* ou *não* a qualquer *input* que lhe fosse dado, tendo a sua resposta de ser necessariamente universalmente válida¹⁰². Ambos os matemáticos concluíram que este desafio não poderia ser resolvido¹⁰³ sobre a premissa da

metodologia referente à lógica matemática, tentando alcançar uma maior precisão simbólica e expressiva, sendo ainda uma tentativa de solucionar paradoxos pendentes à época.

⁹⁸ A história, por entre cronologia e mitificação, indica-nos ter sido John von Neumann a única pessoa presente que se apercebera da radicalidade da proposta. Como exemplo concreto quanto à nossa primeira frase desta secção, veja-se *The MANIAC* (2023) de Benjamim Labatut.

⁹⁹ Kurt Gödel, «On Formally Undecidable Propositions of the Principia Mathematica and Related Systems I.», em *The Undecidable: Basic Papers on Undecidable Propositions, Unsolvability Problems and Computable Functions*, ed. Martin Davis (Nova Iorque: Dover Publication, 1965), 4–38.

¹⁰⁰ Rebecca Goldstein, *Incompleteness. The Proof and Paradox of Kurt Gödel* (Nova Iorque: Atlas Books, 2005), 183.

¹⁰¹ Rebecca Goldstein, 187–88.

¹⁰² Uma afirmação seria universalmente válida se, e apenas se, pudesse ser deduzida usando regras lógicas e axiomáticas. O pretendido seria um algoritmo/procedimento que a todo o momento, quando executado, decidisse se cada proposta formal podia ou não ser provada segundo as regras da lógica matemática. Ensejos com uma genealogia tão antiga quanto algumas propeções de Leibniz no século XVII.

¹⁰³ Alan Turing, «On Computable Numbers, with an Application to the *Entscheidungsproblem*», em *Proceedings of the London Mathematical Society* 42, n.º 1 (1936), 231, <https://doi.org/10.2307/2268810>. Acedido a Dezembro de 2024.

computabilidade¹⁰⁴, i.e. alguns «problemas de decisão» são indecidíveis. O mais relevante, aqui, é sublinhar que em 1936 Alan Turing concebeu uma máquina abstracta que provou algumas funções enquanto incomputáveis, descrevendo os limites da própria computação antes de qualquer máquina computacional ter sido concebida. Importante será também o facto de a formalização funcional de tal máquina se basear num procedimento algorítmico que deveria resolver um determinado problema num número finito de passos sequenciais. A Máquina Turing expusera o fulcral para os vindouros, a própria noção do que é «computar», assentando a formalização de tal procedimento enquanto princípio automático de inferência dedutiva. O que ambos parecem alcançar, Gödel e Turing, simplificando ambos os seus argumentos, é reformular a dificuldade inerente às codificações formais engendradas pelo humano, para espelhar, ou *desvelar à la* Heidegger, o mundo empírico.¹⁰⁵

O devir computacional: uma segunda natureza

Se admitirmos que, na nossa vida, o digital se manifesta, *grosso modo*, nas tecnologias que computam através dos seus preceitos, apercebemo-nos da necessidade de nos determos no que é a «computação» hoje, e como esta se relaciona com a nossa investigação. Na miríade de possibilidades de escolha nesta linhagem, surge M. Beatrice Fazi, em *Contingent Computation: Abstraction, experience and indeterminacy in computational aesthetics*, enquanto interlocutora possível para aproximarmos alguns destes problemas aos nossos dias. Em termos generalistas, poderia dizer-se que o livro de Fazi é uma leitura filosófica do conceito *computação*. Deslindando o novelo, poderá ser dito que esse estudo filosófico propõe que uma «condição à produção ontológica da computação» é a indeterminação, conclusão derivada da ideia de que no formalismo computacional, mesmo que seja contra-intuitivo, se encontra a contingência.¹⁰⁶

Fazi opera sobre uma abordagem que se poderia considerar antagónica a pensadores como Aden Evens. Esta não aceita que se encare a actividade conceptual

¹⁰⁴ Turing refere «computabilidade», Church «calculabilidade efectiva». Iremos privilegiar o artigo do primeiro, pela sua influência decisiva nas ciências da computação.

¹⁰⁵ No limite, podemos dirigir-nos à mais curta das sùmulas: «Incompletude significa que mais axiomas podem ser adicionados ao sistema formal; incomputabilidade significa que mais dígitos e passos podem ser adicionados à computação» em M. Beatrice Fazi, *Contingent Computation: Abstraction, Experience, and Indeterminacy in Computational Aesthetics* (Londres: Rowman & Littlefield International, 2018), 119.

¹⁰⁶ M. Beatrice Fazi, 1–2. Como complemento: «I contend that the contingent should be viewed as maximally *indeterminate*.» (p. 6)

computacional enquanto inferior ao pensamento extraído da experiência vivida, argumentando poder pensar-se os «modos de ser e de devir da computação», conceptualizando a potencialidade interna que a computação tem de actualizar-se a si mesma. Mesmo havendo a correlação entre métodos epistemológicos ocorridos no interior do sistema computacional e uma lógica formal assente numa matriz de relações discretas, onde poderá ocorrer uma redução epistémica em que tudo é prescrito e pré-programado, é-nos sugerido que desloquemos o nosso olhar quanto ao significado desse carácter lógico-quantitativo da computação. E pensarmo-lo não enquanto mero limite, mas como o próprio meio ontológico do devir computacional, dada a «matriz computacional ser dinâmica e complexa, porque infinita e processual»¹⁰⁷. Não obstante a computação ser encarada aqui enquanto «procedimento abstractivo de determinação que enfrenta, sempre, indeterminação», esta indeterminação, para Fazi, não necessita de tradução qualitativa de um corpo ou um referente empírico, dado ser já expressa, na sua natureza lógica e quantitativa, pelos procedimentos algorítmicos: «Apesar de permanecer incalculável¹⁰⁸, esta indeterminação formal não está portanto fora da computação, mas é intrínseca ao seu carácter axiomático.»¹⁰⁹ A computação, dir-se-á na mesma página, «talvez possua já um modo de experiência», que corresponde ao há pouco referido processo de determinação sempre em tensão com a indeterminação que lhe é inerente, uma experiência apreendida e fabricada segundo métodos computacionais e algorítmicos. A *experiência*, nesta instância, será então elencada nos processos de autoactualização levados a cabo pela computação.

Fazi articula ao longo do livro aspectos da filosofia de Gilles Deleuze e Alfred North Whitehead, sendo deste último que irá apropriar-se da noção de que a «realidade é uma actividade de autoactualização», enquanto processo que envolve uma relação de formas, «ou esquemas de abstracção com existência factual»¹¹⁰. Computação, então, será o que vislumbra uma interrelação de *forma e facto*, um processo e um «acto actual» que opera no tempo e no espaço e engloba «eventos computacionais»¹¹¹, enquanto resultado

¹⁰⁷ M. Beatrice Fazi, 4.

¹⁰⁸ «Incompletude» e «incomputabilidade», heranças de Gödel e Turing, não são aqui falhas formais dos sistemas axiomáticos computacionais (ou digitais), mas sim prova de que a indeterminação advogada por Fazi não pertence apenas ao reino empírico, mas também ao formal.

¹⁰⁹ M. Beatrice Fazi, 6.

¹¹⁰ M. Beatrice Fazi, 7.

¹¹¹ «Eventos actuais» ou «ocasiões actuais» surgirão no livro enquanto parte integrante da computação. Jargão whiteheadiano que significa: ocorrências únicas que nunca serão ontologicamente repetidas de forma exacta.

do processo de autodeterminação. Esta dupla de autores, Deleuze e Whitehead, é fundacional no seu estudo porque Fazi afunila a investigação, a certa altura, para o campo estético. Contudo, para o fazer, cartografa as várias características da «computação contingente» que a levam a poder gerar o novo, o que nos interessa. (À velha contenda «contínuo vs. discreto», a autora propõe que esse impasse, no que à estética digital¹¹² concerne, recaia sobre o campo da ontologia.)

Ora, lida à luz deleuziana, a discretização fundacional do digital (e dos axiomas computacionais) não permite que se possa falar do novo, ou de novidade, dado o carácter ontológico da *aesthesis* estar associado a uma teoria da *sensação*, do que vem até nós antes de ser enquadrado pelo entendimento e ser constrangido pelo figurativo e pela significação. Ou seja, a sensação seria constituída pelas relações diferenciais intensivas, que dotam a realidade de condições transcendentais de existência. Para Deleuze, o aspecto discreto do digital seria apenas outra faceta do representável, o que desabaria a relação não mediada do sensível, separando o pensamento do afecto e da intuição (leituras com vasto lastro, com reiteradas variações – da *potentia agendi* do corpo de Espinosa às ideias de contemporâneos, como Brian Massumi). Daí que este impasse aparentemente estético trazido pelo digital seja ontológico: a contenda «é entre a indeterminação do vivido e o determinismo que a máquina digital necessita de modo a operar e funcionar»¹¹³. Sobre este impasse será necessário pensar não somente o corpo do sujeito mas o «sensível em geral», enquanto transdutor da experiência, passo que Fazi toma para ultrapassar as dificuldades fenomenológicas que dividem o sujeito do computacional. O processo digital deveria então ser trazido para o plano qualitativo, manobra conceptual necessária para que haja transdução (termo de Simondon) e se possa falar de *aesthesis* digital. E, como consequência, computação contingente; necessidade encapsulada em escritos como os de Nigel Thrift, onde apelida de «quálculo» esse novo sentido de calculação trazido pelas tecnologias contemporâneas como as digitais.¹¹⁴

Se, por um lado, a experiência do real é não-mediada e está imersa no plano de imanência do pensamento e da sensação, a concepção de experiência, enquanto acesso à distribuição virtual de intensidades, tem sido associada à *affective turn*, campo que tem avançado propostas especulativas nos chamados «estudos culturais» e que, por vezes,

¹¹² Beatrice Fazi tenta várias vezes contornar o «digital», favorecendo a «computação», nem sempre sendo bem-sucedida.

¹¹³ M. Beatrice Fazi, *Contingent Computation*, 28.

¹¹⁴ Nigel Thrift, *Non-Representational Theory: Space, Politics, Affect* (Londres: Routledge, 2008), 90.

operacionaliza também as tecnologias digitais. A *affective turn*¹¹⁵, no estudo dos media, segue a linhagem de Espinosa e Deleuze através da noção de *afecto*, que se transforma num veículo conceptual para conceder um aspecto ontológico ao inorgânico e a realidades não-humanas. Aí, a tecnologia não é reduzida ao seu efeito sobre o organismo humano, mas vista enquanto «*medium* tecnológico em constante reinvenção das suas condições materiais de existência»¹¹⁶. O digital deixa de ser visto apenas enquanto processo mimético e redutor do virtual para estar implicado através das sensibilidades e intensidades que se dão no cruzamento do seu funcionamento com o empírico. A título de exemplo, referimos autoras como Anna Munster¹¹⁷, que se apropria do jargão deleuziano para traçar uma genealogia estética da cultura digital, focando-se nas intersecções das forças materiais e incorpóreas engendradas pelas tecnologias de informação. Através de um *digital embodiment*, o vivente encontra uma nova modalidade experiencial no reino digital, onde o orgânico entra num novo tipo de relação com o plano informacional de natureza e velocidades radicalmente novas. Stamatia Portanova, outra autora nesta constelação, investiga, por sua vez, o que poderia ser apelidado de «discretização da virtualidade», encarando o digital enquanto advento «da potencialidade abstracta mas peculiar que pressupõe a sua materialidade, nomeadamente a ideia de cortar coisas»: sejam bits, pixéis ou pontos, recombina-los *ad infinitum*.¹¹⁸ No projecto de Portanova a criatividade da tecnologia digital afasta-se da caracterização que Massumi atribui à continuidade afectiva, dado alargar o virtual a uma categoria de potencial incorpóreo de variação que «tanto em termos tecnológicos quanto coreográficos, pode ser pensado como o potencial ilimitado que cada parcela numérica de um programa, ou cada parcela experiencial de uma dança»¹¹⁹ tem para mudar e tornar-se diferente.

Fazi, por sua vez, apesar de reconhecer a importância de contributos como os de Portanova e Munster, antevê sempre o perigo de virtualizarmos o digital, o que é uma impossibilidade e uma via infrutífera. Crê que, à questão de se o digital pode ser virtual ou vice-versa, devemos responder: deverá ser qualquer um dos casos? Ambos diferem entre si, o que deve ser lido como: «o digital é algo diferente da virtualidade» e a sua

¹¹⁵ Cf. Melissa Gregg e Gregory J. Seigworth, eds., *The Affect Theory Reader* (Durham: Duke University Press, 2010).

¹¹⁶ M. Beatrice Fazi, *Contingent Computation*, 33.

¹¹⁷ Anna Munster, *Materializing New Media: Embodiment in Information Aesthetics* (Hanôver: Dartmouth College Press, 2006).

¹¹⁸ Stamatia Portanova, *Moving without a Body. Digital Philosophy and Choreographic Thoughts* (Cambridge: MIT Press, 2013), 8.

¹¹⁹ Stamatia Portanova, 9.

potencialidade deverá ser encontrada noutro tipo de investigação. Há uma experiência digital, mas a mesma pede um «tipo de estruturação que seja actual, discreta e lógica»¹²⁰.

Lemos em *Contigent Computation*, a certa altura, que «o computacional não é sinónimo do digital»¹²¹ e cremos ser este o momento de endereçarmos esta objecção. Fazi crê que computar envolve sempre uma «sistematização do real através de abstracções quantitativas» e que o computacional pode ser descrito como «o *modus operandi* da resolução de problemas dos sistemas informáticos digitais», enquanto o digital deverá ser entendido como uma «tecnologia eficiente e confiável de automatizar, distribuir e gerir o método computacional através da representação e o processamento de informação enquanto valores descontínuos». Contudo, nas páginas seguintes assistimos a uma equivalência da computação e do digital enquanto categorias baseadas em «operações discretas» e uma equivalência entre «estética digital» e «estética computacional». Parece seguro inferir que «computação» foi a categoria escolhida por Fazi por ser alargada em termos conceptuais, englobando todos os métodos de manipulação de entidades quantificáveis numa sequência finita de procedimentos e, em abono da verdade, para poderem ser incluídos na sua análise, mesmo que de forma breve, modelos não convencionais de computação¹²² como o quântico, o molecular, o celular, etc. Não obstante as diferenças conceptuais, as investigações levadas a cabo aqui em torno da computação podem, quase na totalidade, ser inferidas através do digital. Outra diferença fulcral é o conceito de «indeterminação» ser o que no título desta dissertação é expressado por «imprevisível». Talvez ambas as diferenças residam no seguinte: Fazi pretende provar que no interior das próprias lógicas computacionais há produção ontológica e uma experiência, mesmo que formal e não apreensível ao sujeito. Concordando com a sua intuição, servimo-nos do seu caminho. No entanto, «digital» e «imprevisível» são a parilha do outro lado do espelho para quem tenta esboçar as implicações das suas investigações sobre os sujeitos, sobre nós e os outros no intrincado processo de transindividuação possível que nos calhou no calendário. Afastados de uma leitura meramente sociológica ou culturalista, cremos, no entanto, que as investigações logicistas como as de Fazi ou Evens informam planos políticos e antropológicos sobre a apelidada «era digital». Parece ser o nosso dever traçar as implicações de um plano no outro para não ficarmos aprisionados em abstracções de como a tecnologia contemporânea é nefasta,

¹²⁰ M. Beatrice Fazi, *Contigent Computation*, 41.

¹²¹ M. Beatrice Fazi, 47.

¹²² M. Beatrice Fazi, 143–56.

ou no mero desdobramento de fórmulas informacionais. Às máquinas, a computação e a indeterminação; aos sujeitos, o digital e o imprevisível.

Apesar das nuances dos termos, todos eles apontam para a possibilidade de se discretizar a realidade. A computação digital, e o seu aparato técnico predominante em todas as esferas do social¹²³, não estará arredada da possibilidade do novo e do devir dado o seu carácter discreto, mas a possibilidade desse devir estará inscrita nessa qualidade. Desde 1936, via Turing, definimos paradoxalmente o que é a computação pelo que não pode fazer; é o incomputável que define ontologicamente, no seu artigo, o que é a computação. O engendramento de uma nova realidade através da computação passará então pelos seus limites, pelos procedimentos desconhecidos que lhe são inerentes. Luciana Parisi¹²⁴, nos seus estudos em torno do papel dos algoritmos contemporâneos envolvidos no avanço do *design* computacional, fala-nos de um emergente pensamento computacional, com a capacidade de focar-se nas propriedades materiais, forças físicas, pressões e constrangimentos definidos pelas dinâmicas e formas espaciotemporais. O caso de estudo de Parisi no ensaio acima referido centra-se nos novos métodos computacionais envolvidos no engendramento de soluções no seio da arquitectura civil. É advogado que estes algoritmos ultrapassam os princípios da Máquina Turing, dado os seus resultados não advirem da dedução, mas adoptarem uma razão indutiva, «dependendo da capacidade computacional para reunir informação do mundo físico» e assim gerarem estruturas espaciotemporais como se estas fossem «empiricamente derivadas da matéria»¹²⁵. Assim, o *thinking design* não seria baseado em verdades pré-estabelecidas à procura de prova, mas emergiria das variações do material e dos elementos, desdobrando-se no tempo «através da mutação e adaptação da informação». Para advogar tal posição, Parisi apoia-se nas já referidas descobertas de Gödel e Turing, dado precisar de se acercar da noção de *incomputável* para indicar que se é verdade que o algoritmo não consegue provar o que não é possível de computar, esse aspecto será de qualquer modo «inteligível dentro da computação e manifesta-se na forma de um axioma». Parisi privilegia o termo *aleatoriedade*, para o que Fazi cunha enquanto

¹²³ Desde 1984, diríamos, com o sucesso do *Macintosh 128K* em tornar-se um computador (digital) pessoal massificado. Daí a esta parte, incontáveis são os modelos e as marcas que prosseguiram a respectiva proliferação. No futuro, outra será a tecnologia (e computação) predominante. Nas últimas décadas, têm sido estas as figuras centrais.

¹²⁴ Luciana Parisi, «Automated Architecture. Speculative Reason in the Age of the Algorithm», em *#Accelerate. The Accelerationist Reader*, ed. Robin Mackay e Armen Avanessian (Falmouth: Urbanomic, 2014), 401–24.

¹²⁵ Luciana Parisi, 404.

indeterminação, por considerar que é com o aleatório que esbarramos no problema do incomputável e ser este que infecta os axiomas computacionais. Sendo a aleatoriedade incorporada, a cada reiteração algorítmica, «num axioma por meio do processamento baseado em regras [*rule-based*], definindo a razão algorítmica como uma elaboração não-linear de infinitos contínuos e de transformação das suas partes discretas»¹²⁶.

De modo a tornar operativa a aleatoriedade no seio do reino algorítmico, i.e. tornar possível que um algoritmo proceda à «elaboração não-linear de infinitos contínuos», Parisi deverá encontrar cúmplices que vão além de Turing, e a sua base sustém-se, em parte, nos escritos do matemático Gregory Chaitin. Para este, os axiomas computacionais já não devem ser entendidos em termos de verdades auto-impostas ou postulados, mas sim «teorizados em termos de algoritmos experimentais» que envolvam processos contingentes de aleatoriedade «onde a decisão ocorre no último instante», já não estando dependentes, depreende-se, da lógica binária. Luciana Parisi infere¹²⁷, então, que esta «axiomática experimental» inclui a contingência e não a necessidade na sua causalidade, dado a aleatoriedade e o incomputável, variedades infinitas de infinitos, se tornarem «a condição causal do processamento computacional». Abre-se uma brecha, um espaço de possibilidades de racionalidade entre a verdade e a prova, por onde se vislumbra uma dimensão transcendental da computação, dado nestes novos axiomas o incomputável definir uma condição real de indeterminação computacional que expõe a bifurcação entre aleatoriedade e a discretização algorítmica, cabendo à indeterminação o papel de mediação entre informação, aleatoriedade e padrão algorítmico. Apenas desse modo podemos considerar a contingência na causalidade do que é incomputável, dadas a verdade e a prova não serem determinadas por um sujeito transcendental, concedendo uma abertura ao «processo instrumental através do qual é activado»; voltámos à produção ontológica dentro da logicidade maquínica, ao que não é humano. Em linguajar de croniqueiro, poderíamos falar de uma *operação Chaitin*, aqui apropriada enquanto dispositivo para uma nova instrumentalização de um racionalismo maquinal, dentro e além da digitalidade. Para Chaitin, a computação «é definida pelas tendências de a informação aumentar em tamanho», não havendo «tal como para a contagem de números [...] um fim da informação», o que prova que o raciocínio dedutivo não «descreve suficientemente o que acontece no pensamento lógico das máquinas», levando Parisi a

¹²⁶ Luciana Parisi, 413.

¹²⁷ Luciana Parisi, «The alien subject of AI», em *Subjectivity* 12, n.º 1 (1 de Março de 2019), 40, <https://doi.org/10.1057/s41286-018-00064-3>. Acedido a Janeiro de 2025.

concluir: «deste ponto de vista, podemos sugerir que os incomputáveis – enquanto variações infinitas de infinitos (ou aleatórios) – delineiam a trajetória da computação do e para o infinito»¹²⁸. O que Gregory Chaitin tem vindo a propor, em suma, é uma radicalização dos argumentos de Gödel e Turing¹²⁹, demonstrando uma e outra vez que há um número infinito de factos matemáticos irreduzíveis, ou seja, nenhuma teoria explica o porquê de serem verdadeiros¹³⁰. Enquanto um dos primeiros entusiastas do conceito «informação algorítmica», Chaitin tentou agrimensar os limites dos factos matemáticos, provando haver largas porções de terreno que permanecem imperscrutáveis incentivando, até, novas metodologias que aproximassem a matemática da física, numa abordagem «quase empírica», ou que ficou conhecida como «matemática experimental», matriz popular entre os matemáticos que viram nas simulações computacionais, bem como na lógica de exequibilidade de determinado programa segundo determinado *input*, uma mais-valia para demonstrações matemáticas alheadas às capacidades mais ortodoxas.¹³¹

O que aqui temos vindo a deslindar permite sugerir que a inteligibilidade algorítmica da aleatoriedade adquiriu uma validade epistemológica. Os axiomas que distribuem e activam o substrato mais cru, de uma longa cadeia de complexificação de 0s e 1s, parecem apresentar um devir experimental de pensamento, de actuação.¹³² Um dos problemas que este caminho levanta é o de os axiomas computacionais, ao se tornarem verdades experimentais, efectivarem um delírio no código binário e, na sua automação, exporem as suas inconsistências internas. Os arranjos das parcelas sequenciais contêm

¹²⁸ Luciana Parisi, 42.

¹²⁹ Para uma melhor compreensão de como o autor lê a influência dos teoremas de Gödel no futuro da computação, ver Gregory Chaitin, *Meta Maths: The Quest for Omega* (Londres: Atlantic Books, 2006), 29–34.

¹³⁰ Gregory Chaitin, «The Limits of Reason», em *Scientific American* 294, n.º 3 (2006), 74–81.

¹³¹ Pensamos em autores, como Stephen Wolfram, pertinentes para os assuntos aqui evocados que, no entanto, alargaram a discussão a audiências não necessariamente especializadas, onde nos encontramos.

¹³² Neste caso concreto, chegamos aqui praticando uma leitura algo aceleracionista de Ómega, constante descoberta por Chaitin. Ω é um número real, transcendente e não computável que representa a probabilidade de um determinado programa parar (ao invés de prolongar a sua execução até ao infinito). É uma proposta que endereça directamente o famoso «*halting problem*», e que, na sua aparente simplicidade, oferta a Parisi uma oportunidade de especulação: «One of the interesting implications of Chaitin's Omega is that it is at once computationally intelligible – and thus physically and conceptually processed by automated systems – yet unsynthesizable by a totalizing theory or practice of knowledge. For computational design thinking, this proposition entails that computation needs to be understood beyond the limits of mathematics, and cannot be easily supplemented by physics [...]. Chaitin insists that computation needs to be rethought in terms of an experimental axiomatics for which the incomputable Omega cannot be proven by means of deductive reason, but can nonetheless-although partially and immanently-discretize (i.e. render discrete and intelligible) infinitely large quantities of data. This view is essential to computational design thinking because it importantly reveals that there is a dynamic proper to computation, in which discrete patterns are inevitably accompanied by patternless information.» (*Automated Architecture*, 415).

agora informação aleatória, facto que não interrompe, mas acrescenta uma finalidade ao programa – ao seu código – no todo. Parece ser necessária, então, uma «teoria da razão especulativa» que lide com a relação indução/dedução e que consiga tornar pensável esta matriz axiomática experimental, contingente e indeterminada. Whitehead, mesmo tendo falecido antes de o computador digital ter sido concebido, arquitectou uma metafísica cosmológica de eventos quantitativos e processos de abstracção que podem relacionar-se com o pretendido.

A aceleração da automação e do processamento algorítmico, que temos vindo a descrever, mapeiam e informam uma razão radicalmente nova. A linha de horizonte do código binário nestas novas estruturas, que aceitam o aleatório e o contingente na sua operatividade, não pode ser sintetizada pela consciência do sujeito e, no entanto, é o centro de todos os comandos, ordens, distribuições e sequências, o que significa que ao invés de derivarem a dinâmica informacional do empírico, os «dados não padronizados estão, como alternativa, a gerar-se através da própria computação, tendo-se tornado intrínsecos à razão automatizada»¹³³. A razão, para Whitehead, implica a adição de novos dados à cadeia contínua de causas e efeitos, as leis físicas da natureza. A razão especulativa (diferente de, por exemplo, a razão prática) assentará na «produção de um esquema», num «concreto arranjo de relações» tentando «transcender a existente análise dos factos», com vista a alargar especulativamente as categorias dentro dos limites de determinado tópico¹³⁴. Dado Whitehead sublinhar que a «especulação abstracta tem sido a salvação das especulações do mundo que criaram sistemas e depois os transcenderam, especulações que se aventuraram até ao limite mais remoto da abstracção»¹³⁵, podemos alegar que o requerimento necessário à razão especulativa deve ser a de encontrar os limites dos esquemas que ela mesma produz, o incomputável inserido no mecanismo do conjunto do seu exercício racional. Ora, esta Razão Especulativa não é contida pelo Princípio de Razão Suficiente, dado pressupor um substrato de cognição que não pode ser contido num formalismo completo. A razão deverá ser rearticulada de acordo com a *causa final* e não meramente segundo a lei da *causa eficiente* (sequência contínua de causas e efeitos)¹³⁶.

¹³³ Luciana Parisi, «Automated Architecture. Speculative Reason in the Age of the Algorithm», 417.

¹³⁴ Alfred North Whitehead, *The Function of Reason* (Boston: Beacon Press, 1958), 85.

¹³⁵ Alfred North Whitehead, 76.

¹³⁶ Steven Shaviro, *Without Criteria: Kant, Whitehead, Deleuze, and Aesthetics* (Cambridge: The MIT Press, 2009), 25. Na página referida: «Whitehead's ontological principle thus makes the same metaphysical demand as Leibniz's principle of sufficient reason—except that Whitehead, once again, rejects the subject-

Para Parisi, a causa final explica o facto de os conceitos não serem reflexos de causas materiais, e estes, em si mesmos, servirem-se de uma interacção de dados herdados do passado com ideias novas e, por vezes, ainda não provadas. As «preensões conceptuais», no jargão de Whitehead, participariam num processo de selecção e avaliação de factos para lá da observação, reconhecendo haver outro nível de realidade, «uma abstracção que é própria do facto, mas que não é determinada por ele»¹³⁷. A causa final apresenta-se assim enquanto uma tendência especulativa intrínseca da razão para ir além da reconhecimento, sendo que a explicação do universo não poderá ser feita apenas em termos de interconexões físicas, e que o novo se inscreve nas coisas existentes através desse processo de desbloqueio de possibilidades e revisão das condições iniciais de determinada ordem das coisas, de determinado sistema. Cada actualidade tem em si a sua própria finalidade, conduzida pelo seu modo de razão, determinado pela sua discretização de informação, a sua parcialização de infinitos inteligíveis. É segundo esta leitura de Whitehead que a autora propõe que a aceleração da automação não conduziu à reificação do formalismo dedutivo, aparentemente reinante na computação e no digital, levando, pelo contrário, à descoberta de uma função de inteligibilidade que ultrapassa a matriz axiomática do digital. A aleatoriedade na automação, impossível de ser comprimida, transformou a função mecânica (determinada por um regresso controlado às condições iniciais) numa função progressiva (em direcção a uma linha de horizonte não programado) que produz e transforma axiomas.

Olhando de soslaio para o que temos argumentado, vemos em Fazi e Parisi – via Chaitin, via Whitehead, via Turing, via Gödel – que a presença do incomputável em cada processo algorítmico prova existir uma indeterminação lógica possível em todo o processo computacional (sempre lido enquanto evento actual que se autoactualiza, integrando dados do passado e vislumbrando potencialidades futuras), concretizando novas actualidades computacionais e permitindo-nos assim falar de produção de novidade, do que não é programado, do que é imprevisível. Fazi conclui o raciocínio deste modo: «[...] a computação inscreve-se numa condição de devir, mas esse devir não

predicate form of thought found in Leibniz. For Whitehead, events do not “happen to” things: rather, events themselves *are* the only things. An event is not “one of [the thing’s] predicates,” but the very thing itself. Where Leibniz refers all final causes and sufficient reasons to God, the ground of being and the architect of a “preestablished harmony” Whitehead inverts this logic. In Whitehead’s account, God is the *result* of the sufficient reasons, or final causes, of all finite entities, rather than their ground. In a world of process rather than predication, the sufficient reason for any actual occasion is “decided” by, and is entirely immanent to, the occasion itself.»

¹³⁷ Luciana Parisi, «Automated Architecture. Speculative Reason in the Age of the Algorithm», 421.

corresponde ao plano virtual de diferenciação contínua. Em vez disso, corresponde aos processos discretos de determinação e é engendrado pela infinidade quantitativa (e não qualitativa) que dá entrada em cada um desses processos»¹³⁸. Se, tal como Whitehead, entendermos «experienciar» enquanto «actualização de si», as discretizações abstractivas que constituem o digital (e a computação que opera através dele), delineiam o que poderemos chamar *experiência digital*, longe das parangonas jornalísticas e das folhas de sala contemporâneas, longe até de um sujeito, mas perto do que é requerido à produção ontológica e ao imprevisto no imo dos axiomas que gerem a lógica discreta de 0s e 1s, que nesta leitura convivem com o contingente.

Também Yuk Hui tentou mapear um «pensamento algorítmico», contribuindo para a discussão tida neste segundo capítulo, preferindo sublinhar, na sua incursão investigativa, o conceito de *recursividade*. Nele não vê Hui apenas um mecanismo que domestica a contingência, mas um mecanismo que possibilita a ocorrência do novo a partir das transformações internas do próprio processamento do algoritmo¹³⁹. Para Hui, quando é referida uma «recursão digital», recursão significa que uma função volta a si mesma em cada iteração até atingir um estado de paragem [*halting state*], seja esse o objectivo pré-definido e executável, seja a paragem prova de que se encontrou, em determinada iteração, o incomputável. Ao contrário do termo automação que, para Hui, implica uma ideia de repetição, recursão será uma automação cosmogónica à capacidade de autopostulação e autorrealização de determinado algoritmo. Como referimos no capítulo anterior, no movimento de regressar a si, o que é recursivo determina-se havendo em cada movimento uma abertura à contingência, forjando-se uma singularidade, concretizando-se, em suma, uma «concrecência» nos termos de Whitehead. Para autoras como Parisi, seja pelo seu carácter recursivo seja pela complexificação inerente à velocidade e à quantidade de informação que estes movimentos algorítmicos implicam, podemos falar de uma *segunda natureza* no que diz respeito às novas ecologias digitais nossas contemporâneas.¹⁴⁰

¹³⁸ M. Beatrice Fazi, *Contingent Computation*, 204.

¹³⁹ Yuk Hui, *Recursivity and Contingency*, 138.

¹⁴⁰ Luciana Parisi, «Instrumental Reason, Algorithmic Capitalism, and the Incomputable», em *Alleys of Your Mind: Augmented Intelligence and Its Traumas*, ed. Matteo Pasquinelli (Luneburgo: meson press, 2015), 125–37.

Fora dos axiomas: breve nota sobre materiais e cumplidades

Depois de sublinharmos a intrincada teia argumentativa que nos faz propor uma segunda natureza no reino do formalismo computacional, cremos ser oportuno pensar em que condições é que o indivíduo pode experienciar, e acomodar, um encontro com essa produção ontológica que lhe é profundamente estranha, alienígena. Nesse sentido, é previsível que o *glitch* seja evocado, dado ser das noções mais populares que materializa a emergência do contingente no digital.

O *glitch* será a manifestação tangível de algo inesperado, um «artefacto resultante de um erro». Emergindo de maneira não intencional, evidencia as «capacidades autónomas da matéria digital». Constituindo-se essencialmente como um evento no seio digital, poderá ser lido como distinto do acidente, *per se*, mais próximo da actualização onde o destino é o indeterminado e imprevisível.¹⁴¹ Se aceitarmos o *glitch* enquanto evento inscrito no horizonte de possibilidades, este comportar-se-á como um momento inscrito no tempo de uma diferenciação impossível de prever. Em teorizações recentes nos «race studies» ou «estudos de género», é mesmo uma figura operacionalizada com frequência por haver um entendimento de que qualquer projecto emancipatório, contestatário ou meramente crítico sobre estas matérias acontece hoje no plano da digitalidade. Esse uso recorrente, cremos, dá-se em parte pelo *glitch* oferecer uma fenda, uma estreita esperança a quem quer escapar ao controlo omnipresente das sociedades de hoje assentes na codificação 24/7 que o digital executa, distribui e interpreta através dos incontáveis *milieus* tecnológicos em funcionamento. O *glitch* será uma amostra de «ansiedade maquínica» sendo, simultaneamente, algo a celebrar dado o seu carácter de recusa e não-performatividade.¹⁴²

Porém, se relembrarmos o que nos trouxe até aqui e em que consiste a *indecisão de Sokurov*, percebemos que o *glitch* não será a categoria apropriada ao tratamento da contingência nos processos digitais. Recapitulando: o realizador, indeciso em assumir que teria usado tecnologias de manipulação e edição digitais na feitura de um dos seus filmes, volta atrás e declara que para atingir as «emoções verdadeiras» pretendidas das suas

¹⁴¹ Betti Marenko, «When making becomes divination: Uncertainty and contingency in computational *glitch-events*», em *Design Studies* 41 (1 de Novembro de 2015), 114. Encontrámos nos escritos da autora várias propostas quanto a possibilidades e figuras que encontram a contingência no digital. Contudo, não acompanhamos a sua leitura, que vê em tais eventos uma possibilidade (*à la* Deleuze nos *digital studies*) de virtualização do digital. Sobre esse aspecto, guardamos connosco as reticências de M. Beatrice Fazi.

¹⁴² Legacy Russell, *Glitch Feminism: A Manifesto* (Londres: Verso, 2020), 8.

personagens (todas elas figuras históricas do passado, cujos registos filmicos são património comum um pouco partilhado por todo o globo), oriundas de situações espectrais que nunca aconteceram no emaranhado do Real e da História que atravessamos, utiliza apenas métodos laboriosos e analógicos – supomos. Unindo estas inquietações aos diagnósticos de Bernard Stiegler, começámos a entrelaçar críticas de várias naturezas onde alguns consensos pareciam ser possíveis, dado haver alguma centralidade na preocupação de o digital estar a depauperar a nossa ecologia simbólica, o nosso sensível partilhável. Esse cerco ao simbólico dá-se através dos dispositivos retencionários que através do digital, o último estádio de gramatização, sincronizaram em grande medida as consciências de milhões de pessoas, achatando a diversidade simbólica reservada a cada um dos sujeitos. Considerando a pertinência desta análise, vendo nas retenções operadas pelo digital uma das condições inultrapassáveis da contemporaneidade, resta-nos perguntar: e o momento seguinte?¹⁴³ Também ele estará condenado à mesmidade?

Talvez Sokurov associe a manifestação de uma emoção verdadeira ao *continuum* informacional do analógico, mesmo que manipulado, por este ter uma relação privilegiada com o empírico. Mas, como temos vindo a demonstrar, a contingência pode ser encontrada no digital, seja em termos formais ou em termos especulativos. A análise do código discreto onde o plano digital opera assenta ora numa viragem linguística, ora numa viragem tecnológica, caminho bifurcado relativamente comum a outros estudos de caso, seja o trabalho ou determinado movimento social¹⁴⁴. Assim sendo, propomos que a busca da contingência por entre a sequência de bits pode ser encontrada através de dois aparatos de averiguação distintos. Ao tecnológico serve a investigação em torno da produção ontológica não premeditada, levada a cabo pelos axiomas computacionais já explicitados. Adoptando a «viragem linguística» no digital, quem surge dirá ter encontrado um texto (código binário), de uma língua que mesmo sendo computacional poderá ser entendida como todas as outras línguas naturais.¹⁴⁵ O código binário constitui

¹⁴³ Que também poderá ser formulado deste modo: e a protensão? O filme de Sokurov, ao apresentar velhos fantasmas em novas danças, parecia fazer implodir o arquivo e a história com o módico gesto de tornar todos os momentos por vir, no discorrer desse objecto temporal, concretizações incertas, imprevisíveis. Em parte, a nossa agrimensura tenta averiguar até que ponto a protensão pode trazer consigo essa potencialidade indeterminada, para lá do «*spectral turn*» que em Portugal, nos últimos anos, tem impregnado o discurso em áreas como os Estudos Fílmicos, Ciências da Comunicação ou Estudos Comparatistas. Será contraproducente não sublinhar que os fantasmas se fabricam, como qualquer outra coisa. Talvez que na contingência e na possibilidade da sua incrustação no código binário se vislumbre um facto que nos parece óbvio: nem tudo o que regressa ou nos assombra é de teor espectral.

¹⁴⁴ Matteo Pasquinelli, «Italian *Operaismo* and the Information Machine», em *Theory, Culture and Society* 32, n.º 3 (2015), 49–68, <https://doi.org/10.1177/0263276413514117>. Acedido a Dezembro de 2024.

¹⁴⁵ Matteo Pasquinelli, 63.

uma formação discursiva, inserida numa constelação de práticas e saberes que lê tudo na linha do tempo enquanto informacional e discreto, mas dificilmente poderá ser encarado enquanto texto. Se assim fosse, a máquina operante e o programador antecedente deslizariam para possíveis orquestradores de delírios, o que, sendo aliciante, é de defesa dúbia em termos conceptuais. O delírio é o desígnio que o escritor – raro – inscreve na língua que opera (Deleuze, *Crítica e Clínica*), é um processo que arrasta as palavras até ao seu limite, num convívio perigoso com o seu exterior. E quão conveniente ao nosso humor seria afirmar que os escritores agora são outros e o «mal visto mal dito» o escrito numa faixa afixada na muralha do povoado dos bits em questão. Porém, o facto de esta ser uma linguagem que *faz* o que expressa leva-nos a crer que a contingência¹⁴⁶ apresentar-se-á com outras roupagens.

Sugerimos então atentar numa breve publicação, intrigados pelo título sugestivo e por ter sido publicada enquanto peça acompanhante de uma exposição artística¹⁴⁷. Um dos textos¹⁴⁸ enceta a seguinte pergunta: «Quem é um artista contingente, um artista que adopte o pensamento da contingência na sua abordagem aos materiais que constituem e determinam o seu trabalho e produção artística?» Parece-nos uma inquirição válida (mesmo que de difícil clarificação), uma pergunta que se poderia colocar a Sokurov enquanto este metamorfoseava os materiais de arquivo que se materializariam em *Skazka*. Reza Negarestani, autor do texto, crê que o substrato comum a estes artistas seria a sua cumplicidade com «materiais contingentes». Arte, lemos, é um processo produtivo orientado por «materiais anónimos», autónomos, capazes de continuamente interferir com a obra e as intenções do artista. O entrosamento requerido (entre materiais e artista) não se concretiza através de uma abertura por onde transitam estes materiais, dado a sua influência se dar independentemente de o artista proporcionar uma linha de fuga na sua prática ou não. Os materiais contingentes não podem ser, portanto, directamente assimilados. Serão estes os materiais responsáveis pelo famoso *the time is out of joint* shakespeariano, os que poderiam insuflar de vida as imagens de Sokurov para lá da

¹⁴⁶ Aproveitamos esta nota para reconhecer que não nos iremos dirigir a um dos pontos fulcrais desta questão – o livro de Quentin Meillassoux, *Après la finitude. Essai sur la nécessité de la contingence* (Paris: Éditions du Seuil, 2006). Agrimensura de terrenos futuros, para lá do semestre onde se engendram estes escritos.

¹⁴⁷ Robin Mackay, ed., *The Medium of Contingency* (Falmouth e Londres: Urbanomic / Ridinghouse, 2011). Opúsculo editado no âmbito da exposição *New York to London and Back* (18 de Janeiro a 19 de Fevereiro de 2011, Thomas Dane Gallery, Londres).

¹⁴⁸ Reza Negarestani, «Contingency and Complicity», em *The Medium of Contingency*, ed. Robin Mackay (Falmouth e Londres: Urbanomic / Ridinghouse, 2011), 11–16.

memória histórica, os materiais, em suma, que materializariam uma pequena intuição de Bragança de Miranda, lida há vários anos: «o imaginário confunde-se com o arquivo»¹⁴⁹, mesmo que estejamos afastados dessas preocupações – o arquivo –, já que poderia ser substituído por memória, passado, pontos antecedentes ao ponto em análise de uma linha.

O aspecto difícil de iluminar reside no reconhecimento de que a(s) materialidade(s) que alastram a produção artística, em conjunto com os vectores de participação entre o artista e o material, desaguam apenas numa certa amostra de possibilidades, determinadas pelas decisões e capacidades do artista e pelo próprio «conceito de materialidade»¹⁵⁰. Uma possibilidade não é uma contingência. Esta última pode ser porosa ao surgimento de certas possibilidades de base, a interações e dinâmicas iniciadas a cada processo, mas pode também permitir possibilidades adversas, resistentes a tais interações, ou, até, a sua aparição pode dar-se sem qualquer possibilidade à vista: «A contingência é a expressão concomitante de possibilidades (qualquer possibilidade, indiferente à sua necessidade racional) e nenhuma possibilidade – tudo pode acontecer mas, do mesmo modo, talvez nada aconteça.»¹⁵¹ A contingência na prática artística parece emergir em abordagens processuais que impelem o artista ao encontro dos materiais anónimos, permitindo que estes influenciem a produção e a obra, sendo que estas influentes vias processuais se desdobram nos planos que possibilitam estados de interação (e afecto, dirão outros teóricos), que tanto o artista quanto o processo, i.e., a «ecologia do processo», conseguem suportar, visto o conjunto de pregnâncias essenciais à preservação de uma agência.

A contingência é o que apenas pode ser pensado enquanto evento, longe da necessidade racionalizada. Não se deve subordinar a conceitos como probabilidade ou acaso. Também não pode ser perseguida, ninguém se abre à contingência porque esse gesto reflectirá os limites de cada um nesse ponto de virtualização, onde várias intensidades não mapeadas se cruzam e actualizam num devir incógnito. Negarestani chega a sugerir que nos afastemos do *aberto*, nesta questão, para tentarmos albergar a contingência «através de um rigoroso e torcido modo de oclusão». Ao aberto assomam-se pontos em comum, há reconhecimento. Ora, a contingência não podia estar mais afastada de jogos espelhados, mesmo que fortuitos. A contingência manifesta-se «em

¹⁴⁹ José A. Bragança de Miranda, *Corpo e Imagem*, 129.

¹⁵⁰ Reza Negarestani, 11.

¹⁵¹ Reza Negarestani, 12.

padrões de intrusão, torção e suspensão determinados pelos materiais contingentes», no processo de produção de determinada obra. É no pesar desta terminologia que vemos uma possibilidade: se é nesse fechamento, nessa oclusão, que a torção imperativa à contingência se pode dar, *cumplicidade* é a forma de especulação necessária ao empreendimento, dada a sua conotação criminosa, visto que é nesse plano nebuloso de cumplicidades e conciliábulos que os materiais contingentes engendram o evento contingente que reformula intrincadamente o aspecto encerrado da obra de arte em formação. Longe de dar aso a um plano prescritivo em torno do «experimental», a contingência parece pressupor uma abordagem que a desvende enquanto plano conspiratório dos materiais anónimos, um devir-criminoso que nesse evento, algures na miríade de possibilidades prestes, ou não, a se actualizarem, pode finalmente vir à tona, perturbando a velha ordem geral das coisas. Esta é a torção que Sokurov não viu ser possível no digital, mas precisamente o movimento intrincado que a tendência de fechamento da obra de arte parece exigir, o que ilumina o formalismo axiomático digital enquanto baldio insuspeito mas propício a que o contingente surja e, com ele, também o imprevisível.

Benjamin H. Bratton, num ensaio da colectânea *Leper Creativity*, declara encarar a «invenção [o referente é uma obra de Negarestani] como a transposição de um estado para outro, uma ressonância em cima de outra» onde se pode procurar atingir uma recomputabilidade profunda que, no seu alastrar, se apresentará aos nossos olhos composta por uma substância mundana, comum. Para que haja fundura nessa recomputabilidade, será necessária uma recombinação no «infinito campo sincrónico», condição de futuridade, onde a «contingência absoluta da matemática colapsa na contingência absoluta das coisas»¹⁵². A contingência que vem, e que nesse texto colapsa, é aos nossos olhos a contingência no digital¹⁵³. Porque ao retrabalhar analogicamente as imagens de arquivo, Sokurov deita por terra esse desabar, esse *cair em*, da contingência matemática na contingência das imagens, queda inaudita que no seu movimento descendente oferta ao transeunte testemunho de novidade. Não vislumbrando o potencial

¹⁵² Benjamin H. Bratton, «Root the Earth: On Peak Oil Apophenia», em *Leper Creativity: Cyclonopedia Symposium*, ed. Eugene Thacker, Ed Keller e Nicola Masciandaro (Nova Iorque: punctum books, 2012), 46. Este discurso dá-se de frente a um objecto raro, qual faúlha momentânea no breu, que encontramos espaçadamente ao longo da vida. O pretexto, neste caso, é *Cyclonopedia. Complicity with Anonymous Materials* (2008).

¹⁵³ Perdoem-nos o dichote de aqui confessarmos ter imaginado um objecto cultural intitulado *Serial Experiments Agamben*.

especulativo inscrito no digital, Sokurov não encarou o seu filme como um metamodelo nem se serviu (levando à letra as suas declarações finais) da logicidade binária para sondar o impresentificável. (Metamodelo¹⁵⁴ vem da sacola conceptual de Félix Guattari e é usado como ferramenta desafiadora à concepção de que um modelo é encerrado e determinado por «sistemas formais, padrões baseados em reconhecimento, ou esquemas culturais, estéticos e políticos de governação social». Escapando-se à noção de modelo enquanto estrutura formal, planta ou conjunto de instruções que deve ser concretizado de maneira a que o modelo atinja o seu potencial, um metamodelo inscreve-se nas relações diagramáticas que Guattari elabora de modo a questionar hierarquias entre modelos e factos, o teórico e o prático: «a noção de metamodelo de Guattari integra sem reservas a realidade da forma e da abstracção e sugere que o pensamento é tão real quanto qualquer outra coisa»¹⁵⁵. Por esta metamodelação não ser fundada na sobrecodificação do existente, mas na apropriação de modelos existentes com vista à formulação das «suas próprias cartografias», podemos inferir que um algoritmo digital, que na sua execução encontra o contingente, é uma inaudita tipologia de metamodelação que nesse encontro assinala uma nova terra naquilo que era antes *terra incognita*.)

Não sendo apologistas de torvelinhos obscuros, não escapamos, contudo, ao aspecto arcual desta investigação. E mais: do sublime sabemos muito pouco, mesmo que tenha sido num diálogo recorrente acerca de, com ou contra ele (e a sua história) que Jean-François Lyotard sugeriu o termo, conceito? de *impresentificável*. Para lá do gosto aos contornos fonéticos e um significado de recortes irregulares e esquivos, acercamo-nos dele por anteciparmos nada haver a esconjurar do outro lado do pano. A astuta proposta de impossibilidade contida na sua morfologia sugere como necessária uma manobra de contornar certo impedimento e não o desbobinar de um passado projectado nos trémulos traços do vivente.

É nas digressões em torno do que pode o «pós-moderno», tómbola de equívocos, sibilar às práticas artísticas que Lyotard avança a seguinte hipótese: nos modernismos (pintura e literatura) encontramos artistas que povoaram os seus trabalhos de alusões e nuances aparentemente incompatíveis, repletos de recursos narrativos e estilísticos postos à prova uma e outra vez, agregando novas operações e gramáticas, mas que, contudo,

¹⁵⁴ Félix Guattari, *The Guattari Reader*, ed. Gary Genosko (Oxford: Blackwell Publishers, 1996), 122.

¹⁵⁵ Luciana Parisi e Stamatia Portanova, «Soft thought (in architecture and choreography)», em *Computational Culture*, n.º 1 (1 de Novembro de 2011), <http://computationalculture.net/soft-thought/>. Acedido a Janeiro de 2025.

assentavam o seu trabalho numa matriz onde o impresentificável só era endereçado enquanto ausência, nessa estética – moderna – que é, ainda assim, «uma estética do sublime, mas nostálgica». Já o pós-moderno seria o que no centro do terreno do que é moderno alega e perscruta o impresentificável na própria presentificação, dado estar ciente que só lhe resta a recusa «à consolação das boas formas, ao consenso de um gosto que permitiria sentir em comum a nostalgia do impossível»¹⁵⁶. O artista pós-moderno seria o que investiga e trabalha com presentificações novas, não para as desfrutar, mas para melhor expressar o que há nelas de impresentificável. Esse artista assomar-se-á como o que recursivamente volta à gramática da geração anterior para nesse movimento de actualização concretizar aspectos que ali se encontravam latentes, puras potencialidades. Trabalhando aparentemente sem regras (regras não enunciadas anteriormente), reordena as dos antecedentes; o artista, sendo pós-moderno, opera segundo torções de recursividade junto de materiais contingentes que se assomam no intrincado jogo do seu encerramento no ecossistema de produção artística ocorrido num agora.

É ao propor que o pós-moderno se encontra na encetadura do moderno que Lyotard inaugura a possibilidade, no que às artes diz respeito, de um gesto digno desse epítome – pós-moderno – ser o que recursivamente constitui o gesto anterior, sendo o que desvenda o impresentificável nas presentificações dos antecedentes. Se a modernidade não é para ele um período histórico, mas uma forma de sequenciação de momentos que seja capaz de aceitar uma alta taxa de contingência¹⁵⁷, o pós-moderno seria a formulação recursiva que no seu movimento reformularia essa taxa de contingência, acrescentando aspectos contingentes trazidos da sua condição inicial, futura quando em relação ao material contingente que irá encontrar no seu retorno. Em suma, a inscrição do pós-moderno dá-se através de uma saturação de contingências de tempos diversos.

É por um caminho paralelo, na esteira dos passos de Negarestani, que surge esse artista em plena relação contingencial com os materiais anónimos¹⁵⁸, aquele que na sua prática torce o instinto de oclusão da obra em formação, sendo o artífice trespassado pelos materiais contingentes que revelam do avesso as vestes do seu anonimato, concessão

¹⁵⁶ Jean-François Lyotard, *O Pós-Moderno Explicado às Crianças*, 26.

¹⁵⁷ Jean-François Lyotard, *O Inumano: Considerações sobre o Tempo*, trad. Ana Cristina Seabra e Elisabete Alexandre (Lisboa: Editorial Estampa, 1997), 74.

¹⁵⁸ A proposta que temos vindo a expor na sobreposição destes dois autores, implica que se olhe para o «pós-moderno» de Lyotard e os «materiais anónimos» de Negarestani enquanto personagens conceptuais (cf. «As Personagens Conceptuais» em *O que é a filosofia?*, Gilles Deleuze e Félix Guatarri) e não, acerca do primeiro, enquanto conceitos de periodização (cf. «Computers» em *Laruelle: Against the digital*, Alexander R. Galloway).

ofertada depois desse mostrar-se à altura do processo: os materiais contingentes, ao serem mobilizados num devir-obra, são englobados pela cumplicidade necessária, inautêntica e impessoal. Que acto estaria então à altura dessa «contingência absoluta da matemática [que] colapsa na contingência absoluta das coisas», na formulação de Benjamin Bratton? Um acto estético que pressupusesse que há produção ontológica e uma experiência estética num plano axiomático formalizado, puramente matemático, ou seja, computacional.

Um artista pós-moderno para Lyotard, um artista contingente para Negarestani; o gesto a ser tomado é tremendo, sabemo-lo há muito:

[...] e o que é a obra? O momento excepcional em que a possibilidade se torna poder, em que o espírito, lei e forma vazia rica apenas em indeterminado, se torna a certeza de uma forma realizada, se torna esse corpo que é a forma e essa bela forma que é belo corpo. A obra é o espírito, e o espírito é a passagem, na obra, da suprema indeterminação ao extremo determinado. Passagem única que só pode ser real na obra, que nunca é real, nunca está acabada, não é mais do que a realização do que há de indefinido no espírito, que nela vê de novo apenas a possibilidade de se reconhecer e de exercer-se indefinidamente. Regressamos, então, ao ponto de partida.¹⁵⁹

E quem nos garante que só de morte, espírito, obra ou Kafka nos fala Blanchot, e não também de incomputáveis, algoritmos, axiomas e recursividades? As aflições são antigas, e a protensão seguinte, de semblante desterritorializado, contingente, impresentificável, um ponto bruxuleante na linha do horizonte que guia a violenta cruzada da criação.¹⁶⁰

¹⁵⁹ Maurice Blanchot, *O Espaço Literário*, trad. André Tavares Marçal (Lisboa: Livraria Snob, 2024), 119.

¹⁶⁰ Guie-nos o espírito, a Estrela do Norte, os 0s e os 1s.

3. Uma síntese sem rosto

O mapa perpetuamente alargado pela vontade imperial, do ínfimo até à escala 1:1, é uma fábula dengosa que alimentou tanto a imaginação dos leitores de contos sul-americanos como, anos depois, leitores de especulações teóricas em torno do simulacro levadas a cabo pela digitalização do mundo. Contudo, por entre as modulações contemporâneas que tudo quantificam e controlam, talvez se possa, hoje, encostar a ponta da vara num minúsculo recanto do tecido de modo a evidenciar um deslize do cartógrafo. Um rabisco num sítio insuspeito: um elemento onde nada deveria constar, um + 1 – genérico –, em vez de uma ausência no registo. Seja na reunião da corte, seja num ecrã em funcionamento, algo emergiu no mapa, isto é, no código.

Quem nos lê poderá questionar a utilidade do *détournement* em torno dos materiais e respectivas contingências, intuímo-lo, mas é difícil esquecer o nosso ponto inicial, declarações acerca de que tecnologia impregnou a feitura de um filme. Vários são os nomes que reclamaram a sua parcela no terreno agrimensado e várias são as teorias interpretativas, mas não há indícios de que os marcos do plano aqui esboçado tenham sido deslocados, corrompidos. Um filme, objecto temporal industrial, foi o pretexto que nos acicatou a operacionalizarmos um verbete de dicionário que para nós, e até há pouco tempo, era frágil e repleto de equívocos. Claro que tentamos salvaguardar um vocábulo – *digital* –, partindo de uma sucessão de imagens assombradas pelo movimento imposto por um realizador empenhado na catábase da história ocidental imaginada pela sua sensibilidade, não será o mais comum, mas as ligações presentem-se.

Sokurov quis ser o títere de fantasmagorias nunca antes vistas, manipulando o arquivo de registos de figuras emblemáticas da História, mas remeteu essa busca do impresentificável enquanto trilha apenas possível segundo o labor analógico. Não acreditou que a ordenação dos materiais pudesse encontrar a contingência na lógica axiomática do digital (M. Beatrice Fazi), que o aspecto formalista não era a arena acertada para a mostragem imprevisível dos seus monstros. Sokurov terá ficado enredado nas indecisões que povoam sempre cada termo.

Há quem leia digital enquanto plano eficiente de revelar o mundo como informação, e há até quem, como Matteo Pasquinelli, tente propor uma taxinomia prática e breve:

«“código digital” refere-se habitualmente a três coisas distintas: os dígitos binários que codificam um *input* analógico em impulsos de 0s e 1s; a linguagem em que os programas de *software* são escritos (como o C++, Perl, etc.); um roteiro de um programa de *software* que traduz a forma lógica de um algoritmo.»¹⁶¹

Mas a divergência de interpretações e usos que temos vindo a convocar evidenciam a impossibilidade de um enquadramento restritivo e final. O digital, nesta dissertação, é acima de tudo um conceito. Assim, o que temos vindo a fazer é agrimensar um terreno, um plano, uma intuição própria a um conceito – digital –, que não se confundindo com as parcelas que o constituem (bit, algoritmo, recursividade, incomputável, indeterminação, código, etc.), acomoda as condições necessárias a que estas se tornem operativas num construtivismo conceptual, i.e. tentámos potencializar um vocábulo e suas componentes, para que a multiplicidade inerente a si passasse a ser uma multiplicidade conceptual. A irregularidade do contorno do conceito advém da irregularidade das suas componentes, é um todo fragmentário e sempre uma «questão de articulação, de corte e de recorte»¹⁶², uma heterogénese que ordena as suas componentes, elementos processuais e modulares.

Um conceito possui uma endoconsciência, ou seja, as componentes são inseparáveis dentro de si, distintas, heterogéneas, mas cada uma delas apresenta «uma coincidência parcelar, uma zona de vizinhança ou um limiar de indiscernibilidade com uma outra»¹⁶³, sendo o conceito o seu ponto de coincidência. Talvez deste modo se clarifique decisivamente o emprego dado ao digital até aqui: conceito em sobrevoo sobre os discursos e teorias evocados, vindos de várias coordenadas, várias vozes.

Agora, acima do diagnóstico que temos vindo a desenvolver, se há ou não contingência no formalismo do digital e que consequências daí advêm, dirigimos o olhar para a protensão, esse momento (ou plano) seguinte.

A protensão, seguindo as pistas de Husserl, não será uma expectativa plenamente racionalizada ou um porvir de fácil territorialização. É o antecipar do que está imediatamente a seguir e a chegar, uma inclinação direccionada da consciência para o

¹⁶¹ Matteo Pasquinelli, «Italian Operaismo and the Information Machine», 62.

¹⁶² Gilles Deleuze e Félix Guattari, *O que é a filosofia?*, trad. António Guerreiro e Margarida Barahona (Lisboa: Editorial Presença, 1992), 21.

¹⁶³ Gilles Deleuze e Félix Guattari, 24.

futuro próximo. Se na primeira parte desta dissertação seguimos as pistas de Stiegler, de modo a traçar como este relaciona a nossa miséria simbólica à perda do «narcisismo primordial»¹⁶⁴, desmantelamento levado a cabo pelo estético e o simbólico serem reformulados pelas lógicas de digitalização, onde a dimensão estética do indivíduo foi subvertida por lógicas industriais que o tornaram um mero consumidor de símbolos aprisionados em lógicas retencionárias, não é difícil argumentar que os dispositivos retencionários cimentaram uma catástrofe do sensível, não havendo muito a reabilitar acerca do que foi capturado nas várias retenções plenamente controladas pelas sociedades esboçadas no ensaio de Deleuze, já citado¹⁶⁵. Contudo, resta-nos a figura da protensão, o que não foi (ainda) retido e modulado.

Apesar de no segundo capítulo termos mobilizado lentes interpretativas que o desafiam, dado considerarmos benéfica a orquestração de bifurcações quando os problemas acarretam um alto grau de complexidade, regressamos a uma intuição de Stiegler: a questão política é uma questão estética, e vice-versa. Uma comunidade política é uma comunidade de um sentir, uma comunidade sensível que, hoje, «é inteiramente tecida pelas tecnologias do que Deleuze designou por “sociedades de controlo”»¹⁶⁶. Daí que as nossas derivas pareçam abstractas, mas convergem neste ponto: o plano seguinte de um filme não é só uma preocupação estética, bem como a indeterminação de um resultado algorítmico não é apenas um problema de engenharia computacional. A protensão surge enquanto arena propícia a uma disputa por parte do sujeito da má afamada «era digital», o que activamente tenta não comprometer o seu processo de individuação no universo de modulações de controlo.

Poderíamos rematar propondo que, caso Sokurov tivesse retrabalhado os materiais do seu arquivo segundo manipulações digitais, haveria, por princípio, a possibilidade de encontrar o imprevisível, uma protensão vinda de coordenadas incógnitas. Essa possibilidade, alicerçada pelas investigações de Fazi e Parisi, ligar-se-iam aos escritos de Stiegler, dado complexificarem as consequências imputadas às técnicas retencionárias e ao desabamento simbólico levado a cabo pela digitalização, estágio actual de gramatização. No entanto, há uma inquietação passada em surdina ao longo desta

¹⁶⁴ Bernard Stiegler, *Da Miséria Simbólica – I. A era hiperindustrial*, 23.

¹⁶⁵ Gilles Deleuze, «Postscript on the Societies of Control».

¹⁶⁶ Bernard Stiegler, *Da Miséria Simbólica – I. A era hiperindustrial*, 18.

investigação – a que pergunta: a quem é que serve o impulso dialéctico aqui erigido? Quem é o sujeito que deverá encontrar as novas armas deleuzianas? Que armas são essas?

Sabemos, pelo entretecer das leituras feitas, de que a última pergunta ficará sem uma resposta assertiva. Contudo, de modo a responder o melhor que sabemos às outras, faremos alguma revisão da matéria e cruzaremos vários momentos da nossa investigação com vista a que surjam algumas saídas ao território agrimensado. O estilo será outro. Identificaremos alguns pressupostos que o sujeito da era digital deverá ter presentes e algumas possibilidades que se lhe apresentam. Como um longínquo sinal de luzes na noite, faremos declarações breves. Pela sua sequenciação e montagem tentaremos iluminar um pouco mais os materiais, quiçá anónimos, que temos vindo a manejar.

Lado A: O sujeito e alguns pressupostos

1. Em «Postscript on the Societies of Control», Deleuze analisa a metamorfose das sociedades disciplinares, caracterizadas por instituições concentracionárias, de regras e espacialidade rígidas, em sociedades de controlo, onde o confinamento foi substituído por um fluxo contínuo de modulações e monotorização. O controlo é fluido, adaptável. O indivíduo é tornado divíduo pelo seu desmantelamento ontológico em fragmentos informacionais, ajustáveis à análise do sistema. O digital é o regime que melhor encarnou esta matriz (ou seja, o que se mostrou mais eficiente).

2. «Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controlos são uma modulação, como uma moldagem autodeformadora que mude continuamente a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro»¹⁶⁷, lemos. De que falamos, então, quando falamos de modulação? O termo aparece várias vezes ao longo da obra de Deleuze, mas na sua fase última, a que pertence este ensaio, torna-se o paradigma do exercício do poder nas sociedades de controlo. A substituição do hilemorfismo (forma + matéria = síntese), onde o molde seria a figura predilecta, dá lugar, nas teorias da informação baseadas em lógicas de modulação, «à emergência de novos padrões de regulação e governação»¹⁶⁸. O sujeito move-se agora por entre redes

¹⁶⁷ Gilles Deleuze, «Postscript on the Societies of Control».

¹⁶⁸ Yuk Hui, «Modulation after Control», em *New Formations* 84 (20 de Outubro de 2015), 83, <https://doi.org/10.3898/NewF:84/85.04.2015>. Acedido a Novembro de 2024.

distribuídas [*distributed networks*], nem centralizadas nem descentralizadas, onde a transmissão de informação não é garantida, e os dados transmitidos passam parcelarmente de um nóculo local para outro (não havendo nenhum que tenha total conhecimento de todas as conexões). Uma perversão da imagem do rizoma que é, contudo, a metodologia mais bem-sucedida neste novo tipo de governamentalidade que alguns apelidaram algorítmica. O que o nóculo transmissor e o nóculo receptor de determinada informação têm em comum é uma linguagem a que comumente se chama protocolo¹⁶⁹.

3. O sujeito à luz do processo modulatório é um sujeito com aparente liberdade de acção, dada a transferência de rígidas regulamentações para formas abstractas e antecipatórias do novo tipo de controlo. O que nas sociedades disciplinares girava em torno de construções de semiótica física, (assinaturas, documentos, contratos), nas sociedades de controlo, torna-se um pouco mais imaterial (*passwords*, computadores, bits). Este novo tipo de controlo espalha-se pelas redes [*networks*] através da sua lógica protocolar: «As redes são, neste sentido, o horizonte do controlo.»¹⁷⁰

4. A digitalização é o ar que o sujeito respira. Se nos afastarmos de impulsos luditas e de propostas que tentam, por diversos modos e com diversas agendas, recuar rumo a um passado onde o processo de individuação, singular e colectivo, tivesse um campo propício ao seu desenrolar, percebemos que as linhas emancipatórias, bem como as de captura, se cruzam com as linhas de tecnologias digitais, esse *phármakon*, essa «tecnologia do espírito» que opera as suas retenções terciárias e nos conduzem a uma situação crítica, a nossa contemporaneidade. O digital instaura um inultrapassável problema que é o de instaurar uma nova temporalidade e o de obrigar todos a uma relação peremptória com a abstracção.

5. O digital é um processo abstractivo executável. Tem a sua própria materialidade, mesmo que raie o inefável. No plano da fisicalidade, pode afirmar-se ainda ser o plano epistémico e de configuração informacional que sedimenta as condições de

¹⁶⁹ Alexander R. Galloway, *Protocol: How Control Exists after Decentralization*, 11–12.

¹⁷⁰ Alexander R. Galloway e Eugene Thacker, *The Exploit: A Theory of Networks* (Mineápolis: University of Minnesota Press, 2007), 36.

emergência a uma grande parte do aparato técnico da Rede. Parte dos dispositivos que dependem do digital, e que existem para através dele fazerem circular determinada informação para o dispositivo seguinte, contribuem para a exteriorização do nosso sistema nervoso, bem como para o processo de exteriorização da imaginação «que começou com as primeiras tecnologias audiovisuais, mas que foi entretanto explorado e sistematizado pelas indústrias programadoras»¹⁷¹ que contribuem, por si, para o já aludido processo de gramatização, agora integrado num único sistema técnico e digital.

6. É nessas lógicas de exteriorização maquínica, operacionalizadas através do digital, que recaem os diagnósticos quanto à época conspirar contra a ecologia simbólica do sujeito. O processo de gramatização em curso pressupõe a produção de retenções terciárias (suportadas por dispositivos mnemotécnicos, próteses de memória exteriorizada), e o desdobramento de tais retenções constituiu um depósito sedimentário que Stiegler apelida de epifilogénese¹⁷².

7. Uma comunidade sensível depende hoje dessa epifilogénese e das respectivas retenções. A questão política por excelência é o possibilitar, ou não, que haja uma *estética do nós*, clara que subsista apesar dos dispositivos retencionários e a sua lógica de distribuição de informação que nos conduziu a uma homogeneização do simbólico, a uma industrialização dos tempos de consciência de cada sujeito que, por isso, tem dificuldades acrescidas quanto à possibilidade de individuação no seio do colectivo. As «sociedades de controlo», para Stiegler, serão as que contemplam organizações sociais caracterizadas pela perda de individuação enquanto perda de participação estética. O resultado sendo, nas suas palavras, uma «proletarização generalizada».

8. As tecnologias das sociedades de hoje serão as que esbatem a diferença entre informação e poder. Destruindo o próprio desejo, através de aparatos interactivos que formalizam e particularizam o que é singular, as tecnologias culturais e cognitivas tendem

¹⁷¹ Bernard Stiegler, *Symbolic Misery, Volume 2: The Catastrophe of the Sensible*, 26. Processo pelo qual o humano se diferencia de outras espécies através da exteriorização da memória e de conhecimento em suportes técnicos e simbólicos, mnemotécnicos. Seguindo as pistas de André Leroi-Gourhan, é proposto que à memória genética e à memória neuronal seja acrescentada uma técnica, fundamental na transmissão de saberes e orquestrações simbólicas aos vindouros.

¹⁷² Bernard Stiegler, *Da Miséria Simbólica – 1. A era hiperindustrial*, 72.

para um aumento exponencial e infindável de integração com vista ao controlo das temporalidades do consciente e ao cálculo dos efeitos nos corpos, induzindo comportamentos, controlando compulsões, prevendo acções. O poder teve sempre uma faceta numérica, de cálculo, mas as codificações que o digital possibilita atribuem-lhe uma intensidade de penetração invulgar; as tecnologias digitais tornam-se, de facto, nas tecnologias do espírito de uma época, de um futuro.

9. Não enveredemos, contudo, pelo trilho – válido – que dá primazia à correspondência evidente do digital ao programa totalizante de controlo comumente nomeado cibernética. Concordamos que os aparatos de controlo, na *hipótese cibernética*¹⁷³ em que nascemos, têm como função maximizar o volume de fluxos mercantis e informacionais enquanto minimizam os eventos, mas cremos que tal via ignora a especificidade da logicidade digital (Aden Evens), bem como não ilustra devidamente a equivalência do estético e do político que sublinhámos em Stiegler.

10. O sujeito da era digital antevê os perigos do Real se apresentar como uma rede onde toda a gente é um nódulo de condutividade social e informacional¹⁷⁴, cenário onde, se determinado nódulo se apresentar como refractário, ou não colaborativo, pode ser declarado culpado, sujeito à intervenção correctiva do poder. Quando os estudos em torno do digital e da computação se lançam a uma actualização dos novos modos de pastoreio da população, acaba-se amiúde a evocar no mesmo texto pontos distantes como Norbert Wiener ou as comunas. Por entre opacidades ou um devir-território comunal, o sujeito aqui esboçado sabe que outros pontos críticos, mais discretos, mais modestos, surgem na linha do horizonte. Onde se manifestam os desafios transmitidos pelos «objectos temporais industriais» que moldam o simbólico de cada sujeito bem como o seu tempo consciente e a sua consciência do tempo.

¹⁷³ Cf. Tiqqun, *The Cybernetic Hypothesis*, trad. Robert Hurley (Califórnia: Semiotext(e), 2020). A presente dissertação e as inquirições dos Tiqqun não serão antagónicas, antes duas linhas de investigação paralelas que atentam certas metodologias técnicas (que expandiram as lógicas de controlo para todos os aspectos da vida segundo regimes de modulação e *feedback* informacional) a partir de planos de actuação distintos. Decidimo-nos focar no nível térreo dessa pilha («the stack» se pensarmos em Benjamin H. Bratton) em funcionamento, o bit, e noutra bem mais acima, o aspecto político inerente à ecologia simbólica do sujeito que vive hoje segundo os preceitos da digitalidade. Pelos múltiplos *intermezzos* possíveis, outros aparatos teóricos revelar-se-ão mais convenientes.

¹⁷⁴ Tiqqun, *Introduction to Civil War*, trad. Alexander R. Galloway e Jason E. Smith (Los Angeles: Semiotext(e), 2010), 150.

11. Um objecto temporal é constituído pelo tempo do seu escoamento, mostra-se no processo do seu desaparecer e relaciona-se directamente com a própria consciência do espectador, por também ela ser temporal. «Industrial» é um adjectivo que advém da contemporaneidade produzir esses objectos de forma massificada, destinados a serem vistos ou ouvidos por milhares ou milhões de consciências.¹⁷⁵ No imo do quotidiano de quem sofre as novas tipologias e topologias da governamentalidade assente na digitalidade estão os encontros das consciências, a um ritmo diário, com estes objectos. É através dos filmes, das músicas, dos anúncios publicitários ou dos *reels*, que pululam os ecrãs que nos envolvem, onde o digital decisivamente se mostra enquanto regime, um dispositivo com as suas curvas de visibilidade e curvas de enunciação.¹⁷⁶

12. Na manifestação do dispositivo-digital através dos objectos temporais, a *protensão* é o momento possível a ser disputado na consciência do indivíduo. A protensão é um conceito operativo no que toca aos estudos fenomenológicos da consciência interna do tempo, unindo as preocupações de Husserl e Stiegler. Além de fundamental para percebermos como o humano interage com um objecto temporal industrial, é uma figura que serve literalmente de contraponto ao retencionário stiegleriano. O seu uso, quando pensamos num filme hipotético, aponta para o plano seguinte. A demanda que resta é que esse plano traga o imprevisível. Alargando a análise, a protensão pode surgir enquanto outro nome para o *evento* que se relacionará intrinsecamente com a consciência interna do tempo de determinado sujeito.

13. O evento, contudo, é um problema colocado há demasiados anos e por demasiadas assinaturas autorais para ser devidamente circunscrito aqui. Lembraremos apenas que quando, em *Laruelle: Against the Digital*, Galloway propõe que o digital é o um tornado dois, e o analógico é o dois tornado um, ele atribui ao evento digital um aspecto decisório. Dizer que um determinado grupo de relações são decisórias implica que estas operem sobre discrição e cesura. Voltamos ao aspecto discreto do bit analisado por Aden Evens. Os eventos decisórios implicam mudança, acção, processo: «Executáveis, “actos maquínicos” ou código – são eufemismos para eventos

¹⁷⁵ Bernard Stiegler, *Technics and Time, 3: Cinematic Time and the Question of Malaise*, 1–3.

¹⁷⁶ Gilles Deleuze, «O que é um dispositivo?», em *Dois Regimes de Loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*, trad. Guilherme Ivo (São Paulo: Editora 34, 2016), 359–69.

decisórios.»¹⁷⁷ Assim, um evento enquanto decisão aponta para arenas de mediação, síntese, linguagem, política. Numa admirável torção contra-intuitiva, Galloway argumenta que, em havendo um *movimento de liberdade*, este segue na direcção oposta do real, não desaguando na mera *realpolitik* e nas armadilhas de um realismo pragmático, mas sim num alto grau de artifício constituído não apenas por dados e informação, em si mesmos, mas por dados [*data*] aglomerados no agenciamento do evento relacional e decisório: «Aproximarmo-nos do evento plenamente codificado significa aproximarmo-nos da liberdade.»¹⁷⁸ Caso as imagens de arquivo de um determinado filme sejam desterritorializadas pela logicidade digital, não é certo que se chegue a um conglomerado prescritivo de um simbólico hantológico¹⁷⁹, de artificialidade inane. Pelo contrário, deveremos alcançar o reino do indeterminado, do irreconhecível. O sujeito enceta a sua viagem ao fim da noite, propícia ao desvanecimento e à não-captura.

14. A protensão que vem à boleia do código binário poderá trazer consigo o impresentificável, presentificações contingentes de rusticidade inédita. Para lá das lógicas de controlo cibernético e da governação de topologias do território, há linhas de fuga a traçar. Ser o momento seguinte, para onde a nossa consciência se direcciona, portador de diferença não é coisa de somenos.

Lado B: O sujeito e algumas possibilidades

1. O político e o sensível interceptam-se no plano da protensão. Esta, neste contexto, é uma das componentes envolvidas no agenciamento que distribui os valores

¹⁷⁷ Alexander R. Galloway, *Laruelle: Against the Digital* (Minneapolis: Minnesota Press, 2014), 80.

¹⁷⁸ Alexander R. Galloway, 81.

¹⁷⁹ Evocação do conceito «hantologia» [*hantologie*], proposto por Derrida em *Espectros de Marx*, trad. Fernanda Bernardo (Coimbra: Palimage, 2021) e o ponto charneira à *spectral turn* nos vários estudos culturais. «Derrida's aim, is to formulate a general 'hauntology', in contrast to the traditional 'ontology' that thinks being in terms of self-identical presence. What is important in the figure of the specter, then, is that it cannot be fully present: it has no being in itself but marks a relation to what is *no longer* or *not yet*.», Martin Hägglund citado em Mark Fisher, *Ghosts of My Life: Writings on Depression, Hauntology and Lost Futures* (Zero Books, 2014), 18. Fisher acrescenta: «[...] to think of hauntology as the agency of the virtual, with the specter understood not as anything supernatural, but as that which acts without (physically) existing». Cremos já ter transparecido a nossa inclinação para as intuições de Lyotard em torno do tornar aparente – manifestar – o *impresentificável* por considerarmos que os elementos hantológicos trazem consigo, invariavelmente, um peso do passado (um traço? um rasto?), fazendo com que, mesmo nas reformulações mais profundas, os limites do gerado tenham algo de reconhecível. Um santo-e-senha para o que temos vindo a sugerir: «Os que crêem ver fantasmas são os que não querem ver a noite, que a enchem do pavor das pequenas imagens [...]», Maurice Blanchot, *O Espaço Literário*, 237.

diferenciais e os pontos singulares de um determinado dispositivo, o digital. A protensão poderá ser vista como uma orientação possível que emerge quando o dispositivo se desvia do Eterno para apreender, ou actualizar, o novo, segundo a criatividade variável do respectivo dispositivo.¹⁸⁰ Essa orientação poderá ter vários fins, alguns, como vimos, de acordo com os desígnios do poder. Em boa verdade, a protensão pode referir o plano seguinte de um objecto temporal no seu escoamento, bem como o passo onde um algoritmo atinge a sua função de reconhecimento biopolítico ou, até, bélico.

2. Já foi argumentado que, se o século XIX e o início do seguinte foram a época da política e a estética do tempo, e o pós-1945 o palco da teorização de uma nova política do espaço, o século de onde partem estes escritos, já bem avançado aliás, exigiria uma política da aparência¹⁸¹. Em vez da politização do tempo ou do espaço, a politização da ausência e presença, onde orbitariam categorias de invisibilidade, opacidade, anonimato entre outras. Em suma, a nossa época exigiria a inventariação de táticas de desaparecimento e ilegitimidade.¹⁸²

3. É preciso instaurar a noite no discorrer do código binário. Multiplicar zonas de opacidade, sim, mas no código e já não na comuna. Num mundo onde a captura informatizada prevalece, onde a identificação e a caracterização [*profiling*] abundam, uma via a considerar é a do *genérico*. Quando grupos como os Tiquun ou o Comité Invisível referem «opacidade», ou Hardt e Negri nos falam de «êxodo» e «deserção», a terminologia variada aponta somente para vias de escape à identificação e representação total em curso; táticas de secessão. Ora, quando uma entidade prescinde de si, caindo num genérico, deixa de se autolimitar pela actualização identitária própria, colocando-

¹⁸⁰ Gilles Deleuze, «O que é um dispositivo?», 364.

¹⁸¹ Cf. Alexander R. Galloway, «Toward a Practical Nonexistence» em *Uncomputable: Play and Politics In the Long Digital Age*. Esta periodização é apressada, mas sugestiva. No início dessa análise encontraríamos as obras de, entre outros, Hegel, Marx, mas também Bergson, Heidegger ou mesmo Walter Benjamin inquirindo processos de nostalgia e reprodução. O tempo atravessa os terrenos de cada um, mas a sua época evidencia ainda mais este aspecto dado ser o pano de fundo à invenção do gramofone, do cinema e de uma panóplia de técnicas de registo e seriação. A segunda secção, pós-1945, seria pródiga em teorizações sobre «situações», «territorializações», «heterotopias», «zonas autónomas temporárias», entre outras. O espaço pensava-se e produzia-se (lembramos o título de Henri Lefebvre, *La production de l'espace*, de 1974). Depois disto seriam necessárias outras lentes, em torno do «inumano», do «genérico», do «não representável». Esperamos que o nosso trabalho, e todos os cúmplices invocados, estejam ao serviço de um pequeno quinhão investigativo desse terreno.

¹⁸² Alexander R. Galloway, *Uncomputable: Play and Politics In the Long Digital Age*, 241–42.

se num estado de virtualidade. Por uma via de subtracção das suas particularidades, o sujeito subtrai-se a si mesmo ao estado geral de determinada situação, podendo aderir ao vector desviante do evento. Esse sujeito seria, finalmente, o verdadeiro sujeito sem qualidades.

4. Uma pessoa genérica ou um subjectivo genérico. Um impessoal, *impessoas* no neologismo sugerido por Galloway enquanto leitor de Laruelle, mas podemos identificar esta possibilidade em momentos menos obscuros de outros autores. Quando Lyotard nos fala do inumano¹⁸³, refere-se a uma faceta intrínseca do humano, uma miserável e admirável indeterminação de onde nascemos e aonde devemos regressar para tornar inteligível a nossa faceta que comumente apelidamos humana. Regressar ao inumano inscrito em nós é assim um processo recursivo que nos conduz à individuação. Neste sentido, o que o século XXI parece ter evidenciado é a necessidade de um sujeito que não perca a disponibilidade requerida ao seu processo de individuação, enquanto entidade que não sobrecarrega esse processo de saturação representacional, tão propícia a ser capturada pela fase do capitalismo executado pela lógica cibernética e digital. Daí que nas últimas três décadas tenha havido vários contributos que apontam para o comum, o genérico, o impessoal indefinido e irrepresentável. Agamben: «O ser que vem é o ser qualquer.»¹⁸⁴; Wark: «Há uma política do irrepresentável [...] não negociável.»¹⁸⁵ Harney e Moten: «Devemos uns aos outros o indeterminado.»¹⁸⁶

5. Cada uma das afirmações desdobra-se de modo distinto consoante o plano de grandeza que estejamos a analisar. Aqui, no nosso mapeamento, podemos supor que uma das vidas rumo ao indeterminado passará pelas investigações de autoras como Luciana Parisi ou M. Beatrice Fazi. Dado o sujeito, hoje, individuar-se apesar de e em conjunto com o consumo de objectos temporais industriais, a possibilidade de aleatoriedade, indeterminação e imprevisibilidade nas lógicas de computação digital podem ser um cúmplice nessa evasão intrincada, entre o humano e o bit. Um plano seguinte imprevisto é um plano que ainda não produziu a narrativa nem mostrou as

¹⁸³ Jean-François Lyotard, *O Inumano: Considerações sobre o Tempo*.

¹⁸⁴ Giorgio Agamben, *A Comunidade Que Vem*, trad. António Guerreiro (Editorial Presença, 1993), 11.

¹⁸⁵ McKenzie Wark, *Um Manifesto Hacker*, trad. Francisco Nunes (Lisboa: DeStrauss, 2022), 96.

¹⁸⁶ Fred Moten e Stefano Harney, *The Undercommons: Fugitive Planning & Black Study* (Nova Iorque: Minor Compositions, 2013), 20.

imagens necessárias à contenção do evento, nem empalideceu, ainda, a sua singularidade através da repetição, hoje bastante facilitada através dos mecanismos mnemotécnicos.

6. Talvez se possa, a par do nosso sujeito, aludir ao dito de Lévinas: «o ser é»¹⁸⁷, propondo que quem o afirma, hoje, é quem sabe simultaneamente que «o digital é», por também ele, no seu processo de actualização, rumo aos limites das intensidades que o compõem, lidar constantemente com processos de evasão. Extrapolamos, claro, mas a *evasão* nos escritos de Lévinas talvez encontre um equivalente no digital em problemas como os do *halting state* e do incomputável que assombram todo o passo algorítmico que os pressente na sua logicidade operativa. A evasão, sabemo-lo hoje, não é uma força exclusiva do Ser e, mesmo que o seja, cremos ser fácil concordar com o seguinte: o embarque do Ser nesse vector que irrompe a matriz da necessidade dependerá de experiências contingentes ocorridas no formalismo axiomático do digital.

7. O que deve ser almejado é uma expressão e não uma representação, uma expressividade desterritorializada, ainda não neutralizada nos mecanismos de reconhecimento e identidade. De certa maneira, rondamos o ponto de um mundo pós-representacional idealizado por Deleuze e articulado pelo movimento do Eterno Retorno que recursivamente traria o excessivo, o transbordante, o que difere. O sujeito que evocamos, consciente de se mover por entre codificações omnipresentes, percebe que apenas resta almejar a codificação absoluta, a mistura de todos os códigos¹⁸⁸: agravando as intensidades e os códigos em que está imerso, o sujeito torna-se um nómada que se livra do individual e das representações, servindo como desbloqueador de fluxos de trocas de intensidades num complexo maquínico que não se deve fixar nem tornar hierárquico, mas, pelo contrário, que se mantém em permanente metamorfose por entre máscaras, movimentos e propósitos. O sujeito da «era digital» intui que a emancipação passará por manter uma permanente relação com o exterior no seio da máquina-digital,

¹⁸⁷ Emmanuel Lévinas, *Da Evasão*, trad. André Veríssimo (Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas, 2005), 60.

¹⁸⁸ Gilles Deleuze, «Nomadic Thought», em *Desert Islands: and Other Texts, 1953-1974*, ed. David Lapoujade, trad. Michael Taormina (Semiotext(e), 2004), 252–61.

e não num remoto lugar sedimentário, não-maquínico, onde se faz o culto da interioridade.

8. Este devir nómada, no seio do digital, deverá ser operacionalizado através da figura da recursividade. A recursão apresenta «uma forma na qual o infinito é inscrito no finito». E como um infinito é sempre uma aproximação, «no mundo do infinito já não resta diferença em quantidade, mas apenas em qualidade»¹⁸⁹. Yuk Hui percebe que a singularidade de cada entidade é constituída pela dinâmica da recursividade com a contingência e que na nossa época tais interações deixaram de ser exclusivas do orgânico. Num modelo recursivo, a contingência é esperada enquanto necessidade, dado não haver exterioridade nem finalidade externa. Explicado de outro modo: «recursão é o movimento que integra, incansavelmente, a contingência no seu próprio funcionamento de modo a realizar o seu *telos*»¹⁹⁰. Isto evidencia-se nas tecnologias digitais com que interagimos diariamente.

9. É preciso indicar no mapa o local dessa brecha onde um novo espaço de raciocínio se insinua. Onde, nas palavras de Parisi, se «vislumbra uma dimensão transcendental da computação», por ser esse o resultado da integração da contingência no padrão algorítmico agora sujeito à aleatoriedade. Partindo das descobertas de Gödel percebemos que a razão dedutiva apresentaria sempre uma incompletude, uma insuficiência. A relação entre verdades e provas exige, depois de 1931, que a razão se debruce sobre os seus limites e sobre o que lhe é desconhecido. Uma saída, indica-nos Parisi, talvez venha do construtivismo lógico, dado este não depender de um conceito tradicional de verdade, mas de um conceito de «demonstrabilidade construtiva», i.e. em vez de uma determinada proposição lógica ter como finalidade um valor de verdade (verdadeira ou falsa), para o construtivismo não há um valor de verdade pré-estabelecido, as «proposições apenas são consideradas “verdadeiras” quando há uma evidência directa ou uma prova»¹⁹¹, fazendo com que a lógica daí emergente se mostre dinâmica. Seja por aí, seja pelo número Ómega de Gregory Chaitin, que desfaz o sustento axiomático de verdades associado à computação, revelando que esta é em si

¹⁸⁹ Yuk Hui, *Recursivity and Contingency*, 6.

¹⁹⁰ Yuk Hui, *Recursivity and Contingency*, 15.

¹⁹¹ Luciana Parisi, «The alien subject of AI», 42.

mesma um processo incompleto e aberto à revisão das suas condições iniciais e à transformação das suas verdades e finalidades, uma nova tipologia de raciocínio parece brotar por entre as funções do código binário. Contingente, essa nova razão, afirmando-se como uma segunda natureza, partilha com o orgânico o processo de recursividade enquanto julgamento central reflectivo que, através do *feedback*, assegura respostas adaptativas à realidade contingente da qual as regras de um sistema dependem.

10. O sujeito entende a importância de termos como «cosmopoiesis»¹⁹², que parecem apontar para um entendimento da tecnologia enquanto ontogénese de um saber onde a lógica de dominação dá lugar a uma coexistência entre humano, tecnologia e natureza, uma cotecnicidade que possibilita uma nova experiência estética, política e social. Ao regressar à «questão da técnica» com vista a vislumbrar novos futuros mediados por ela, onde se projecta uma unificação do cosmos e das actividades técnicas, bem como das artes e dos artificios, o sujeito intui a viabilidade de uma multiplicidade de cosmotécnicas¹⁹³. Na cosmotécnica em que determinado sujeito estaria inserido, o objectivo emancipatório que antevemos passa pelo encontro deste com eventos digitais, ou melhor, pela capacidade do sujeito identificar na última instância a possibilidade de tais eventos e agir sobre o ponto intermitente no radar que vistoria o plano do virtual da sua cosmotécnica.

11. Em termos artísticos, como vimos, este reconhecimento advém da cumplicidade do sujeito com os materiais anónimos, numa torção à oclusão da obra em processo de partir da máxima potencialidade indeterminada à concretude da sua actualização, numa sequência processual que acomoda, sempre, uma alta taxa de contingência. Em termos ontológicos, talvez vejamos o anonimato de Negarestani (também ele outro véu do genérico) transferir-se dos materiais para o sujeito, e vejamos, finalmente, o rosto inumano (nos termos de Lyotard, o inumano do ser que se defende contra o inumano do sistema) desse sujeito anónimo, que por entre e através do formalismo computacional consegue evadir-se, num devir-imperceptível¹⁹⁴, essa forma

¹⁹² Yuk Hui, 226.

¹⁹³ Yuk Hui, «Cosmotechics as Cosmopolitics», em *E-Flux Journal*, 2017, <https://www.e-flux.com/journal/86/161887/cosmotechics-as-cosmopolitics/>. Acedido a Janeiro de 2025.

¹⁹⁴ Rosi Braidotti, «The Ethics of Becoming-Imperceptible», em *Deleuze and Philosophy*, ed. Constantin V. Boundas (Edimburgo: Edinburgh University Press, 2006), 133–59.

de radicalização sempre maior do que a imediatez de uma vida. Conseguindo desbloquear o processo de individuação que lhe é devido, encontrando essa estreita porta de saída, já sem referente de passado ou futuro, já somente portador de uma identidade não-representacional, fundida entre o que foi a sua e a do processo em curso, por entre uma ética nómada e o carácter infinito do incomputável.

12. Falamos, enfim, de um sujeito ciente de que:

Se o conceito de humano se altera, o inumano que é o seu outro também se altera. O inumano pode trazer o nome Deus, infinito, númeno, contingência absoluta, e assim por diante, mas afirmar o inumano irá exigir a racionalização que preste uma forma de vida coerente ou uma vida do espírito. A tecnologia no século XXI está a tornar-se inumana num sentido negativo, por ser humana, demasiado humana.¹⁹⁵

Sujeito que aí vê, hélas!, um ténue pontilhado de esperança.

¹⁹⁵ Yuk Hui, *Recursivity and Contingency*, 263.

Conclusão

Depois da estafa dos últimos meses, dirige-se o agrimensor à taberna do vilarejo. Não foi possível alcançar o castelo, fonte imanente do poder, bem como não foi possível alcançar o ponto nevrálgico que clarificasse todas as medições das escrituras. Queremos o incondicionado, mas esbarramos sempre nas coisas, diz-nos, mais coisa menos coisa, o saudoso Novalis.

As investigações, quando têm algo de filosófico, reterritorializam-se nos conceitos que convocam. E um conceito não é um objecto, mas um território.¹⁹⁶ Um território onde experimentações ocorrem que, de tempos a tempos, incidem a sua luz em questões fabricadas. Assim, não é extravagante que um objecto temporal industrial espante uma consciência aquando do seu escoamento – no seu mostrar-se –, ao ponto de esta ter reconhecido nele, o filme, a potencialidade do digital alastrar-se nas imagens e no arquivo, num resultado aterrador, indeterminado de um momento para o seguinte. Depois, pode ler-se as entrevistas do respectivo realizador e deparar com impasses anacrónicos: por exemplo, a dicotomia analógico/digital enquanto vias exclusivas e excludentes rumo a um certo grau emotivo, um certo grau de verdade. Quem presente estar enredado nas malhas de uma determinada sociedade e de um determinado controlo, agarra-se a uma ou duas obsessões – neste caso, centrámo-nos no desconforto de tantas vezes, em ocasiões tão diversas, termos ouvido di-gi-tal, e o horizonte apresentado ser sempre tão curto.

Se é certo que algo parecia estar em falta, não demorou muito para que vissemos o digital enquanto um vocábulo manco, sempre usado pela metade que convinha. Assim, com o manejo possível, encarámos o digital enquanto conceito, com uma historicidade e várias regiões parcelares que evoluem coparalelamente, partilhando zonas de vizinhança, sobreposições, amálgamas de todo o tipo, mesmo que delimitadas pelo que um conceito sempre tem a ele inerente. Regressámos recursivamente à complexidade dessa anatomia para melhor podermos contribuir para o justo verbete.

Sabendo de antemão que, antes de declararmos um certo estado de espírito, é preciso sinalizar as condições de emergência de determinado dispositivo, a leitura crítica conduziu à figura do bit e ao princípio de diferença discreta que lhe é subjacente. O bit

¹⁹⁶ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *O que é a filosofia?*, 90–91.

encarna a absoluta diferença, uma distinção aperfeiçoada e baseada na abstracção enquanto resultado e mecanismo, instaurando um plano que exclui o acidente e não permite espontaneidade: é uma componente que minimiza as dimensões cruciais do que é actual¹⁹⁷ e contingente. O facto de o digital operar sobre a lógica do seu formalismo empobrece a sua relação com o mundo. Contudo, é por operar somente segundo o seu formalismo que o digital proliferou nas últimas décadas: porque à lógica do capitalismo desde o pós-guerra era requerido encontrar um processo aglomerador de três faces: «positivista», «racionalista» e «instrumentalista». A logicidade eficiente e prescritiva do digital provara ser a melhor técnica de integração destes requerimentos e, assim, multiplicara-se o aparato técnico criado para o operacionalizar e vice-versa, a proliferação técnica moderna encaminhara-se por uma via pelos resultados auspiciosos que o digital obteve, ao convocar várias interpretações e investigações que se cruzavam no postulado de que o mundo se desvela, essencialmente, enquanto informação.

Esta matriz é a superfície que informa tecnicamente as inquietações de que o digital, analisado enquanto produtor de símbolos e difusor de informação, fora o elemento que insidiosamente se infiltrara na ecologia simbólica dos viventes, conduzindo-a a um processo catastrófico. Se o digital apenas lida com necessidade e identidade, afastando a produção de contingência e diferença, não é difícil imaginar que encontraremos apenas um *desabamento simbólico* no final deste processo, uma «perda de participação na produção de símbolos»¹⁹⁸, enfim, um *desabamento do desejo* que decompõe o social, impossibilitando que haja processos de individuação, dado todos se terem tornado consumidores num processo de guerra total.

A questão das novas armas deleuzianas, para Stiegler, é a questão da tecnologia em geral; e a guerra travada nas «sociedades de controlo», uma guerra estética, uma guerra do tempo, uma guerra em nome de um sensível que possa dizer *nós*. É aí que as declarações de Sokurov se tornam instigantes, porque a sincronia momentânea da nossa consciência com o seu filme tem em si um substrato político, mesmo que de difícil evidenciação. Por não quisermos remeter o digital para o nefasto, qualquer que seja a faceta analisada, inquirimos, naturalmente, a possível gravidade caso aquelas imagens em movimento tivessem sido manipuladas pela sua logicidade. O que havia a fazer era perceber de que modo se podia resgatar essa intuição antecipativa, «intenção recordativa

¹⁹⁷ Aden Evens, *The Digital and Its Discontents*, 6.

¹⁹⁸ Bernard Stiegler, *Da Miséria Simbólica – 1. A era hiperindustrial*, 30.

virada ao contrário», nas palavras de Husserl¹⁹⁹, não apesar do digital, mas precisamente através dele, mesmo que a maioria da bibliografia nos indicasse ser um trémulo intento.

Ao sujeito moldado pela digitalidade desde a nascença vemo-lo ciente de que as tecnologias digitais introduziram novos *hypomnémata* que manipulam, informam e contraem a esfera da sensibilidade noética, passível de se tornar uma esfera de controlo como qualquer outra. Mas também o vemos insatisfeito quanto à multiplicação de diagnósticos acerca da «era digital», de olhos sempre virados para uma época passada onde as cores eram mais garridas, os sabores mais contundentes no céu da boca e o presente, mero refém na língua dos poucos que têm propriedade em coordenadas vagamente afastadas, vagamente protegidas da rota da seta do tempo. Ao sujeito genérico resta admitir que pouco poderá fazer além de ter uma postura crítica neste ou naquele encontro, com os ditos objectos temporais industriais, por exemplo. Um filme não é só um filme – pensamos na relação estabelecida entre uma consciência e a temporalidade caracterizadora destes novos objectos, e de como uma protensão contingente poderá ser a torção possível a quem queira reapropriar, mesmo que fugazmente, uma genealogia sensível capaz de nos fazer reganhar um controlo simbólico e estético por entre o aparato técnico que nos interpenetra.

Apontou-se na direcção da protensão enquanto local de antagonismo e contestação, onde o ganho poderia ser os esboços de uma «organologia geral enquanto teoria e prática pela luta da organização do sensível»²⁰⁰. De modo a argumentar que o momento a vir pode trazer consigo algum aspecto emancipatório, a codificação digital deverá ser susceptível ao encontro com a contingência. Nesse sentido, reconhecemos que a outra face do nosso *phármakon*, a que soletra *remédio*, tem inscrita a antiga cicatriz dos teoremas de Gödel. O seu lastro é múltiplo, mas desde logo ficamos a saber que a razão dedutiva, bem como os sistemas formais, teriam de conviver desde então com a incompletude, possibilitando que admitíssemos haver uma panóplia de funções incomputáveis num dado sistema de computação. Anos depois, chegámos às propostas de que a indeterminação formal no interior da computação, intrínseca ao seu carácter axiomático, é em si mesma o que actualiza uma experiência computacional (M. Beatrice Fazi). O indeterminado na máquina e no código é o imprevisível vindo à tona, ao nível do sujeito.

¹⁹⁹ Edmund Husserl, *Lições Para Uma Fenomenologia da Consciência Interna do Tempo*, 84.

²⁰⁰ Bernard Stiegler, *Symbolic Misery, Volume 2: The Catastrophe of the Sensible*, 55.

É neste planalto que nos encontramos. Se estivermos convictos de que o humano tem em si a marca de uma tecnicidade originária, não elaborada por ele mas elaboradora dele, o campo começa a desenhar-se com linhas que anunciam o seguinte: se os dispositivos digitais experienciam indeterminação e albergam aleatoriedade, se há algo de fundamentalmente inapreensível no movimento recursivo de uma ordem algorítmica não plasmada em nenhuma função anterior, ao decorrer do seu movimento que serve como única prova de um fim alcançado, o sujeito, imerso nesta conaturalidade, antevê uma brecha para onde dirigir a sua consciência. Mesmo não estando certos de reclamar uma autonomia simbólica, em termos formais há algo de não programado nem previsto que podemos encontrar no momento seguinte.

Mesmo não sabendo dizer – são estas as *novas armas* do arsenal requerido por Deleuze no fim de vida, os movimentos bifurcados das leituras invocadas permitem que se especule, partindo da possibilidade de indeterminação nos processos computacionais que se poderão revelar, fenomenologicamente, enquanto o imprevisível manifestando-se à consciência do sujeito. E mesmo que pareça incomensurável a clivagem que separa a percepção de um indivíduo da experiência maquínica, nem por isso encerra o curso de uma extrapolação de determinada «razão especulativa». Mesmo que por ora o imbricamento da consciência humana não aceda ao retrabalhar computacional angariador de aleatoriedade e indeterminação, não é impensável que no término desta investigação se possa sugerir que ao sujeito resta ter uma posição de *cumplicidade* para com estes ditames processuais alienígenas, que a clareira reside na *affordance* que um Eu apresenta a uma contingência, a um evento, arrastado na malha do digital. Na dinâmica do sujeito para com os materiais anónimos (orgânicos e materiais, sintéticos e temporais), e comportando-se como um intruso que identifica o momento em que uma torção é imperativa, o indeterminado que é próprio à criação ontológica computacional encontra, por ventura, um cúmplice capaz, finalmente, de abranger «a contingência absoluta da matemática a colapsar na contingência absoluta das coisas».²⁰¹

Nesse ponto nebuloso e fractal, nessa noite sem fantasmas, o sujeito a quem endereçamos as nossas inquietações, mas que dificilmente seríamos capazes de reconhecer numa multidão, poderá interiorizar conscientemente uma porção temporal não prescrita por nenhum comando, por nenhuma mesmidade, ficando, por breves

²⁰¹ Benjamin H. Bratton, «Root the Earth: On Peak Oil Apophenia», 46.

momentos, defronte ao impresentificável trazido pelo maior insuspeito dos agentes: o código binário.

Assim, quando encontrarmos um cineasta que produziu retenções terciárias, objectos temporais e de memória que podem ser espacialmente projectados e encontrados por uma consciência, talvez saibamos sugerir-lhe, inequivocamente, que o digital é um cúmplice privilegiado caso este seja um artista, um guerrilheiro, que tem a mais excelsa das intenções políticas: projectar o inesperado²⁰² que revigore o nosso desejo e o nosso narcisismo primordial, e nos possibilite voltar a dizer, mesmo que enredados nas costumeiras modulações – aqui houve um «nós».

²⁰² Bernard Stiegler, *Da Miséria Simbólica – I. A era hiperindustrial*, 166.

Bibliografia

- Agamben, Giorgio. *A Comunidade Que Vem*. Traduzido por António Guerreiro. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- Bernhard, Thomas. *Extinção. Uma derrocada*. Traduzido por José A. Palma Caetano. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.
- Blanchot, Maurice. *O Espaço Literário*. Traduzido por André Tavares Marçal. Lisboa: Livraria Snob, 2024.
- Bradley, Arthur. *Originary Technicity: The Theory of Technology from Marx to Derrida*. Londres: Palgrave Macmillan, 2011.
- Braidotti, Rosi. «The Ethics of Becoming-Imperceptible». Em *Deleuze and Philosophy*, editado por Constantin V. Boundas, 133–59. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2006.
- Bratton, Benjamin H. «Root the Earth: On Peak Oil Apophenia». Em *Leper Creativity: Cyclonopedia Symposium*, editado por Eugene Thacker, Ed Keller e Nicola Masciandaro, 45–57. Nova Iorque: punctum books, 2012.
- Chaitin, Gregory. *Meta Maths: The Quest for Omega*. Londres: Atlantic Books, 2006.
- . «The Limits of Reason». *Scientific American* 294, n.º 3 (2006), 74–81.
- Cronk, Jordan. «Faces of Evil: Aleksandr Sokurov Discusses “Fairytale”». MUBI, 16 de Março de 2023. <https://mubi.com/notebook/posts/faces-of-evil-aleksandr-sokurov-discusses-fairytale>. Acedido em Novembro de 2023.
- Deleuze, Gilles. *Diferença e Repetição*. Traduzido por Luiz Orlandi e Roberto Machado. Lisboa: Relógio D’Água, 2000.
- . *Lógica do Sentido*. Traduzido por Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- . «Nomadic Thought». Em *Desert Islands: and Other Texts, 1953-1974*, editado por David Lapoujade, traduzido por Michael Taormina, 252–61. Califórnia: Semiotext(e), 2004.
- . «O que é um dispositivo?» Em *Dois Regimes de Loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*, traduzido por Guilherme Ivo, 359–69. São Paulo: Editora 34, 2016.
- . «Postscript on the Societies of Control». Em *The Anarchist Library*. Acedido a 14 de Novembro de 2024. <https://theanarchistlibrary.org/library/gilles-deleuze-postscript-on-the-societies-of-control>.
- Deleuze, Gilles e Félix Guattari. *O Anti-Édipo*. Traduzido por Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.
- . *O que é a filosofia?* Traduzido por António Guerreiro e Margarida Barahona. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- Eden, Amnon H. e Raymond Turner. «Problems in the ontology of computer programs». Em *Applied Ontology* 2 (1 de Janeiro de 2007), 13–36.
- Ernst, Wolfgang. *Chronopoetics: The Temporal Being and Operativity of Technological Media*. Traduzido por Anthony Enns. Londres: Rowman & Littlefield International, 2016.
- . «Media Archaeography: Method and Machine versus the History and Narrative of Media». Em *Digital Memory and the Archive*. Editado por Jussi Parikka. Mineápolis: University of Minnesota Press, 2012.
- Evens, Aden. *Logic of the Digital*. Londres/Nova Iorque: Bloomsbury Academic, 2015.

- . *The Digital and Its Discontents*. Mineápolis: University of Minnesota Press, 2024.
- Fazi, M. Beatrice. *Contingent Computation: Abstraction, Experience, and Indeterminacy in Computational Aesthetics*. Londres: Rowman & Littlefield International, 2018.
- Fisher, Mark. *Ghosts of My Life: Writings on Depression, Hauntology and Lost Futures*. Londres: Zero Books, 2014.
- Floridi, Luciano. «Against Digital Ontology». Em *Synthese* 168, n.º 1 (1 de Maio de 2009), 151–78. <https://doi.org/10.1007/s11229-008-9334-6>. Acedido em Novembro de 2024.
- Fredkin, Edward. «An Introduction to Digital Philosophy». Em *International Journal of Theoretical Physics* 42, n.º 2 (1 de Fevereiro de 2003), 189–247. <https://doi.org/10.1023/A:1024443232206>. Acedido em Novembro de 2024.
- Galloway, Alexander R. *Laruelle: Against the Digital*. Mineápolis: Minnesota Press, 2014.
- . *Protocol: How Control Exists after Decentralization*. Cambridge: The MIT Press, 2004.
- . *Uncomputable: Play and Politics In the Long Digital Age*. Londres: Verso, 2021.
- Galloway, Alexander R. e Eugene Thacker. *The Exploit: A Theory of Networks*. Mineápolis: University of Minnesota Press, 2007.
- Gödel, Kurt. «On Formally Undecidable Propositions of the Principia Mathematica and Related Systems I.» Em *The Undecidable: Basic Papers on Undecidable Propositions, Unsolvability Problems and Computable Functions*, editado por Martin Davis, 4–38. Nova Iorque: Dover Publication, 1965.
- Goldstein, Rebecca. *Incompleteness. The Proof and Paradox of Kurt Gödel*. Nova Iorque: Atlas Books, 2005.
- Gregg, Melissa e Gregory J. Seigworth, eds. *The Affect Theory Reader*. Durham: Duke University Press, 2010.
- Guattari, Félix. *The Guattari Reader*. Editado por Gary Genosko. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
- Heidegger, Martin. «The Question Concerning Technology». Em *The Question Concerning Technology and Other Essays*, traduzido por William Lovitt, 3–35. Nova Iorque/Londres: Garland Publishing, 1977.
- Hui, Yuk. «Cosmotechnics as Cosmopolitics». Em *E-Flux Journal*, 2017. <https://www.e-flux.com/journal/86/161887/cosmotechnics-as-cosmopolitics/>. Acedido em Janeiro de 2025.
- . «Modulation after Control». Em *New Formations* 84 (20 de Outubro de 2015), 74–91. <https://doi.org/10.3898/NewF:84/85.04.2015>. Acedido em Outubro de 2024.
- . *On the Existence of Digital Objects*. Mineápolis: University of Minnesota Press, 2016.
- . *Recursivity and Contingency*. Londres: Rowman & Littlefield International, 2019.
- . «What Is a Digital Object?». Em *Metaphilosophy* 43, n.º 4 (2012), 380–95.
- Husserl, Edmund. *Lições Para Uma Fenomenologia da Consciência Interna do Tempo*. Traduzido por Pedro M. S. Alves. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.
- Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Traduzido por Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 3.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- Levinas, Emmanuel. *Da Evasão*. Traduzido por André Veríssimo. Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas, 2005.
- Lütticken, Sven. *Objections: Forms of Abstraction, Vol. I*. Londres: Sternberg Press, 2022.

- Lyotard, Jean-François. *O Inumano: Considerações sobre o Tempo*. Traduzido por Ana Cristina Seabra e Elisabete Alexandre. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- . *O Pós-Moderno Explicado às Crianças*. Traduzido por Tereza Coelho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
- Mackay, Robin, ed. *The Medium of Contingency*. Falmouth e Londres: Urbanomic / Ridinghouse, 2011.
- Marenko, Betti. «When making becomes divination: Uncertainty and contingency in computational *glitch-events*». Em *Design Studies* 41 (1 de Novembro de 2015), 110–25.
- Massumi, Brian. «On the Superiority of the Analog». Em *Parables for the Virtual: Movement, Affect, Sensation*, 145–56. Durham: Duke University Press, 2021.
- Miranda, José A. Bragança de. *Corpo e Imagem*. 3.^a ed. Passagens. Lisboa: Nova Vega, 2017.
- Moten, Fred e Stefano Harney. *The Undercommons: Fugitive Planning & Black Study*. Nova Iorque: Minor Compositions, 2013.
- Munster, Anna. *Materializing New Media: Embodiment in Information Aesthetics*. Hanôver: Dartmouth College Press, 2006.
- Negarestani, Reza. «Contingency and Complicity». Em *The Medium of Contingency*, editado por Robin Mackay, 11–16. Falmouth e Londres: Urbanomic / Ridinghouse, 2011.
- Parisi, Luciana. «Automated Architecture. Speculative Reason in the Age of the Algorithm». Em *#Accelerate. The Accelerationist Reader*, editado por Robin Mackay e Armen Avanessian, 401–24. Falmouth: Urbanomic, 2014.
- . «Instrumental Reason, Algorithmic Capitalism, and the Incomputable». Em *Alleys of Your Mind: Augmented Intelligence and Its Traumas*, editado por Matteo Pasquinelli, 125–37. Luneburgo: meson press, 2015.
- . «The alien subject of AI». Em *Subjectivity* 12, n.º 1 (1 de Março de 2019), 27–48. <https://doi.org/10.1057/s41286-018-00064-3>. Acedido em Outubro de 2024.
- Parisi, Luciana, e Stamatia Portanova. «Soft thought (in architecture and choreography)». Em *Computacional Culture*, n.º 1 (1 de Novembro de 2011). <http://computationalculture.net/soft-thought/>. Acedido em Janeiro de 2025.
- Pasquinelli, Matteo. «Italian Operaismo and the Information Machine». Em *Theory, Culture and Society* 32, n.º 3 (2015), 49–68. <https://doi.org/10.1177/0263276413514117>. Acedido em Dezembro de 2024.
- Portanova, Stamatia. *Moving without a Body. Digital Philosophy and Choreographic Thoughts*. Cambridge: MIT Press, 2013.
- Russell, Legacy. *Glitch Feminism: A Manifesto*. Londres: Verso, 2020.
- Shaviro, Steven. *Without Criteria: Kant, Whitehead, Deleuze, and Aesthetics*. Cambridge: The MIT Press, 2009.
- Sokurov, Aleksandr. «Quel che resta del Novecento [tra le rovine di una fiaba]». FilmTV. <https://www.filmtv.it/articoli/559/aleksandr-sokurov-racconta-fairytales-il-suo-ultimo-film/>. Acedido a 24 de Outubro de 2024.
- Stiegler, Bernard. «Anamnesis & Hypomnesis: The Memories of Desire». Em *Technicity*, editado por Arthur Bradley e Louis Armand, 15–41. Praga: Litteraria Pragensia, 2006.
- . *Da Miséria Simbólica – I. A era hiperindustrial*. Traduzido por Luís Lima. Lisboa: Orfeu Negro, 2018.

- . «Elements for a General Organology». Traduzido por Daniel Ross. Em *Derrida Today* 13, n.º 1 (Maio de 2020), 72–94. <https://doi.org/10.3366/drt.2020.0220>. Acedido em Novembro de 2024.
- . *For a New Critique of Political Economy*. Traduzido por Daniel Ross. Cambridge: Polity Press, 2010.
- . *Symbolic Misery, Volume 2: The Catastrophe of the Sensible*. Traduzido por Barnaby Norman. Cambridge: Polity Press, 2015.
- . *Technics and Time, 1: The Fault of Epimetheus*. Traduzido por Richard Beardsworth e George Collins. Califórnia: Stanford University Press, 1998.
- . *Technics and Time, 2: Disorientation*. Traduzido por Stephen Barker. Califórnia: Stanford University Press, 2009.
- . *Technics and Time, 3: Cinematic Time and the Question of Malaise*. Traduzido por Stephen Barker. Califórnia: Stanford University Press, 2011.
- . «The Discrete Image». Em *Ecographies of Television – Filmed Interviews*, por Bernard Stiegler e Jacques Derrida, 145–63. traduzido por Jennifer Bajorek. Cambridge: Polity Press, 2002.
- Stiegler, Bernard e Irit Rogoff. «Transindividuation». Em *E-Flux Journal*, 2014. <https://www.e-flux.com/journal/14/61314/transindividuation/>. Acedido em Dezembro de 2024.
- Stiegler, Bernard e Roberto Simanowski. «Digital knowledge, obsessive computing, short-termism and need for a negentropic Web». Em *Digital Humanities and Digital Media: conversations on politics, culture, aesthetics and literacy*, 290–304. Londres: Open Humanities Press, 2016.
- Thacker, Eugene. «Foreword: Protocol is as Protocol does». Em *Protocol: How Control Exists after Decentralization*, por Alexander R. Galloway, xi–xxiii. Cambridge: The MIT Press, 2004.
- Thrift, Nigel. *Non-Representational Theory: Space, Politics, Affect*. Londres: Routledge, 2008.
- Tiqun. *Introduction to Civil War*. Traduzido por Alexander R. Galloway e Jason E. Smith. Califórnia: Semiotext(e), 2010.
- . *The Cybernetic Hypothesis*. Traduzido por Robert Hurley. Califórnia: Semiotext(e), 2020.
- Turing, Alan. «On Computable Numbers, with an Application to the *Entscheidungsproblem*». *Proceedings of the London Mathematical Society* 42, n.º 1 (1936), 230–65. <https://doi.org/10.2307/2268810>. Acedido em Dezembro de 2024.
- Virilio, Paul. *Cibermundo: A Política do Pior*. Traduzido por Francisco Marques. Lisboa: Editorial Teorema, 2000.
- Wark, McKenzie. *Um Manifesto Hacker*. Traduzido por Francisco Nunes. Lisboa: DeStrauss, 2022.
- Whitehead, Alfred North. *The Function of Reason*. Boston: Beacon Press, 1958.

Outras Fontes

- Boutang, Pierre-André e Michel Pamart. «C comme Culture». Em *L'Abécédaire de Gilles Deleuze*. França: La Fémis, Sodaperaga Productions, 1995.
- Sokurov, Aleksandr (realiz.). *Skazka [Fairytale]*. Rússia, Bélgica: Intonations, 2022. 1h18m